



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

EDUARDO TEIXEIRA AKIYAMA

**NATUREZA DESCOBERTA: DO QUE SE VIU, OUVIU E SE CONTOU
DA FAUNA E FLORA BRASILEIRA NO SÉCULO XVI**

CAMPINAS/SP

2018

EDUARDO TEIXEIRA AKIYAMA

**NATUREZA DESCOBERTA: DO QUE SE VIU, OUVIU E SE CONTOU
DA FAUNA E FLORA BRASILEIRA NO SÉCULO XVI**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em História na área de História Cultural.

Orientador: Paulo Celso Miceli

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO
FINAL DE DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO
ALUNO EDUARDO TEIXEIRA AKIYAMA, E
ORIENTADA PELO PROF. DR. PAULO CELSO
MICELI

CAMPINAS/SP

2018

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CNPq, 131185/2015-2

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

Akiyama, Eduardo Teixeira, 1990-
Ak53 Natureza descoberta : do que se viu, ouviu e se contou da fauna e flora brasileira no século XVI / Eduardo Teixeira Akiyama. – Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: Paulo Celso Miceli.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Natureza - Brasil. 2. Brasil - Descrições e viagens - Séc. XVI. I. Miceli, Paulo, 1950-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Discovered nature : on what was seen, listened and told about brazilian fauna and flora in the 16h century

Palavras-chave em inglês:

Nature - Brazil

Brazil - Description and travel - 16th century

Área de concentração: História Cultural

Titulação: Mestre em História

Banca examinadora:

Paulo Celso Miceli [Orientador]

Josianne Francia Cerasoli

Cleber Vinicius Amaral Felipe

Data de defesa: 08-08-2018

Programa de Pós-Graduação: História

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 09 de agosto de 2018, considerou o candidato Eduardo Teixeira Akiyama aprovado.

Prof. Dr. Paulo Celso Miceli

Profa. Dra. Josianne Francia Cerasoli

Prof. Dr. Cleber Vinicius do Amaral Felipe

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

À minha avó Manifa, in memoriam.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus pais, Luis e Marlene, e ao meu irmão, Rafael. Vocês são o meu porto seguro de todos os momentos.

Aos meus avós, Manifa (*in memorian*) e Adalberto, Toshiko e Tutomo (*in memorian*): em seus cabelos brancos eu encontrei a simplicidade e o acolhimento.

Ao Prof. Paulo Miceli, pela orientação e amizade, pelas indicações acadêmicas, conselhos e animadas conversas.

Aos Profs. Josianne Francia Cerasoli e Cleber Vinicius Amaral Felipe que, gentilmente, aceitaram compor a comissão julgadora desta dissertação. De igual modo, não poderia deixar de agradecer aos Profs. José Alves de Freitas Neto e Margareth Rago pela leitura interessada e pelas indicações feitas durante o exame de qualificação, que muito colaboraram para o desenvolvimento deste texto. Ao Prof. Guilherme Amaral Luz que, junto do Prof. José Alves de Freitas Neto, também aceitou integrar a comissão julgadora desta dissertação como suplente.

Ao CNPq pelo financiamento de minha bolsa de estudos, que viabilizou a presente pesquisa.

Aos amigos que fiz nesses sete anos de Barão Geraldo, Campinas. Aos meus companheiros de moradia na República Casa São Gonçalo: Thiago Parente, Vinicius Bastos Gomes, Natália Vieira, Thiago Pinto, Pedro Abrantes, Thiago Valadão, Stefanie Rubia e Pedro Mendes, pela boa companhia de sempre. Aos amigos que fiz no curso de História: Felipe Simiqueli, Letícia Badan, Martinho Junior, Janaína Santos, Rafael Campos, Jaqueline Almeida e Rodolfo Damasio, pelas discussões, bons momentos e risadas que demos juntos. À Érika Mayumi, amiga, filósofa e fotógrafa, que, mesmo distante, nunca deixou de se fazer presente. Aos amigos que fiz na linha de pesquisa: Ana Carolina Borges, Maria Ester Sartori, Daniel Vecchio e Olivia Rocha, pela disposição e ensinamentos. Faço um agradecimento especial aos amigos Thiago Amado, Roberta Veloso e Lucas Pereira, que me apoiaram incondicionalmente durante os anos em que passamos juntos na universidade e de forma decisiva na redação desta dissertação, realizando debates, correções e sugestões.

Aos amigos que fiz em Ribeirão Preto, local de partida e eterno retorno. Ao Willy Mesquita, Tulio Anselmi Dorigan, Leonardo Soutello, Tiago Guioti, Leonardo Hidalgo Batista, Gabriel Rossi, Paulo Santos, Lucas Lima, Fabrício Siansi, Rafael Ribeiro Batista e Gustavo Wolf pelos dez anos de amizade, vividos em grande parte no estimado Bar do Márcio. À Rafaela Camargo, amiga desde os tempos do ensino fundamental. Aos amigos que fiz mais recentemente, Gabriella Viccari, Alexandre Novaes, Nádia Battistetti e Ana Ulliano, pelos anos que estão por vir.

Agradeço também a todos os professores que tive ao longo do meu percurso escolar e aos que hoje lecionam comigo, em especial à Marília Ribeiro, pelas conversas e amizade.

RESUMO

Essa pesquisa busca analisar o modo pelo qual a fauna e flora brasileira foram descritas ao longo do século XVI por viajantes europeus como Pero Vaz de Caminha, Pero de Magalhães Gandavo, André Thevet e Jean de Léry. A partir da comparação das obras desses autores, pretendemos demonstrar a influência de elementos culturais comuns na Europa do período, como o discurso renascentista enfático em relação à retórica da experiência ou a herança de tradições de relatos de viagens da Antiguidade Clássica e da Idade Média, tais como os seres fantásticos e monstruosos. Assinalando as transformações promovidas pelo advento da imprensa no mundo ocidental, procuramos também examinar de que modo a vida e os interesses materiais dos europeus constituíram parte importante na sua forma de ver e contar o mundo, assim como investigar de que maneira o movimento de expansão marítima ampliou o gosto pela novidade e tornou exótica a natureza do Brasil. Para nortear esse trabalho, foram utilizados como referência teórica e historiográfica, principalmente, os trabalhos de Frank Lestringant, Michel de Certeau, François Hartog, Tzvetan Todorov e Sérgio Buarque de Holanda.

Palavras chave: Relatos de Viagem – Século XVI; Retórica – Renascimento; Natureza Brasileira – Exótico.

ABSTRACT

This research aims to analyse the ways in which the *fauna* and *flora* of Brazil were described throughout the 16th Century by european travelers such as Pero Vaz de Caminha, Pero de Magalhães Gandavo, André Thevet and Jean de Léry. By the comparison of their works, we try to demonstrate the influence of cultural elements common to the Europe of that age, such as the *reïnassance* discourse emphatic concerning the rethoric of experience or the heritage of the traditions of voyage reports of ancient times and middle ages, such as fantastic and monstrous beings. Highlighting the transformations promoted by the invention of the press in the western world, we also try to examine in which way the life and the material interests of the europeans built an important part in the way they saw and told the world, as also to investigate how the maritime expansion has broaden the taste for the new and made exotic the nature of Brazil. To guide this research theoretic and historiographic references were used, manly the works of Frank Lestringant, Michel de Certeau, François Hartog, Tsvetan Todorov and Sérgio Buarque de Holanda.

Keywords: Travel reports - 16th century; Rethoric - *Renaissance*; Brazilian Nature - Exotic.

SUMÁRIO

Introdução: O Roteiro da Viagem.....	P.11
<i>Dramatis Personae</i>	P.13
Capítulo Primeiro: O Legado dos Antigos e A Experiência dos Modernos.....	P.15
1.1. A ideia de Natureza, uma breve digressão.....	P.15
1.2. A dessacralização do mundo.....	P.19
1.3. O retrato simbólico da natureza brasileira.....	P.25
1.4. A ressignificação das <i>mirabilias</i>	P.27
1.5. O Ipujiara e a retórica da experiência.....	P.30
1.6. Fome de singularidades.....	P.37
1.7. “Inspiração prosaicamente utilitária”	P.40
1.8. Colcha de retalho.....	P.43
1.9. Retrato e Retratado.....	P.47
1.10. Léry sem espelho.....	P.52
Capítulo Segundo: A Materialidade das Cousas.....	P.56
2.1. O paraíso e a vida rés-do-chão.....	P.56
2.2. O mundo do mercador.....	P.63
2.3. A cobiça dos olhos.....	P.67
2.4. Os homens que amontoavam riquezas.....	P.76
Capítulo Terceiro: A Exotização da Natureza Brasileira.....	P.83
3.1. O trivial e o exótico.....	P.83
3.2. Materializar o exótico.....	P.89
3.3. O exótico à venda.....	P.96
Considerações Finais.....	P.100
Bibliografia.....	P.102

INTRODUÇÃO: O ROTEIRO DA VIAGEM

Esse país da América, como deduzirá quem o vir, no que diz respeito ao modo de vida de seus habitantes, à forma dos animais e, em geral, ao que a terra produz, é tão dessemelhante em vista do que temos na Europa, na Ásia e na África, que bem pode ser chamado de mundo novo em relação a nós.

Jean de Léry

Desmanchava-se o céu no tremular do espelho d'água. Eram as naus que, pouco a pouco, em vagarosa singradura, venciam o Mar Tenebroso. A cada avanço, a cada conquista, notícias eufóricas corriam nas praças da Europa, e não só elas, os metais preciosos e as cobiçadas especiarias. Dobravam-se os cabos e as velhas crenças. Na zona tórrida não só havia vida como havia diversidade: florestas de verdes perenes, animais e povos estranhos. Pela primeira vez, como escreveu Capistrano de Abreu, foram pegos os filósofos antigos em “falsidade flagrante”. De Lisboa à Calicute quase um século de distância. Quantas novidades não surgiram, quantas crenças não caíram por terra até que o véu do mundo se desvelasse por inteiro? Contavam o que viram aqueles que se atreveram a enfrentar os mares. Deleitavam-se em ouvi-los os que ficaram. Era o que dizia o provérbio da época: “Muito melhor é plantar couves ou ouvir discorrer do mar e dos selvagens do que tentar tais aventuras.”¹

É nesse longo e paulatino movimento de expansão e descobrimentos marítimos europeus que desponta nossa pesquisa, o Brasil no século XVI. Embora lugar comum dos relatos quinhentistas, pouco, ou quase nada, se estudou sobre as descrições que faziam os viajantes sobre a nossa fauna e flora à luz de suas influências culturais e materiais. Quando se aproximou do tema, ao tratar da natureza, a historiografia pareceu mais interessada pelas questões do fantástico e do maravilhoso ou, como fez Sérgio

¹ LÉRY, Jean de. **Viagem à Terra do Brasil. Tradução.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980. P. 257.

Buarque de Holanda, pelos motivos edênicos na interpretação do Novo Mundo.² Possivelmente, o interesse por esses dois assuntos se explique pelo fato de que neles se escancare com maior nitidez algumas crenças e aspectos culturais próprios do Velho Mundo. Enquanto que, muitas vezes, os relatos de animais e plantas são tomados como retratos mais objetivos da realidade, quase que como dados da natureza isentos de tais influências.

O nosso esforço consiste exatamente em desconstruir essa perspectiva e demonstrar que as descrições de elementos da flora e, sobretudo, da fauna não se davam, como queriam os pensadores modernos, apenas pela “autoridade da experiência” e do “claramente visto”. Muito pelo contrário, conscientes desse quesito anunciador da verdade em sua época, os viajantes operavam dentro dele criando uma espécie de *retórica da experiência*, com a qual poderiam, inclusive, criar narrativas artificiais de animais, monstros, entre outras coisas. Para isso, contaram os europeus, sem dúvidas, com o advento da imprensa, em 1455, que influenciou e potencializou o acesso aos relatos de viagens sobre o Novo Mundo no Velho Mundo. Além disso, as referências dos modernos não se restringiam a fundamentos de sua contemporaneidade. Muitas de suas descrições e interpretações do mundo permaneciam tributárias de concepções da Antiguidade Clássica e da Idade Média. A partir das contribuições da História Cultural, vamos discutir melhor essas questões, ao longo do primeiro capítulo dessa dissertação, ao analisarmos e compararmos entre si as obras do português Pero de Magalhães Gandavo e dos franceses André Thevet e Jean de Léry.

Além do mais, para compreendermos os relatos que foram feitos sobre a natureza brasileira no decorrer do século XVI, julgamos imprescindível e indissociável à ideia de cultura conhecermos as condições materiais em que viviam os europeus no período da renascença. Mais do que isso, também é necessário entendermos os interesses daqueles que impulsionaram o empreendimento da expansão marítima europeia: o Estado nacional e os grandes mercadores do Velho Mundo. Em obras como a de Gandavo, podemos perceber melhor a tentativa de tornar o Brasil atrativo a possíveis colonizadores lusitanos, o que, em vários aspectos, atendia a demandas da

² Ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visões do Paraíso**: os motivos edênicos do descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

administração metropolitana. Enquanto que em relatos como a da Carta de Caminha é possível constatar a tentativa de justificar os investimentos de mercadores e monarca na viagem a partir da busca de riquezas e comércio na nova terra. Esses são assuntos pertinentes ao segundo capítulo dessa dissertação.

Por fim, no nosso terceiro e último capítulo, vamos abordar a questão do impacto da novidade dos descobrimentos ultramarinos. A natureza brasileira, por ser outra, era inerentemente exótica ao europeu. E os viajantes demonstravam ter consciência disso. Ao que tudo indica, exploravam e potencializavam esse exotismo na tentativa de alcançar prestígio e fama com as edições impressas de seus relatos. Além disso, os relatos foram acompanhados por amostras materiais desses elementos exóticos, que davam mostra daquilo que contavam os viajantes, da diversidade dos impérios ultramarinos e acabavam, também, por torná-los em mercadorias. Para comprovar o nosso argumento, vamos buscar fundamentá-lo na análise dos relatos de Caminha, Léry e Thevet.

DRAMATIS PERSONAE

Pero Vaz de Caminha (? - 1500): o pouco que se sabe de consistente a respeito desse personagem histórico português está relacionado à expedição cabralina, da qual era escrivão. Por meio de sua famosa carta a el-Rei D. Manuel deu notícia do descobrimento do Brasil, relatando o que encontraram os portugueses em sua ligeira passagem pela terra, de 22 de abril a 1 de maio de 1500. Em seguida, partiu a armada rumo à Índia, onde perdeu a vida pouco tempo depois, numa batalha em Calicute.³

André Thevet (1516 - 1592): futuro cosmógrafo dos reis da França, o então frade franciscano veio integrar a empresa colonial francesa no Brasil, também conhecida por França Antártica (1555 – 1567), localizada na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro.

³ Para maiores informações sobre Pero Vaz de Caminha, sugerimos a leitura da introdução e da versão comentada da *Carta* realizada pelo historiador português Jaime Cortesão: CORTESÃO, J. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. – Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 19--.

Sua estadia no país foi muito breve, de 15 de novembro de 1555 a 31 de janeiro de 1556, pois, logo que desembarcou, ficou doente e acabou retornando ao Velho Mundo no mesmo navio que o trouxera. Apesar do pouco tempo que aqui esteve, escreveu dois livros sobre a viagem ao Brasil: *As singularidades da França Antártica* e *A Cosmografia Universal*, publicados, respectivamente em 1557 e em 1575.⁴

Jean de Léry (1534 - 1611): sapateiro, à época de sua vinda ao Brasil, provavelmente era um jovem estudioso de teologia que desejava se formar ministro religioso. Próximo ao círculo de Calvino, integrou a comitiva de colonizadores huguenotes que, a pedido do fundador da França Antártica, Durand de Villegagnon, se dirigiu para cá na esperança de encontrar e fazer da América um mundo sem conflitos religiosos. Contudo, a suposta hospitalidade e tolerância logo deram lugar ao autoritarismo de Villegagnon. Os huguenotes acabaram por romper com esse último, deixando o forte da ilha Coligny e rumaram para o continente. Temendo represálias, os calvinistas regressam à Europa. Léry esteve no Brasil entre março de 1557 e janeiro de 1558. Sobre a viagem, publicou o seu relato somente no ano de 1578 para responder as obras de Thevet, que acusava os huguenotes pelo fracasso do empreendimento colonial francês.

Pero de Magalhães Gandavo (? – 1579): professor e proprietário de uma escola de latim em Braga, onde nasceu e foi casado, também esteve vinculado a trabalhos relacionados ao Estado português. Sobre esse humanista são escassas as informações biográficas oficiais. Acredita-se que sua permanência no Brasil, “de alguns anos”, tenha se dado na década de 1560. Sobre o país escreveu três textos manuscritos antes de publicar, em 1576, sua versão impressa da *História da província de Santa Cruz*.⁵

⁴ LESTRINGANT, Frank. **A Oficina do cosmógrafo:** ou a imagem do mundo no Renascimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Pp. 29-30.

⁵ HUE, Sheila Moura. Introdução. In: GANDAVO, Pero de Magalhães. **A Primeira História do Brasil:** História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004. P. 15.

CAPÍTULO PRIMEIRO – O LEGADO DOS ANTIGOS E A EXPERIÊNCIA DOS MODERNOS

Observa tu diretamente

Francisco Sanches, humanista português

O argumento do capítulo

Neste capítulo, buscaremos compreender a influência dos autores da Antiguidade Clássica, assim como dos medievais, na formação de um repertório cultural comum manifesto no modo dos viajantes europeus verem e contarem a natureza brasileira no século XVI. Além disso, pretendemos investigar de que modo os feitos próprios dos modernos, principalmente no que diz respeito ao movimento de expansão marítima, colaboraram para a constituição de um estilo e de uma retórica naturalista.

1.1. A ideia de Natureza, uma breve digressão

Em finais do século XVIII, Voltaire ironizava a vacuidade da ideia de Natureza ao criticar os excessos de algumas tentativas de se judicializar os debates académicos na França. Em breve digressão, o pensador iluminista relata o caso do jovem Delisle de Sales, que, ao escrever uma obra, *Filosofia da Natureza*, para tentar superar outra, *Sistema da Natureza*, do barão d’Holbach, acabou sofrendo um processo criminal. De modo sarcástico, escreveu:

[...] Evidentemente, percebia-se nesse texto uma alma honesta e sensível. E isso teria sido bem mais percebido se o público não estivesse cansado, na época, de tantos livros sobre a natureza: *Exame da natureza, História da*

natureza, Quadro da natureza, Exposição da natureza. Todos estavam enjoados daquela natureza que ensinava tantos lugares-comuns.⁶

E, em crítica aguda, conclui, em uma nota de rodapé:

Caberia pensar que essa palavra *natureza* é uma expressão vaga que não significa nada. Não existe natureza; tudo é arte, desde a formação e as propriedades do sol até a menor raiz, até o grão de areia; e essa arte é tão grande que cem milhões de Arquimedes não poderiam imitá-la.⁷

Apesar da maledicência de Voltaire, o século XVIII já começava a esboçar uma ideia mais clara e científica de História Natural. Havia, no período, uma divisão maior e mais detalhada dentro dos reinos animal, vegetal e mineral, este último ocupava-se não somente do estudo e classificação dos minerais como também se ligava às questões gerais da geologia. Ao longo do tempo, pensadores e filósofos, como Francis Bacon, no início do século XVII, já haviam se debruçado sobre as questões da Natureza de modo a proporcionar um saber mais metódico. Em 1735, Lineu havia proposto o seu sistema binominal de classificação e nomenclatura, em seu *Systema Naturae*. E assim foi se seguindo o movimento de consolidação da ciência. Logo vieram Humboldt, Lamarck, Darwin...⁸

Esse saber foi fruto de um longo processo de conhecimento e reconhecimento do mundo ao longo dos séculos. As viagens de expansão e conquista traziam notícias de novas partes do mundo, que geravam conhecimento na Europa, e esse conhecimento, ao ser difundido, alterava o próprio modo de ver o mundo dos viajantes. Seguindo essa tendência de buscar informações mais precisas, não tardou para que os relatos quase que exclusivos de aventureiros, marinheiros, soldados, cronistas e missionários passassem a

⁶VOLTAIRE. **O preço da Justiça**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. P. 60.

⁷ Idem, *Ibidem*. Nota de roda-pé 55, P. 60.

⁸ CRISTÓVÃO, Fernando. A Literatura de Viagens e a História Natural. In: CRISTÓVÃO, Fernando. **Condicinantes Culturais da Literatura de Viagens**: Estudos e bibliografias. Lisboa: Edições Cosmos, 1999. PP. 186 e 189.

conviver com expedições científicas especializadas. É possível que o primeiro grande exemplo disso, no Brasil, tenha se dado na ocupação holandesa de Pernambuco pelo príncipe Maurício de Nassau, entre 1637-1644.⁹ Sua missão, acompanhada por uma comitiva de letrados, artistas e naturalistas, mapeou e classificou uma quantidade considerável de animais e plantas da região, criando-se, inclusive, um jardim botânico e um observatório astronômico.

Ainda no século XVI, período no qual nos prendemos, Michel de Montaigne, no ensaio *Sobre os canibais*, mostrou-se interessado nos relatos sobre a França Antártica, seja por meio dos livros, seja pelo diálogo direto com os integrantes do empreendimento colonial francês no Brasil. Pretendeu ver no Novo Mundo, até mesmo no que diz respeito aos hábitos de seus nativos, um elo com uma Idade de Ouro perdida, uma vez que “essas nações parecem assim bárbaras por terem sido bem pouco moldadas pelo espírito humano e ainda estarem muito próximas de sua ingenuidade original.”¹⁰ Aproximou, assim, o homem do Novo Mundo ao que é próprio da natureza:

Eles são selvagens assim como chamamos selvagens os frutos que a natureza produziu por si mesma e por seu avanço habitual; quando na verdade os que alteramos por nossa técnica e desviamos da ordem comum é que deveríamos chamar de selvagens. Naqueles são vivas e vigorosas, e mais úteis e naturais, as virtudes e propriedades verdadeiras, e, nestes nós abastardamos adaptando-os ao prazer de nosso gosto corrompido. E por conseguinte, o próprio sabor e a delicadeza de diversos frutos daquelas paragens que não são cultivados são excelentes até para nosso próprio gosto, se comparados com os nossos: não é a razão para que o artifício seja mais reverenciado que nossa grande e poderosa mãe natureza. Sobrecarregamos tanto a beleza e a riqueza de suas obras com nossas invenções que a sufocamos totalmente. Seja como for, em qualquer lugar onde sua pureza reluz ela envergonha esplendidamente nossos vãos e frívolos empreendimentos [...].¹¹

⁹ Esse período se refere à permanência e governo do príncipe no Brasil. A ocupação holandesa, como se sabe, teve início no ano de 1630 e se estendeu até 1654, quando, enfim, foi vencida pelos colonos portugueses.

¹⁰ MONTAIGNE, Michel de. *Sobre os Canibais*. In: MONTAIGNE, Michel de. **Os Ensaaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 146.

¹¹ Idem, *Ibidem*. p. 145.

Desse modo, o pensador francês opôs *nature* e *coustume*; liberdade e constrangimento das leis, da moral e das tradições; natureza e artifício.¹² O pensamento de Montaigne está de acordo com o entendimento da época, que, segundo a historiadora Berenice Cavalcante, compreendia por arte e artífice todas as criações humanas, enquanto as coisas naturais eram todas aquelas que “existiam desde sempre.”¹³ O próprio termo *filosofia*, na época, seria “um termo geral para designar todos os estudos da natureza”, como nos adverte o historiador Frank Lestringant, em sua obra *A oficina do cosmógrafo*.¹⁴ Influenciada pelos antigos e pela tradição judaico-cristã, predominava a noção de que a natureza era criação divina e que sua soberania fora delegada aos homens. “Até porque”, segundo Fernando Cristóvão, “desde Aristóteles e Plínio, que o homem é visto como centro da criação.”¹⁵

Haja vista as diferentes, extensas e complexas ideias de natureza ao longo do tempo e do espaço, e mesmo no que diz respeito ao século XVI, expostas por nós brevemente, buscaremos limitá-la aos seus elementos da fauna e da flora. E é essa mesma restrição que permitirá a unidade entre os diversos viajantes por nós analisados neste capítulo, uma vez que nos prenderemos a estes dois aspectos, e não à totalidade de seus relatos. Aqui, analisaremos prioritariamente os relatos do português Pero de Magalhães Gandavo e dos franceses André Thevet e Jean de Léry. Enquanto que, de forma secundária e auxiliar, discutiremos a obra do alemão Hans Staden.

¹² Não temos a pretensão de analisar o pensamento de Montaigne em toda a sua extensão. Para ver mais, sugerimos a leitura de GINZBURG, Carlo. *Montaigne, os canibais e as grutas*. In: GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 53-78.

¹³ CAVALCANTE, Berenice. *Antigos e Modernos: histórias de uma tradição*. In: CALVACANTE, Berenice. **Modernas Tradições: Percursos da Cultura Ocidental – séculos XV-XVII**. Rio de Janeiro: Access, 2002. p. 11.

¹⁴ LESTRINGANT, Frank. *Op. cit.* p. 52.

¹⁵ CRISTÓVÃO, Fernando. *Op. cit.* p. 186.

1.2. A dessacralização do mundo

Embora o Renascimento, por controverso que seja o termo, seja reconhecido pela retomada e imitação dos valores e do estilo dos antigos – tendência essa que predominou por pelo menos três séculos na cultura ocidental –, o seu aspecto verdadeiramente novo reside na capacidade dos modernos em apreender e explicar as especificidades do mundo pela observação objetiva a partir da experiência individual, como bem assinalou Maria Alzira Seixos.¹⁶

A historiadora Berenice Cavalcante não só compartilha do pensamento de Seixos como atribui às viagens de expansão marítima e, em especial, aos relatos de viagem, a contribuição para “uma significativa mudança nos princípios sobre os quais se erigia o estatuto da verdade, dando crescente autoridade ao testemunho ocular, à afirmativa calcada no olhar”. Nesse sentido, estabelece para a época um primado do *ver* sobre o *ouvir* como instância enunciativa da verdade nas manifestações narrativas do sujeito.¹⁷

O mundo deixaria de ser explicado por especulações, como faziam os antigos, ou pelas revelações divinas dos medievais, para se prender em dados experimentais. Entretanto, trata-se de um longo processo de (re)significação. Como nos lembra Fernando Cristóvão, a descrição das novas descobertas não representava necessariamente uma ruptura abrupta com o saber da época. Pelo contrário, muitas delas se faziam em função da bagagem cultural trazida pelos viajantes, o que incluía também a autoridade dos antigos e as referências religiosas. E, assim sendo, ao descrevê-las, os modernos não deixavam de hesitar entre o conhecimento estabelecido, inclusive os mitos, e a realidade encontrada.

Para ilustrar melhor essa ideia, podemos tomar os exemplos de Hans Staden e Jean de Léry quando, além de se anteciparem a possíveis dúvidas de seus leitores,

¹⁶ SEIXO, Maria Alzira. ENTRE CULTURA E NATUREZA - AMBIGÜIDADES DO OLHAR VIAJANTE. *Revista Usp*, [s.l.], n. 30, p.120-133, 30 ago. 1996. Universidade de Sao Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i30p120-133>. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/azmz/article/view/99817/98277>>. Acesso em: 27 out. 2014. p. 123.

¹⁷ CAVALCANTE, Berenice. *Op. cit.* p. 26.

buscavam compreender a presença humana no Novo Mundo. A questão que se colocava trazia como referência as Sagradas Escrituras. Ora, se o mundo fora povoado pelos três descendentes de Noé, após o dilúvio, como explicar a origem dos indígenas na América? Decidem, então, indagar os nativos.

Eis o relato de Staden:

Com o verdadeiro Deus, que criou o céu e a terra, não se preocupam. Crêem, de longa tradição, que o céu e a terra sempre existiram. Aliás, nada sabem de particular do início do mundo, apenas narram que houve uma vez uma vastidão de águas na qual todos os seus antepassados morreram afogados. Somente alguns daí escaparam numa embarcação e outros sobre altas árvores. Penso que deve ter sido o dilúvio.¹⁸

E o de Léry:

[...] Celebravam ainda em suas canções o fato das águas terem transbordado por tal forma em certa época, que cobriram toda a terra, afogando todos os homens do mundo, à exceção de seus antepassados que se salvaram trepando nas árvores mais altas do país. Este último ponto, que muito se aproxima das Santas Escrituras, tive a oportunidade de ouvir inúmeras vezes. É verossímil que de pais a filhos ouvissem contar alguma coisa do dilúvio universal e do tempo de Noé e tivessem deturpado a verdade, como é hábito dos homens; e isso é tanto mais natural, quanto, como vimos, não tendo nenhuma espécie de escritas, difícil se lhes torna conservar a pureza dos fatos ao transmiti-los; daí terem adicionado a fábula das árvores tal qual o fariam os poetas.¹⁹

Mesmo diante de um fato imediato e objetivo, o vazio explicativo das Sagradas Escrituras em relação ao Novo Mundo, os dois viajantes interpretaram o relato dos nativos de modo a alinhá-lo ao seu entendimento de mundo. A *vastidão de águas* aproxima-se da ideia do *dilúvio universal*. O relato do outro é aceito na medida em que é compatível às concepções próprias do eu, e na medida em que é possível se deparar com ele *inúmeras vezes*, o que nos leva a deduzir por diferentes pessoas e a estabelecer

¹⁸ STADEN, Hans. **Duas Viagens ao Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974. pp. 173-4.

¹⁹ LÉRY, Jean de. *Op. cit.* pp. 215-6.

uma relação quantitativa de credibilidade.²⁰ Ao mesmo tempo, o relato do outro é visto como verossímil, e não verdadeiro, ao passo em que ele é outro e não condiz exatamente com o eu – a diferença, desta vez, é canalizada de forma qualitativa. Não se questiona o eu, sobretudo quando se trata da principal referência que se tem de si, as Sagradas Escrituras. Questiona-se o hábito dos homens de deturpar a verdade e isso se dá por um elemento que está ausente no outro: a escrita.

Outro fato deixa a descrição do bombardeiro alemão e do sapateiro calvinista ainda mais interessante. Após tomar conhecimento da obra de Hans Staden, em 1586, na Suíça, por intermédio de um exemplar que pertencia a Felix Plateros e do conhecimento da língua alemã do senhor de Mayenne, Teodoro Turquet, Jean de Léry pretendeu atestar a veracidade de seus relatos sobre o Brasil a partir das semelhanças com o relato do viajante alemão, tomando como prerrogativa o fato de que eles não se conheceram, eram de países distintos, não falavam o mesmo idioma e descreveram fatos semelhantes de um mesmo período sobre o Brasil, tendo se deparado com as mesmas tribos e indígenas – ou seja, a credibilidade do relato se encontra na variedade das descrições que contam o mesmo (critério quantitativo) e, além disso, pelo fato de terem sido escritos, permitindo-lhes *conservar a pureza dos fatos ao transmiti-los* (critério qualitativo).

Ao analisar a língua e a estrutura social dos nativos, Gandavo procede de modo análogo ao de Staden e Léry:

[...] Carece [a língua tupi] de três letras, convém a saber, não se acha nela F, nem L, nem R, coisa digna de espanto, porque assim não tem Fé, nem Lei, nem Rei, e dessa maneira vivem desordenadamente, sem terem além disto conta, nem peso, nem medida. Não adoram a coisa alguma, nem têm para si que há depois da morte glória para os bons e pena para os maus [...]. Essa gente não tem entre si nenhum rei, nem outro gênero de justiça senão um principal em cada aldeia que é como capitão, ao qual obedecem por vontade e não por força. Quando este morre, fica seu filho no lugar por sucessão, e não serve para outra coisa senão ir com eles à guerra e aconselhá-los como se hão

²⁰ Cavalcante, ao analisar a minuciosa descrição do vulcão Masaya, na Nicarágua, por Gonzalo Fernandez de Oviedo (1478-1557), enfatiza a questão quantitativa do relato (tempo de observação) como um meio do viajante eliminar a subjetividade de seu olhar e se aproximar da perspectiva moderna de uma observação objetiva a partir da experiência individual para o conhecimento do mundo. CAVALVANTE, Berenice. *Op. cit.* P. 31.

de haver na peleja; mas não castiga seus erros, nem manda sobre eles coisa alguma contra suas vontades [...].²¹

O viajante português também busca explicar a diferença por meio daquilo que falta no outro: algumas letras alheias à língua tupi, que o levam a concluir um déficit de vocabulário, que o remete à ausência de algumas estruturas sociais nas tribos indígenas – mesmo que não exista relação causal entre elas. Gandavo estabelece uma espécie de metonímia pela ausência, explica a diferença total pela parte faltante no outro.²² Aproximamo-nos, aqui, da análise da retórica da alteridade do historiador francês François Hartog. No caso, a ideia de tradução do outro por meio da *inversão* do eu. “*Não há mais a e b, mas simplesmente a e o inverso de a*”.²³ O indígena nada mais é do que o europeu despido e despossuído, o selvagem oposto ao civilizado.²⁴

A percepção da ausência da escrita, ou melhor, da marca da oralidade nos indígenas, não é mera constatação ou simples coincidência entre os viajantes do período. As viagens de expansão, a fragmentação da cristandade e a invenção da imprensa engendraram uma nova percepção da escrita. Como nos demonstrou Michel de Certeau, a escrita estava associada à ideia de “ocidente” e “moderno”, em oposição à oralidade, relegada aos povos primitivos ou selvagens. A escrita seria sinônimo de produção, preservação e cultivo de “verdades” não percebíveis (processo consciente),

²¹ GANDAVO, Pero de Magalhães. **A Primeira História do Brasil**: História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004. p. 135-7.

²² O historiador mexicano Edmundo O’Gorman localiza a polêmica sobre a humanidade ou não do índio americano no debate, desde a Antiguidade Clássica, em autores como Estrabão, sobre a possibilidade da existência ou não de terras antípodas. Algumas das hipóteses que reconheciam a existência dessas terras atribuíam ao seu povoamento uma espécie diferente de homens. Para saber mais, ver: O’GORMAN, Edmundo. **A invenção da América**: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido de seu devir. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. pp. 77-8.

²³ HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2014. p. 244.

²⁴ O modo de interpretar as novidades também diz respeito aos filtros culturais e aos interesses que cada sujeito carrega consigo. Montaigne estabelece uma relação contrária a de Gandavo, que desejava justificar o empreendimento colonial. Para o pensador francês, o desconhecimento das estruturas hierárquicas e de alguns vocabulários próprios dos europeus por parte dos índios americanos não era sinônimo de barbárie, e sim de virtude: “[...] As próprias palavras que significam mentira, traição, dissimulação, avareza, inveja, difamação, perdão são desconhecidas. Como ele [Platão] consideraria distante dessa perfeição a república que ele imaginou.” MONTAIGNE, Michel de. *Op. cit.* P. 147.

enquanto a fala, tão logo enunciada, estaria perdida para sempre (processo inconsciente).²⁵

Vejamos agora como André Thévét lidou com a mesma questão de Staden e Léry:

Quanto ao tal dilúvio, dizem eles que as águas subiram tanto que chegaram a cobrir até mesmo as montanhas mais altas dessa terra, fazendo com que todas as pessoas percessem afogadas. Acreditam nisto tão firmemente quanto nós no que se refere aos fatos narrados pelas Sagradas Escrituras. Entretanto, sua história é bastante suscetível de conter erros, visto que não sabem escrever para guardar a memória dos fatos, e todo o seu conhecimento não vai além dos relatos que escutaram de seus pais.

Como os selvagens não sabem contar senão até cinco, têm de usar pedras ou outros objetos para as quantidades maiores. Outra coisa que já mencionamos anteriormente é que eles contam os meses por luas, dizendo “eu nasci há tantas luas”, etc. Assim, pelo tanto de luas que atribuem à ocorrência do dilúvio, pode-se calcular que ele se deu há bem uns quinhentos anos. Eles afirmam e sustentam imperturbavelmente esta sua crença. Se alguém os contradiz, esforçam-se por confirmar suas palavras alegando diversos argumentos.

Segundo relatam, depois que as águas baixaram e se escoaram, apareceu um grande Carafba, o maior que jamais esteve entre eles, trazendo consigo para aí, de terras muito longínquas, um povo que vivia nu assim como eles presentemente. Este povo multiplicou-se até os dias de hoje, sendo deles que os selvagens presumem descender. Não me parece estar fora de cogitação a possibilidade de ter havido outro dilúvio além daquele dos tempos de Noé. Mas desde que não dispomos de nenhum testemunho escrito deste fato, prefiro encerrar por ora este assunto.²⁶

Apesar de levantar a probabilidade de erros por conta da ausência da escrita, Thévét nos surpreende por levar em consideração o relato do outro. Se, por um lado, ele prefere encerrar o assunto por falta de testemunhos escritos, por outro ele julga ser possível, a partir da narrativa dos índios, que tenha ocorrido, de fato, outro dilúvio não registrado nas Escrituras. Ou seja, nesse momento ele opera com uma inversão: a oralidade passa a ter mais prestígio do que a escrita, a escrita sagrada, referencial de sua própria cultura. Isso tudo se dá somado à observação de mais um provável erro: a

²⁵ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. p. 225.

²⁶ THÉVET, André. **As singularidades da França Antártica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974. p. 172

contagem do tempo pouco eficiente entre os indígenas. Todavia, emerge outro elemento aparentemente bíblico na história: contrariamente aos relatos de Staden e Léry, os povos que antes habitavam a terra não sobreviveram ao tal dilúvio. Então, eis que surge o grande Caraíba, tal como um dos herdeiros de Noé, para povoar a terra com sua gente, que se *multiplicou* até os dias de hoje. Disso podemos extrair duas hipóteses: ou Thévet quis dar maior credibilidade ao seu relato, aproximando-o da história bíblica, ou ele julgou a narrativa dos indígenas possível por conta desta mesma verossimilhança.

Entretanto, Thévet pode ser enquadrado como uma exceção do período. Ainda que se mirasse nos escritos dos antigos como referência da sua forma de ver e organizar o mundo, o frade franciscano tomava a sua experiência empírica como um saber absoluto. A partir de suas andanças pelos quatro continentes, afirmava, sem hesitar, que o mar seria cercado por terra como se o mundo fosse um grande mediterrâneo, contrariando o saber hegemônico da época.²⁷ Não poupou os antigos, os teólogos e, como vimos, nem mesmo as Sagradas Escrituras, ainda que não questionasse os dogmas. Por sua insubordinação e por seus disparates, foi chamado à Inquisição Espanhola para responder por suas “divagações perigosas”. Nesse sentido, a manifestação da experiência empírica, assim como a ciência de gabinete, não gozavam de plena liberdade no período renascentista. Como demonstra Frank Lestringant, “o Concílio de Trento teve por vontade e como efeito reconciliar o domínio da experiência sensível com o princípio de autoridade.” Tudo passava pelo crivo da Igreja, a física pelo jugo de Aristóteles e o modelo cosmográfico deveria reafirmar Ptolomeu, em rejeição à hipótese sacrílega de Copérnico.²⁸

Afeito ao princípio do uno e a valores universais de um mundo fechado, como no rígido e hierárquico sistema aristotélico-tomista, o europeu encontrou grande dificuldade em explicar o mundo novo que se descortinava diante de dele. O impacto dos descobrimentos ante os referenciais europeus e a mudança estabelecida entre as viagens medievais, pautadas em valores simbólicos como os ideais de cavalaria, as peregrinações e o transcendental, para as pragmáticas viagens modernas, às quais se

²⁷ Essa hipótese encontra respaldo em autores antigos como Pátrocles (c. 270 a.C.) e Eratóstenes (c. 276-C. 196). O’GORMAN, Edmundo. *Op. cit.* P. 77.

²⁸ LESTRINGANT, Frank. *Op. cit.* Pp. 56-8

fundavam fins imperiais, mercantis ou no próprio ato de viajar em si (curiosidade/aventura), representariam um movimento de dessacralização do mundo.²⁹

Desse modo, como pudemos constatar acima, as experiências relatadas nas viagens não se davam por um simples problema de tradução, resumidos em contar o mundo *b* no mundo *a*. Mais do que isso, é necessário perceber os valores culturais que o tradutor carrega consigo e que se manifestam no momento de contar o outro. Como diz o ditado: tradutor, traidor.

Tentaremos, adiante, desvendar como se dá esse processo em relação à descrição ou, melhor, à escrita da natureza brasileira.

1.3. O retrato simbólico da natureza brasileira

Em termos de percepção da natureza, a passagem da Idade Média para a modernidade também se dá pela mudança da interpretação simbólica e religiosa para “autoridade da experiência e do ‘claramente visto’.”³⁰ Todavia, Fernando Cristóvão faz a ressalva de que esse aspecto permaneceu no texto de alguns religiosos. É provável que essas interpretações tenham por influência direta os herbários e bestiários medievais, que por conta do seu caráter didático, alegórico e moralizador, tenham sido reavivados para colaborar com a missão da catequese. Nesse aspecto, não há nenhuma peculiaridade interpretativa, somente a adaptação de uma tradição medieval à novidade da natureza brasileira.

Como nos mostram João Paulo Aparício e Paula Pelúcia³¹, esse gênero literário se difundiu bastante durante a Idade Média e estava ligado “à apetência do homem medieval em ver, em todas as coisas do mundo, símbolos carregados de sentidos

²⁹ CAVALCANTE, Berenice. *Op. cit.* Pp. 24 e 28.

³⁰ CRISTÓVÃO, Fernando. *Op. cit.* P. 196.

³¹ APARÍCIO, João Paulo; PELÚCIA, Paula. O animal e a Literatura de Viagens: Bestiários. In: CRISTÓVÃO, Fernando. **Condicinantes Culturais da Literatura de Viagens**: Estudos e bibliografias. Lisboa: Edições Cosmos, 1999. p. 219-353.

superiores.”³² O próprio Santo Antônio de Lisboa recorreria aos bestiários, mesmo que a contragosto, para agradar aos ouvintes de seus sermões, que se aborreciam “com sermões simples e desnudados de animais e seus significados.” Acima de tudo, o que importava “era que os ouvintes gostassem da palavra de Deus, independente de seu conteúdo.”³³

Seguindo esse caminho, o padre Fernão Cardim, em sua breve descrição sobre o hábito das iraras, ou papa-mel, de dividir o mel entre os outros animais do seu grupo, viu neste bicho um exemplo de caridade para os homens. Além disso, demonstrou conhecimento sobre alguns animais da fauna africana, ao compará-los ao gato de Agália.³⁴

Talvez, uma das representações simbólicas mais importantes da natureza brasileira esteja na flor/fruta do maracujá, a qual frei Vicente do Salvador destaca por ser *misteriosa*:

Maracujás são outra planta que trepa pelos matos, e também a cultivam e põem em latadas nos pátios e quintais; dão fruto de quatro ou cinco sortes, uns maiores, outros menores, uns amarelos, outros roxos, todos mui cheirosos e gostosos. E o que mais se pode notar é a flor, porque, além de ser formosa e de várias cores, é misteriosa: começa no mais alto em três folhinhas, que se rematam em um globo que representa as três divinas pessoas em uma divindade, ou (como outros querem) os três cravos com que Cristo foi encravado, e logo têm abaixo do globo (que é o fruto) outras cinco folhas, que se rematam em uma roxa coroa, representando as cinco chagas e a coroa de espinhos de Cristo Nosso Redentor.³⁵

Podemos notar, no trecho acima, que frei Vicente do Salvador está mais interessado em descrever aquilo que a flor do maracujá pode representar do que a planta em si. Esta representação do maracujá como flor/fruta da paixão de Cristo alcançou certo sucesso, tanto que repercutiu pelo tempo e pelo espaço. Sérgio Buarque de

³² Idem. P. 224.

³³ Idem. P. 227.

³⁴ CARDIM, Fernão. **Tratados da Terra e Gente do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980. pp. 27-8.

³⁵ SALVADOR, Vicente do. **História do Brasil: 1500-1627**. 6. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975. pp. 66-7.

Holanda menciona o caso de Antonio León Pinelo, “filho de marranos portugueses, nascido em Valladolid”, que preparava, entre 1645 e 1650, no Peru, um tratado sobre a localização exata do paraíso terreal. Segundo os muitos argumentos de Pinelo, o paraíso ficava no centro da América do Sul, continente “que tem formato de coração”. Para dar coerência a esta hipótese, nada mais justo do que transformar o fruto proibido em uma fruta local, o maracujá, “que pelo aroma”, nas palavras de Buarque de Holanda, “e sabor já era capaz de acender o apetite de Eva, e cuja misteriosa flor ostentava claramente as insígnias da Paixão do Senhor.”³⁶

Fernando Cristóvão ainda nos dá notícia desta representação no início do século XVIII, na obra do frei pernambucano Antônio do Rosário, *Frutas do Brasil*, de 1702. Além da flor de maracujá, o frei franciscano utiliza-se de outras frutas do país para fazer, por meio de *malabarismos de conceito e etimologia forçada*,³⁷ outras alegorias com a hierarquia e organização social. O ananás, ou simplesmente abacaxi, com sua coroa representaria o rei, que tinha nos seus “espinhos como arqueiros a sua guarda”. A rainha seria a cana-de-açúcar. O engenho significaria a vida nos trópicos. Os frutos de coroa, os eclesiásticos e assim por diante...³⁸

1.4. A resignificação das *mirabilias*

Segundo Fernando Cristóvão, as descrições dos primeiros descobridores se deram em função dos conhecimentos e da autoridade dos Antigos: Aristóteles, Plínio, Estrabão, Ptolomeu, Santo Agostinho, Santo Isidoro e Padres da Igreja.³⁹ Nesse ponto, houve muitas continuidades dessa tradição interpretativa do mundo, assim como muitas delas também passaram por um processo de resignificação, como no caso das *mirabilias*.

³⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. cit.* P. 28.

³⁷ CRISTÓVÃO, Fernando. *Op. cit.* P. 205.

³⁸ Idem, *Ibidem*. Pp. 204-6.

³⁹ CRISTÓVÃO, Fernando. *Op. cit.* P. 187.

As *mirabilias* são marcadas pela imprecisão conceitual. Como bem assinalou Maria Adelino Amorim, estão associadas a muitas “noções que se cruzam e confundem nos autores antigos, traduzindo muitas vezes a mesma situação, o mesmo conceito”⁴⁰: maravilha, magia, milagre, portentoso, prodígio, ou seja, tudo aquilo que seja capaz de criar espanto e/ou admiração, geralmente por sua singularidade. Destarte, as *mirabilias* vão abranger desde aspectos fisiológicos (gêmeos siameses, um membro atrofiado, uma mão com um dedo a mais), fenômenos da natureza (terremoto, maremoto), fauna, flora e até o monstruoso.

Após delimitar o conceito de *mirabilias*, vamos retomar o seu processo de ressignificação ao longo do tempo. Sua principal alteração se deu na transição do paganismo para o cristianismo, com o mundo lendário da Antiguidade passando por um processo de cristianização. O que Plínio chamava de “presente dos deuses”, Santo Agostinho passa a chamar de “maravilhas de Deus”. Consagra-se, junto de *mirabilia*, o uso da palavra *milagre*.

As *mirabilias* eram vistas como próprias da natureza por fazerem parte da criação e da revelação divina, mesmo que essa última fosse alheia ao entendimento humano. Nesse ponto, Santo Agostinho nos adverte sobre os riscos de refutá-las *a priori*. Tais riscos nada mais eram do que o temor de que os *milagres* também pudessem ser questionados. Caberia ainda outro cuidado: algumas maravilhas poderiam se dar por artifício do diabo, seja diretamente, seja por intermédio do homem.⁴¹

Assim, ao longo da Idade Média, os relatos de *mirabilias* ganharam notoriedade nas obras de viajantes como Marco Polo, Guilherme de Ruybroeck e Jean de Mandeville, e continuaram a fazer sucesso durante as viagens dos descobrimentos. Nesse aspecto, é interessante notar outra característica das *mirabilias*: a sua elasticidade e mobilidade no espaço e no tempo.

Como nos demonstra François Hartog, em *O espelho de Heródoto*, o relato a respeito das amazonas difere em muitos autores antigos. Apesar de compartilharem do mesmo princípio – mulheres guerreiras que viviam sem homens, ou seja, o inverso do

⁴⁰ AMORIM, Maria Adelina. Viagem e mirabilia: monstros, espantos e prodígios. In: CRISTÓVÃO, Fernando. **Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens**: Estudos e bibliografias. Lisboa: Edições Cosmos, 1999. p. 142.

⁴¹ AMORIM, Maria Adelina. *Op. cit.* Pp. 141-2.

papel das mulheres socialmente aceito na Antiguidade –, o relato de Estrabão difere do de Diodoro, que não é o mesmo em Heródoto. Essas variações de relato, inclusive, vão levar os exploradores modernos a interpretar e a buscar essas maravilhas de diferentes formas, como nos demonstra Buarque de Holanda. Se na Antiguidade as amazonas foram localizadas no continente asiático, em Marco Polo elas passam a ser insulares. Guiado por esta última variação, o navegador genovês Cristovão Colombo, decidido a entender na fala dos índios antilhanos o que havia descrito Polo, acredita que as amazonas se localizam na ilha de Matinínó.⁴²

De modo análogo, conta Plínio que, na Lusitânia, “*nos arredores de Lisboa. As éguas são fecundadas pelo seu sopro [do vento] e os cavalos que dele resultam são duma velocidade extrema, mas, apenas vivem durante três anos*”.⁴³ Santo Agostinho, em sua versão, realiza uma pequena variação localizando tais éguas na Capadócia.⁴⁴ Via de regra, quanto mais conhecido, reconhecido e familiar fica um território mais distante dele ficam as *mirabilias*. Elas são deslocadas para regiões cada vez mais remotas e inacessíveis. Como escreveu Lestringant, a experiência, em relação ao fantástico, funciona como

[...] os *padrões* de pedra que os navegadores portugueses assentavam de tempos em tempos sobre a costa, marcando assim sua progressão ao longo do litoral africano; sobre essas pedras de espera, pintadas com as cores da fábula irão se apoiar os avanços futuros da investigação.⁴⁵

Tentaremos, agora, entender de que modo operam as *mirabilias*, na modernidade, com base na análise da descrição de um monstro marinho relatado por Gandavo.

⁴² BUARQUE, Sérgio Buarque de. *Op. cit.* P. 65.

⁴³ AMORIM, Maria. Adelina. *Op. cit.* P. 141.

⁴⁴ Idem, *Ibidem.* P. 140.

⁴⁵ LESTRINGANT, Frank. *Op. cit.* P. 22.

1.5. O Ipujiara e a retórica da experiência

Quando Gandavo, em sua *História da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*, nos dá a conhecer um monstro marinho, ou ipujiara, morto pela espada do filho do capitão da capitania de São Vicente, Baltazar Ferreira, em 1564, ele chama nossa atenção não só para a singularidade do monstro, *desusada aos olhos humanos*, como para o fato de que, embora veiculada de forma imprecisa antes dele, a notícia já havia ganho o mundo.⁴⁶

Conforme nos mostra o levantamento documental de relatos sobre o ipujiara, realizado por Nelson Papavero e Dante Martins Teixeira, o primeiro registro do monstro foi feito pelo padre José de Anchieta em carta, de 1560, endereçada ao Padre Geral da Companhia de Jesus, em Roma.⁴⁷ Porém, o ipujiara somente ganharia fama a partir da publicação de um folheto alemão, *Newe Zeytung von Einen Seltzamen Meerwunder*, impresso em Augusburgo por Mattheo Francken, sem data definida, provavelmente em 1564-5. Desse panfleto surgiu uma edição italiana,⁴⁸ *Nel Bresil di San Vincenzo nella Citta di Santos*, melhor preservada e legível, de 1565, impressa por Nicolò Nelli, em Veneza, onde se lê:

No Brasil de São Vicente na cidade de Santos, perto da casa de Jorge Fernandes apareceu este monstro na beira do mar, saído d'água, onde, gritando e fazendo um grande rumor, se revolia em terra sobre as plantas. E achando-se o filho do supradito Jorge em casa correu até o monstro, e com a espada afrontou-o animosamente, e feriu-o, e foi ferido pelo monstro de tal modo que ambos caíram por terra; e o jovem morreu com que os da região acudiram, com o rumor, e com arcos o mataram. A medida do monstro é de 17 pés, a pele de cor verde e macia como o veludo mole, as pernas ou pés amarelos, o membro de carne humana e a língua como de fogo.⁴⁹

⁴⁶ GANDAVO, Pero de Magalhães. *Op. cit.* p. 126.

⁴⁷ PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins. **A fauna de São Paulo nos Séculos XVI a XVIII**; nos Textos de Viajantes, Cronistas, Missionários e Relatos Monçoneiros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. p. 79.

⁴⁸ Segundo Papavero e Teixeira, *Op. cit.*, os dois panfletos encontram-se depositados na biblioteca de Zurique. P. 79.

⁴⁹ Apud: PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins. *Op. cit.* P. 80.

De fato, poucas informações destoam entre o relato de Gandavo, que é um pouco mais prolixo, e aquele dos panfletos. Primeiramente a localização: a história do português não se passa em Santos, e sim em São Vicente. Enquanto seu protagonista, como já vimos, era Baltazar Ferreira, filho do capitão da mesma capitania. Se no panfleto o monstro “se revolia em terra sobre as plantas”, na *História* ele andava pela “várzea”. Ao invés de “pernas ou pés amarelos”, Gandavo descreve uma cauda (o monstro ficara “sobre as barbatanas do rabo”). Para o português, o ipupiara difere dos outros, pois “tinha quinze palmos de comprimento”, era “semeado de cabelos pelo corpo” e “no focinho tinha umas sedas mui grandes como bigodes.”⁵⁰ Por fim, o jovem combatente, apesar de ferido, não morre na história de Gandavo – possivelmente porque o acontecimento poderia ser mais facilmente confirmado, uma vez que se tratava do filho do capitão da capitania e, por se tratar de um fidalgo, o nosso autor não só evitou o fim trágico como quis enaltecer a figura do rapaz com a realização de um ato de bravura.

Ademais, como se pode ver abaixo, nas gravuras do monstro que acompanham os relatos, podemos constatar muitas semelhanças: a posição e o formato do corpo; o desenho arredondado do peitoral, quase como se formassem seios; os braços abertos com as mãos/garras semifechadas, simulando o ataque; a exibição da língua e o mancebo atacando com a espada. Além das diferenças físicas enumeradas pelo nosso texto, podemos constatar algumas inversões nas imagens. Na gravura do português, o ataque de espada se realiza pelo lado esquerdo do monstro e nos panfletos pelo lado direito, acrescido, do lado oposto, dos “da região” atacando com os arcos. Na gravura de Gandavo, o observador vê o monstro do mar, tendo o povoado de São Vicente como cenário de fundo, enquanto nos folhetos ele está na praia e ao fundo da figura vemos o mar. Em ambas as gravuras, o monstro olha para o lado em que está o jovem com a espada, simulando a peleja.

⁵⁰ GANDAVO, Pero de Magalhães. *Op. cit.* Pp. 129-30.



Imagem 1 - Ipujiara da *História* de Pero de Magalhães Gandavo, edição de 1576.⁵¹

⁵¹ Retirada em: GANDAVO, Pero de Magalhães. *Op. cit.* p. 132.



Imagem 2 – Ipupiara do panfleto *Nel Bresil di San Vincenzo nella Citta di Santos*, de 1565, impressa por Nicolò Nelli, em Veneza.⁵²

Papavero e Teixeira fazem, também, alusão a um livro datado de 1569, *Primavera dos Mimos*, de Luís Brochado, o qual relata a circulação de uma xilogravura do referido monstro e que se vendia por Lisboa. Ainda segundo o levantamento dos dois autores, citando os comentários de Rubens Borba de Moraes⁵³, parece que havia, em Portugal, um folheto dando notícias do monstro e que teria sido o provável modelo dos folhetos alemão e italiano. Contudo, infelizmente, o folheto não sobreviveu até nós.⁵⁴

⁵² Retirado em: PAPAVERO, N; TEIXEIRA, D. M. *Op. cit.* p. 81.

⁵³ MORAES, Rubens Borbade. *Bibliographia Brasiliana: Rare books about Brazil Published from 1504 to 1900 and Works by Brazilian Authors of Colonial Period*. 2 vols. – Los Angeles/Rio de Janeiro: UCLA Latin American Center Publications/Livraria Kosmos Editora, 1983.

⁵⁴ PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins. *Op. cit.* Pp. 81-2.

Fundamentados nos dados expostos e nas comparações feitas acima, podemos inferir que Gandavo tenha se baseado num dos panfletos, presumivelmente nos portugueses, que ele demonstra conhecer alguma variedade,⁵⁵ para elaborar o seu relato do monstro. Embora sua estadia no Brasil tenha se dado, como se acredita, na década de 1560 ⁵⁶, a publicação de sua obra se deu somente no ano de 1576, “resultado de dez anos de trabalho, em que foram redigidas quatro versões da obra.” ⁵⁷ Assim sendo, as longas e variadas reformulações de seu relato, com o acréscimo de um retrato do ipupiara a contar da terceira versão, corroboram a nossa hipótese.

Aceita essa possibilidade, nos resta tentar compreender por que Gandavo, que em sua obra não era afeito a relatos fantásticos, quis fazer menção ao ipupiara e de que modo o viajante português legitima e diferencia o seu relato dos outros.

Para compreendermos a opção de Gandavo em incluir o relato do ipupiara em sua obra, é interessante lembrarmos da advertência de Paulo Miceli, na qual o historiador menciona “que o conhecimento mais *efetivo* da Terra não aboliu imediatamente antigas crenças, abundantemente tratados nos *Livros de maravilhas* (os *Mirabilia*).” ⁵⁸ Muito pelo contrário, a invenção da imprensa por Gutenberg, em 1455, ampliou e facilitou a divulgação dos relatos de viagem, fazendo com que as *mirabilias* caíssem no gosto do público. Inclusive, versões manuscritas de viajantes medievais,

⁵⁵ “Por que na verdade a maior parte dos retratos, ou quase todos, em que querem mostrar a semelhança de seu horrendo aspecto andam errados, e além disso conta-se o sucesso de sua morte por diferentes maneiras, sendo a verdade uma só, a qual é a seguinte.” GANDAVO, Pero de Magalhães. *Op. cit.* P. 126.

⁵⁶ HUE, Sheila Moura. Introdução. In: GANDAVO, Pero de Magalhães. *Op. cit.* P. 22.

⁵⁷ As duas primeiras versões, manuscritas, receberam o nome de *Tratado da província do Brasil* e tinham a pretensão de ser um sumário sobre a nova terra. Acredita-se que a primeira talvez tenha sido iniciada em território brasileiro. A segunda versão, redigida já em terras lusitanas, foi acrescida de um capítulo sobre indícios de ouro no sertão da Bahia. Enquanto a terceira versão, reformulação de maior fôlego da segunda, também manuscrita, ganhou o nome conhecido por nós de *História da província de Santa Cruz* e, por fim, uma ilustração colorida do referido monstro e outra de um mapa do Brasil. A quarta e última versão, única impressa, e por nós empregada, deriva da terceira com algumas alterações e o acréscimo de um capítulo sobre o modo de vida dos colonos. *Idem, ibidem.* Pp. 18-9.

MICELI, Paulo. **O Desenho do Brasil no Teatro do Mundo.** Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2012. p. 71.

famosos pelo referido tema, como Polo e Mandeville, foram retomadas e passaram a ser editadas e reeditadas para o prelo.⁵⁹

O sucesso das *mirabilias* foi tamanho que Thomas More, em sua obra *A Utopia*, de 1516, ironizou a recorrência e a facilidade com que os viajantes descreviam o tema:

Foi sobre essas questões [as sábias instituições que Rafael Hitlodeu observou em sociedades civilizadas] que o interrogamos mais avidamente e que ele nos respondia com mais prazer, não perdendo tempo em descrever-nos monstros, que são tudo o que há de mais antiquado. Cilas, Celenos e Harpias vorazes, lestrigões canibais e outros prodígios medonhos do gênero, em que lugar não se encontram? Mas homens vivendo em cidades sabiamente governadas, eis o que não se encontra em qualquer lugar.⁶⁰

Para More, o raro são as sociedades sabiamente governadas. Os monstros, encontrados por toda parte, haviam perdido o “mérito da novidade”.⁶¹ Exceção que confirma a regra, tomemos o autor de *A Utopia* como um caso à parte. Passemos a ver os excessos dos viajantes como um mero descuido criado pela alta demanda do público. Nisso reside a nossa hipótese sobre o ipupiara de Gandavo: a tentativa de angariar maior sucesso editorial com um tema que agradasse o público.⁶²

Aliás, é possível que os leitores esperassem de Gandavo a abordagem do tema. O seu período de estadia no Brasil coincide com a chegada das primeiras notícias do monstro. Autor de uma obra completa, e não de um mero panfleto, era de se esperar que fosse conhecedor do país e que pudesse elucidar o caso. E, de fato, é no argumento da experiência que o viajante português vai assentar o seu relato. Como assinala na dedicatória da obra, tudo o que escreveu foi “como testemunha de vista”. Assim como reafirma esse aspecto após a descrição do monstro:

⁵⁹ CRISTÓVÃO, Fernando. Introdução: Para uma teoria da Literatura de Viagens. In: CRISTÓVÃO, Fernando. **Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens**: Estudos e bibliografias. Lisboa: Edições Cosmos, 1999. pp. 25-6.

⁶⁰ MORE, Thomas. **A Utopia**: ou O tratado da melhor forma de governo. Porto Alegre: L&pm Pocket, 2011. pp. 22-3.

⁶¹ CAVALCANTE, Berenice. *Op. cit.* P. 40.

⁶² Trataremos, mais adiante, no segundo capítulo, das motivações que levaram Gandavo a escrever sua obra.

[...] E assim também deve de haver outros muitos monstros de diversos pareceres que no abismo desse largo e espantoso mar se escondem, de não menos estranheza e admiração; e tudo se pode crer, por difícil que pareça: porque os segredos da natureza não foram revelados todos ao homem para que com razão possa negar e ter por impossíveis as coisas que não viu, nem de que nunca teve notícia.⁶³

Mais uma vez nos deparamos com More. Contemporâneo e familiarizado com os relatos de viagem, o escritor inglês era consciente do primado do *ver* sobre o *ouvir*, que predominava em sua época.⁶⁴ Nesse sentido, seu esforço em tornar a sua história fictícia verossimilhante à realidade passa pela aproximação com essa instância enunciadora da verdade. De modo análogo às *mirabilias*, tinha consciência de que nem todos dariam crédito ao relato de sua sociedade ideal (e supostamente real), desse modo, Rafael Hitlodeu, seu principal e fictício personagem, enunciava que “quanto mais os costumes estrangeiros são opostos aos nossos, menos estamos dispostos a acreditar neles”, acrescentando que “não acreditaria [na descrição] se não tivesse visto.”⁶⁵ Fala essa bastante semelhante à de Gandavo e de muitos outros viajantes do período.

Consciente de que a experiência poderia não ser o suficiente para convencer o leitor da *estranheza e admiração* que causaria o relato, o viajante português buscou maior respaldo na autoridade dos antigos.⁶⁶ Por isso, a conclusão de Gandavo: *outros muitos monstros de diversos pareceres que no abismo desse largo e espantoso mar se escondem*. Segundo Plínio, “a água dos oceanos é a mãe de todos os monstros”⁶⁷ Enquanto as Sagradas Escrituras fazem menção aos monstros marinhos em inúmeras passagens.⁶⁸ E termina retomando a ideia de Santo Agostinho de que o monstro não vai contra a natureza, e sim contra a natureza conhecida.

⁶³ GANDAVO, Pero de Magalhães. *Op. Cit.* P. 131.

⁶⁴ Já mencionamos esta discussão no subitem “A dessacralização do mundo” deste capítulo.

⁶⁵ CAVALCANTE, Berenice. *Op. Cit.* P. 36.

⁶⁶ SEIXO, Maria Alzira. ENTRE CULTURA E NATUREZA - AMBIGÜIDADES DO OLHAR VIAJANTE. *Revista Usp*, [s.l.], n. 30, p.120-133, 30 ago. 1996. Universidade de Sao Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i30p120-133>. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/azmz/article/view/99817/98277>>. Acesso em: 27 out. 2014. p. 126.

⁶⁷ Apud: AMORIN, Maria. Adelina. *Op. cit.* P. 154.

⁶⁸ Ver GÊNESIS 1:21; JÓ 26:12; SALMOS 89:10; ISAÍAS 51:9; EZEQUIEL 32:2.

Como escreveu Maria Alzira Seixos, as observações do insólito, sejam reais ou fantasiadas, seguem “modelos de conhecimento prévio protocolar, quer pragmático quer textual”. De modo análogo operavam as representações imagéticas da natureza. Segundo Palmira Fontes da Costa, houve, na época do Renascimento, o desenvolvimento de um estilo naturalista, o qual era baseado na observação do exemplar vivo (*ad vivum*) de modo a ser “fiel à natureza”. Embora esse estilo tenha colaborado para aprimorar o conhecimento dos europeus sobre plantas e animais de todas as partes do mundo, acabou contribuindo para que as “representações naturalistas fossem facilmente aceitas como válidas. Isto, mesmo quando alguns dos seus aspectos ou toda a totalidade das mesmas não passavam de criações do seu autor.”⁶⁹

Igualmente, os viajantes atuavam para validar os seus relatos. Essa tentativa consciente de se legitimar um relato extraordinário sem lastro na realidade, ou parcialmente real, por meio de um discurso enunciador da verdade, ou seja, pautado na afirmação do “visto”, funcionou como uma espécie de *retórica da experiência*.

1.6. Fome de singularidades

Continuemos nosso esforço para compreender como a “retórica da experiência” colaborou para se contar a natureza brasileira. Vamos analisar, agora, o relato de Thevet sobre o *aí*, o bicho-preguiça. Em especial, gostaríamos de destacar uma característica surpreendente atribuída ao animal: a de não se alimentar nunca. Antes disso, vejamos como o frade franciscano inicia sua narrativa:

Aristóteles e outros que se lhe seguiram esforçaram-se o mais que puderam para desvendar a natureza dos animais, árvores, ervas, etc. Entretanto, pelo que se deduz de seus escritos, não é de se acreditar que tenham tido conhecimento da França Antártica ou América, de vez que esta terra não fora ainda descoberta em sua época. Apesar disto, seus escritos trazem-nos proveito e deleite. Se aqui descrevemos alguns animais raros e desconhecidos, esperamos que tal coisa não seja mal interpretada, mas que, ao invés disso, sirva para satisfazer o leitor, por certo um apreciador de

⁶⁹ FONTES DA COSTA, P. A visualização da natureza e o entendimento do mundo vivo. *Revista da ABFHiB: Filosofia e História da Biologia*, São Paulo, v. 1, p. 247-269, 2006. P. 252.

raridades e singularidades, e uma vez que a Natureza não distribuiu suas obras igualmente por todas as regiões [...].⁷⁰

É interessante constatar esse primeiro movimento realizado por Thevet. A princípio aproxima-se dos antigos, como quem quer se apoiar e afirmar sua erudição (“seus escritos trazem-nos proveito e deleite”), para depois ultrapassá-los ao contar algo que eles não conheceram: a França Antártica ou América. Está colocado o argumento da experiência que justificará os “animais raros e desconhecidos”, que, porventura, poderão desconcertar o leitor. Mais do que isso, o frade franciscano demonstra ter conhecimento do seu público leitor e busca, intencionalmente, satisfazê-lo em seu desejo de “raridades e singularidades”. O título de sua obra não nos deixa mentir: *As singularidades da França Antártica*.

Sem mais delongas, vamos analisar a narrativa singular do *aí*. Enfatizando mais uma vez a experiência, escreve Thevet que “quem nunca o viu [o bicho-preguiça], certamente achará esta descrição inacreditável” e, após descrever o animal, anuncia “outra coisa realmente notável”: “pessoa alguma jamais viu este bicho se alimentando, nem mesmo os selvagens que já ficaram espreitando debalde por longo espaço de tempo, querendo saber o que ele comeria.” Como vimos anteriormente, o frade franciscano estabelece uma relação ambígua em relação à fala dos nativos, ora levando-a em consideração, ora questionando-a. Aliás, não nos parece algo verossímilante que a constatação de que o bicho-preguiça nunca se alimente tenha se originado dos próprios índios. Thevet, inclusive, estabelece no outro um argumento de experiência, uma vez que os índios são naturais da terra e “ficaram espreitando debalde por longo espaço de tempo” (tempo de observação). Nesse sentido, vislumbramos duas hipóteses: ou o frade franciscano busca legitimar sua fala pela experiência do outro, ou, talvez, tenha ocorrido uma falha de comunicação entre ambos.

Em todo caso, na dúvida, o frade franciscano buscará, mais uma vez, comprovar a hipótese por meio de sua própria experiência, como descreve abaixo:

⁷⁰ THEVET, André. *Op. cit.* P. 169.

[...] A princípio não acreditei, até que dois capitães, um normando chamado De l’Espiné, e um picardo, de nome Mogneville, passeando certo dia por entre as gigantes árvores da floresta, deram um tiro de arcabuz em dois destes bichos que se encontravam no topo de uma árvore. Ambos caíram no chão, um bastante ferido e outro apenas atordoado. Este último foi-me dado de presente. Vigiando-o pelo espaço de 26 dias, pude constatar que ele não quis comer nem beber, permanecendo sempre do mesmo jeito, até que foi esfaçalhado por alguns dos cães que tínhamos trazido conosco.⁷¹

A afirmação de que “a princípio” não acreditou nessa característica singular do bicho-preguiça soa como uma tentativa de se aproximar e de criar empatia com o leitor a partir da reação em comum de estranhamento, contudo, Thevet usará do tempo de observação (26 dias) para persuadi-lo da veracidade de seu relato. O viajante chega a ser inteirado por “alguns” mais prudentes de que “o animal se alimenta somente das folhas de certa árvore que os nativos chamam de *amai*”, da qual deriva o nome *aí*. Não obstante, Thevet não se permite convencer. Insiste na ideia de que o bicho-preguiça não se alimenta. Para convencer o público, utiliza-se de outro exemplo que supostamente poderia ser observado na natureza, o camaleão, e que, de novo, fora testemunhado pelo próprio frade:

A propósito deste assunto, já tive a oportunidade de observar (em Constantinopla) camaleões presos em gaiolas. Supõe-se que estes animais vivam somente de ar. É por isso que julgo ser verdade isto que os selvagens me contaram acerca do *aí*.⁷²

Ainda que a constatação de que o bicho-preguiça não se alimente tenha, de fato, se originado dos índios, o outro, Thevet só a qualificará como procedente na medida em que, mais uma vez, ela se aproxima de elementos da experiência do eu – tal como vimos na questão do dilúvio e povoamento da América: oralidade e escrita; experiência do outro e experiência do eu. Porém, nem sempre a experiência se mostra suficiente para persuadir o leitor frente à singularidade do relato. Como não poderia deixar de ser, Thevet segue o itinerário por nós conhecido e recorre ao argumento cristão da revelação das obras divinas:

⁷¹ Idem.

⁷² Idem. p. 170.

Eis algumas admiráveis obras da Natureza, que parece sentir prazer em criar coisas grandiosas e variadas, para as quais os homens não encontram explicação. Constitui impertinência procurar a causa e a razão, como muitos a cada dia mais se esforçam por fazê-lo, pois tais coisas são segredos da Natureza, cujo conhecimento compete apenas ao Criador.⁷³

Não satisfeito, diz constituir impertinência procurar “a causa e a razão” dos segredos da natureza. Em se tratando de um frade franciscano, poderíamos ver nisso um exercício cristão de humildade perante os mistérios e a grandeza da criação. Sem embargo, como exposto anteriormente, o próprio Thevet não se poupa em questionar as autoridades antigas e as Sagradas Escrituras, tendo, inclusive, que responder à Inquisição espanhola. Por isso, vemos em sua fala uma operação retórica para encerrar a discussão. Ou seja, uma operação que, seguindo os protocolos linguísticos da época, visa mais a eficácia do discurso do que diferenciar verdadeiro e falso.

O mais curioso do relato de Thevet é que, obcecado em comprovar sua tese de que o *ai* não se alimenta, ele acaba por deixar escapar a característica mais notável e singular do animal: a vagarosidade que dá origem ao seu nome português, *preguiça*. É bem provável que sua tese deva ter surgido desse aspecto (*pelo espaço de 26 dias, pude constatar que ele não quis comer nem beber, permanecendo sempre do mesmo jeito*). Contudo, em nenhum momento o viajante francês explora esta característica de modo a torná-la evidente.

1.7. “Inspiração prosaicamente utilitária”

Segundo Tzvetan Todorov, diferentemente da África, da Índia, ou da China, que sempre estiveram na lembrança do europeu, mesmo que em alguns momentos de forma remota, o grande sentimento de estranheza provocada pelo descobrimento do Novo Mundo se deu por conta de sua completa ausência de referências históricas e culturais.⁷⁴ Entretanto, cabe ressaltar que Todorov circunscreve sua análise, em grande parte, aos

⁷³ Idem.

⁷⁴ TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América: A questão do outro**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. 5.

conquistadores espanhóis. Para Sérgio Buarque de Holanda, que estabelece muitos paralelos entre os conquistadores ibéricos, foi a longa experiência atlântica dos portugueses que amortizou o gosto e a sensibilidade desses para o exótico. Ao se debruçar sobre os cronistas portugueses, de Caminha a frei Vicente do Salvador, o autor de *Visão do Paraíso* faz menção a “uma curiosidade relativamente temperada, sujeita, em geral, à inspiração prosaicamente utilitária, o que dita as descrições e reflexões de tais autores.”⁷⁵ Para termos uma melhor ideia do que quis dizer Buarque de Holanda, vejamos como Gandavo descreveu o bicho-preguiça:

Um certo animal se acha também nestas partes a que chamam preguiça (que é mais ou menos do tamanho daqueles [sariguês]), o qual tem um rosto feio e umas unhas muito compridas quase como dedos. Tem uma gadelha grande no touriço, que lhe cobre o pescoço, e anda sempre com a barriga lançada pelo chão sem nunca se levantar em pé como os outros animais, e assim se move com passos tão vagarosos que, ainda que ande quinze dias aturados, não vence a distância de um tiro de pedra. O seu mantimento é folhas de árvores e em cima delas anda o mais do tempo, para onde há mister pelo menos dois dias para subir, e dois para descer. E mesmo que o matem com pancadas ou que outros animais o persigam, não se mexe hora nenhuma.⁷⁶

A diferença entre o relato de Gandavo e Thevet é gritante. O viajante português descreve as características físicas do bicho de forma precisa e concisa. Ao invés de recorrer ao nome nativo, como fez o francês, Gandavo evidencia como os colonos entendem o comportamento do bicho ao chamá-lo de *preguiça*. Isso somado a exemplos claros que demonstram a lentidão do animal. Sobre a alimentação do bicho, sem delongas, afirma que “o seu mantimento é folhas de árvores e em cima delas anda o mais do tempo”. No geral, no que diz respeito à diferença entre os relatos de portugueses e franceses, escreve Seixo que

os textos franceses têm um caráter menos narrativo e mais reflexivo, comunicando a sistematização de um olhar que já tem muito de etnográfico, embora ainda construído sobre a descrição e o factual imediato; os textos portugueses, de preferência, usam a descrição para servir a narração, e nisso estão muito mais próximos do ato de navegar e inventariar, comunicando a

⁷⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. cit.* P. 40.

⁷⁶ GANDAVO, Pero de Magalhães. *Op. cit.* P. 99.

natureza mesma do olhar em trânsito, diarístico, temporal e repetitivo, com marcas estéticas muito acentuadas.⁷⁷

Para tomarmos melhor ciência dessa *inspiração prosaicamente utilitária* dos autores portugueses, recorreremos a outro exemplo dado por Gandavo, a descrição dos tamanduás, que segundo o autor:

[...] serão do tamanho de um carneiro; os quais são pardos e têm um focinho muito comprido e delgado para baixo; a boca não têm rasgada como a dos outros animais, e é tão pequena, que dificilmente caberão por ela dois dedos. Têm uma língua muito estreita e de quase três palmos de comprido. As fêmeas têm duas tetas no peito, como de mulher, e o úbere é lançado em cima do pescoço entre as pás, donde lhes desce o leite às tetas onde criam os filhos. E assim têm duas unhas em cada mão tão comprida como grandes dedos, largas à maneira de escopro. Também têm um rabo mui cheio de sedas e quase tão compridas como as de um cavalo.⁷⁸

O que nos chama a atenção no relato de Gandavo não é somente a sua objetividade, mas também a riqueza de detalhes. Tal como se fosse um biólogo, esmiúça a fisionomia do estranho animal para encontrar a razão de ser de cada parte. Por se alimentarem de formigas, têm os tamanduás as unhas muito compridas para arranharem os formigueiros. Saídas as formigas para acudir sua morada, lança a longa língua fora e, quando cheia delas, “recolhem-nas para dentro da boca”. Enquanto a longa calda serve para se agasalharem ou se esconderem. Todos esses pormenores reforçam a ideia de que o autor, como bom naturalista que era, observou longamente o animal (*ad vivum*) em seus hábitos na natureza.

Por fim, podemos acrescentar ainda a ressalva feita por Buarque de Holanda de que os portugueses podiam admitir e admirar coisas maravilhas, todavia, os mistérios que desafiavam a natureza não chegavam a levá-los a “especulações ou sonhos desvairados”.⁷⁹ Mais uma vez invocaremos a Gandavo para alicerçar nosso argumento.

⁷⁷ SEIXO, Maria Alzira. *Op. cit.* p. 129.

⁷⁸ GANDAVO, Pero de Magalhães. *Op. cit.* p. 100.

⁷⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. cit.* pp. 40-1.

Impressionado com a “notável” característica da planta-dormideira de se “ressentir” e “murchar” quando tocada por alguém, conclui o nosso viajante:

Essa planta deve ter alguma virtude mui grande a nós encoberta, cujo efeito não será porventura de menos admiração. Porque sabemos, de todas as ervas que Deus criou, ter cada uma particular virtude, com a qual fazem diversas operações naquelas coisas para cuja utilidade foram criadas; quanto mais esta a que a natureza tanto quis assinalar, dando-lhe um tão estranho ser, diferente de todas as outras ⁸⁰.

Dessa vez, contudo, ao que nos parece, o argumento do mistério da criação não foi empregado para sustentar uma explicação mirabolante. Pelo contrário, limitando-se a descrever a planta com admiração, o autor demonstra estar convencido de que não seria capaz de desvendar essa característica singular. Por isso, recorre à explicação religiosa. Quanto a uma possível contradição entre as observações *prosaicas* de Gandavo sobre a natureza e o relato do ipupiara, além dos motivos que expusemos acima, Fontes da Costa nos ajuda a lançar luz sobre a questão ao escrever que “o factual e o fabuloso podiam coexistir nas representações do mundo natural no período do renascimento”.⁸¹

1.8. Colcha de retalhos

Apesar do desenvolvimento de um “estilo” e de uma retórica naturalista e do ambiente cultural propício às singularidades, persuadir o leitor do insólito, daquilo que ele não testemunhou, nem sempre era tarefa fácil. Por vezes, o viajante gozava do status de mentiroso. Como nos demonstra o professor Dr. Johann Eichmann, conterrâneo e coevo de Staden, que escreveu, em 1556, no prefácio das *Duas Viagens* que:

[...] os aventureiros com suas mentiras disparatadas, suas falsidades e narrações fantasiosas contribuíram para que se dê pouca consideração às

⁸⁰ GANDAVO, Pero de Magalhães. *Op. cit.* Pp 88-9.

⁸¹ COSTA, Palmira Fontes da. *Op. cit.* P. 252.

peças honestas e amantes da verdade, que vêm de terras estranhas, e também vulgarmente se diga: Quem quiser mentir, discorde sobre coisas distantes, pois ninguém lá vai verificá-las. É mais cômodo acreditar do que certificar-se.⁸²

O próprio Jean de Léry afirma ter publicado sua *Viagem*, em 1578, para se contrapor a Thévet. Segundo o calvinista, ainda que as *Singularidades*, de 1557, estivessem “prenhes de mentiras”, teria evitado fazer caso delas se o frade franciscano não insistisse em reafirmá-las e ampliá-las em uma publicação posterior, no ano de 1575, a *Cosmografia Universal*.⁸³ Montaigne parece compartilhar da opinião de Léry.⁸⁴ Ao se referir a suas fontes sobre o Novo Mundo, o pensador francês diz preferir os homens simples e rudes, pois, ao contrário das pessoas finas, não ampliam, nem modificam os seus relatos na tentativa de serem convincentes em seus argumentos, pois nem têm meios para isso.⁸⁵ Por isso, prefere escrever “sem indagar o que dizem os cosmógrafos.”⁸⁶

Entretanto, a querela dos dois viajantes franceses é político-religiosa. Thévet atribui o fracasso da França Antártica à insubordinação dos calvinistas. Enquanto Léry tenta provar o contrário, responsabiliza a dissimulação, a arbitrariedade, o autoritarismo e os abusos de Villegagnon, que atraiu os protestantes para a empresa colonial com a falsa promessa de tolerância religiosa. Não obstante, esse embate foge à nossa proposta. No que diz respeito à descrição da natureza, Léry não manifesta tamanha hostilidade ao cosmógrafo francês. Pelo contrário, como forma de respondê-lo, é muito provável que tenha se baseado, em grande parte, na obra de seu rival para constituir o seu relato.

Para comprovar nossa hipótese, mais uma vez, vamos nos utilizar da descrição do bicho-preguiça para confrontar os autores. Quanto à fisionomia do animal, Léry faz comparações muito semelhantes com a do frade. Thévet compara o tamanho da preguiça ao do mono africano e diz que a cabeça do animal, assim como a cara, se

⁸² STADEN, Hans. *Op. cit.* p. 31.

⁸³ LÉRY, Jean de. *Op. cit.* p. 36.

⁸⁴ GINZBURG, Carlo. *Op. cit.* p. 70.

⁸⁵ Mais uma vez a oposição *nature* e *coustume* no texto de Montaigne.

⁸⁶ MONTAIGNE, Michel de. *Op. cit.* p. 144.

assemelham às de uma criança. Enquanto Léry descreve a preguiça do tamanho de um cão d'água e diz que “sua cara de bugio se assemelha a um rosto humano”. Se Thévet afirma que a barriga do bicho é tão grande que “chega quase a se arrastar no chão”, Léry escreve que ela lembra a da porca prenhe. Quando vão descrever o pelo felpudo do animal, ambos recorrem à imagem do urso. Além disso, parece ser consenso entre os dois viajantes que o convívio doméstico com os indígenas é atrapalhado pelas grandes garras do animal.

Três aspectos chamam a atenção no relato de Léry. O primeiro, comum a Thevet, está em não evidenciar a vagareza notável do animal. A ausência desta constatação torna o segundo aspecto ainda mais chocante. O viajante afirma que, embora se amanse com facilidade, o *hay* é “muito feroz” no mato. Isso demonstra que, ou Léry não se deteve em observar longamente o animal *in natura*, ou baseou seu relato somente na observação doméstica do bicho, deduzindo sua ferocidade pelas longas garras que possui. Esse argumento ganha amparo na confissão do autor, que antecede a descrição do *hay*, na qual afirma que, apesar de sua curiosidade, não notou “todos os animais desta terra América como o desejara.”⁸⁷ Por fim, o terceiro aspecto também está de acordo com o relato de Thevet. Léry compartilha igualmente da ideia de que a preguiça não se alimenta. Segundo o calvinista, essa característica fabulosa é referida “não só por moradores da terra, mas ainda por adventícios com longa residência no país”.⁸⁸ Ou seja, reconhece a experiência do outro (*moradores da terra*) na medida em que ela é validada pela longa observação do eu (*adventícios com longa residência no país*). Nesse sentido, a própria similitude entre os relatos dos viajantes é uma forma quantitativa de se confirmar a veracidade da experiência contada, como vimos previamente na descoberta da obra de Staden por Léry.

Para encerrar a nossa comparação entre as obras de Thevet e Léry, vamos analisar as semelhanças na descrição do tapirussú, a quem vulgarmente chamamos anta. De forma saborosa, escreve o sapateiro calvinista:

⁸⁷ LÉRY, Jean de. *Op. cit.* P. 144.

⁸⁸ Idem, *Ibidem*. 145.

Direi desde logo [...] que não existe no Brasil nenhum quadrúpede em tudo e por tudo semelhante aos nossos. [...] O primeiro e mais comum é o *tapirussú* de pelo avermelhado e assaz comprido, do tamanho mais ou menos de uma vaca, mas sem chifres, com pescoço mais curto, orelhas mais longas e pendentes, pernas mais finas e pé inteiriço com forma de casco de asno. Pode-se dizer que, participando de um e outro animal, é semivaca e semi-asno. Difere entretanto de ambos pela cauda, que é muito curta (há aqui na América inúmeras alimárias sem cauda), pelos dentes que são cortantes e aguçados; não é entretanto animal perigoso, pois só se defendem fugindo.⁸⁹

De novo, o calvinista parece se inspirar no frade franciscano. Thévet igualmente parte da ideia de que “este animal tem tanto de vaca quanto de asno”. Em sua descrição aparecem os detalhes desta comparação quando menciona o pelo avermelhado, o pé fendido, os dentes agudos, a ausência de chifres, a pouca periculosidade que o bicho apresenta e mesmo a notícia da cauda curta acompanhada da observação de que são comuns “os animais desprovidos de rabo” na América. Além disso, outro aspecto que nos interessa na descrição de André Thévet é quando ele nos revela a origem de sua ideia, ao concluir a semelhança entre a anta, a vaca e a mula, escrevendo ser essa a “razão pela qual os cristãos que aí vivem chamam-na vaca, já que não há diferença entre os dois animais, exceto no que se refere ao chifre, que a tapiira não possui.”⁹⁰

De fato, essa ideia de comparar a anta às mulas/asno e às vacas parece ser bem difundida à época. Podemos encontrá-la também nos texto de Gandavo, do padre Fernão Cardim e, posteriormente, na obra do Frei Vicente do Salvador. Invocar a experiência dos moradores da terra, principalmente em se tratando dos colonos europeus (eu), é uma forma retórica de adensar a experiência dos viajantes com o longo tempo de observação daqueles. Mais do que isso, é uma contribuição dos moradores da terra, sejam eles colonos, sejam eles nativos, no modo de ver o Novo Mundo dos viajantes – embora isso nem sempre transpareça nos relatos.

Assim, não sendo os nossos animais e nossa flora *em tudo e por tudo semelhantes* aos do Velho Mundo, *pois é coisa bem rara ver-se um bicho em tudo semelhante a outro de espécie diversa,*⁹¹ os europeus tiveram de recortar elementos

⁸⁹ Idem, *Ibidem*. P. 135.

⁹⁰ THEVET, André. *Op. cit.* P. 162.

⁹¹ A primeira citação em itálico encontra-se na descrição do tapirussú de Léry e a segunda na descrição de Thevet do mesmo bicho.

comuns de sua natureza, de fragmentos das descrições de outros viajantes, assim como pedaços do relato dos moradores da terra, para tentarem descrever o que viam no Brasil. Remendando partes diversas umas na outras, tal como se costurassem uma colcha de retalhos, os viajantes, na sua tentativa de tornar o desconhecido inteligível aos seus conterrâneos, acabaram por criar o novo e renovaram o repertório do insólito.

1.9. Retrato e Retratado

Como vimos há pouco, os viajantes foram influenciados por terceiros no seu modo de ver e contar a natureza, ora durante a estadia na terra, ora no momento de escreverem suas obras. Para darmos continuidade a nossa análise, gostaríamos de tratar de um movimento que antecipa aquele último: o condicionamento prévio do olhar do viajante. Para esse fim, vamos examinar o relato do tatu feito por Léry:

O *tatu* da terra do Brasil, tal qual os nossos ouriços, não pode correr tão rapidamente quanto os outros; por isso arrasta-se pelas moitas; em compensação está bem armado, coberto de escamas fortes e duras, capazes de resistirem a um golpe de espada. Com essa carapaça, fazem os selvagens cestinhos chamados *caramento*; encurvada parece manopla de armadura. A carne do *tatu* é branca e muito saborosa. Não vi porém, nesse país, nenhum quadrúpede semelhante, na altura das pernas, ao que Belon representou no fim do terceiro livro de suas observações com o nome de *tatu do Brasil*.⁹²

Podemos constatar que, quando escreve sobre o tatu, Léry possui um referencial daquilo que deveria encontrar: o que retratou Pierre Belon (1517-1564), um dos primeiros estudiosos de História Natural do Renascimento a desenhar espécies da fauna brasileira.⁹³ Nesse aspecto, realocamos ao nosso período de estudo o argumento do historiador Peter Burke, que, ao se referir aos relatos de viajantes europeus durante a Era dos Impérios, escreveu que alguns deles *haviam lido sobre o país* [para o qual se

⁹² LÉRY, Jean de. *Op. cit.* P. 139

⁹³ PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins. *Os animais do Brasil nas Obras de Pierre Belon (1517-1564)*. Arquivos de Zoologia. V. 45, Nº 3, Pp. 45-94, 2014. Disponível em: www.revistas.usp.br/azmz/article/view/99817. P. 49.

deslocariam] *antes de nele porem os pés e, ao chegar, viram o que haviam aprendido a esperar.*⁹⁴ Ainda que o sapateiro calvinista tenha estabelecido ressalvas sobre a altura das pernas do bicho, o seu relato não deixa de afirmar e ser reafirmado pelo desenho, como veremos a seguir. Embora seja difícil de confirmar com certeza absoluta que Léry tenha tido contato com a obra de Bélon antes, e não depois de se aventurar no Novo Mundo, tentaremos levantar alguns dados que possam respaldar essa hipótese.

Segundo artigo publicado por Nelson Papavero e Dante Martins Teixeira,⁹⁵ a primeira publicação do tatu de Pierre Belon data de 1553,⁹⁶ três anos antes da viagem de Léry, enquanto a segunda é de 1557,⁹⁷ quando o nosso viajante já se encontrava em terras tupiniquins. Ambas as publicações, além das descrições que lhes são particulares, são acompanhadas de um desenho comum do animal. Na primeira edição surge a comparação com o ouriço e nela se desmente a semelhança até então atribuída do tatu ao icnêumon,⁹⁸ a quem Belon diz não compartilhar “da mesma natureza”.

⁹⁴ BURKE, Peter. **O que é História Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005. p. 86.

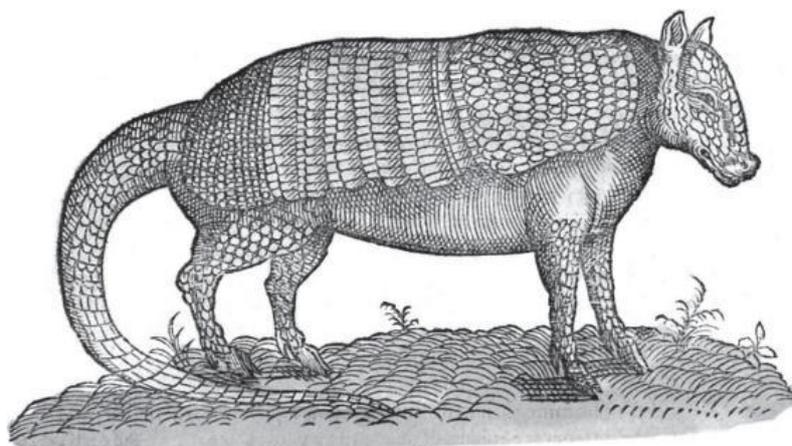
⁹⁵ PAPAVERO, Nelson.; TEIXEIRA, Dante. Martins. *Op. cit.*

⁹⁶ *Les observations de Plusieurs Singularitez Et Choses Memorables, trouvées en Grece, Asie, Indée, Egypte, Arabie & autres pays estranges. 1553.*

⁹⁷ *Portraits d'oyseaux, animaux, serpens, herbes, arbres, hommes et femmes, d'Arabie & Egypte, 1557.*

⁹⁸ Papavero e Dante identificam o icnêumon com o mangusto-do-egito. *Ibidem*. P. 67.

La peinture du Tatou.



Ce qui fait qu'on voit ceste beste ia cômune en plusieurs cabinets, & estre portée en si loingtain pais: est que nature l'a armée de dure escorse & larges escailles à la maniere d'un corcelet, & aussi qu'on peut aisement oster sa chair de leans sans riẽ perdre de sa naifue figure. Ia l'ay-ie dicte espece de Herisson du Bresil. Car elle se retire en ses escailles comme vn Herisson en ses espines. Elle n'excede point la grandeur d'un moyen Pourcelet: aussi est elle espece de Pourceau, aiant iambes, pieds & museau de mesmes: car on l'a desia veue viure en France, & se nourrir de grain & de fruitz".

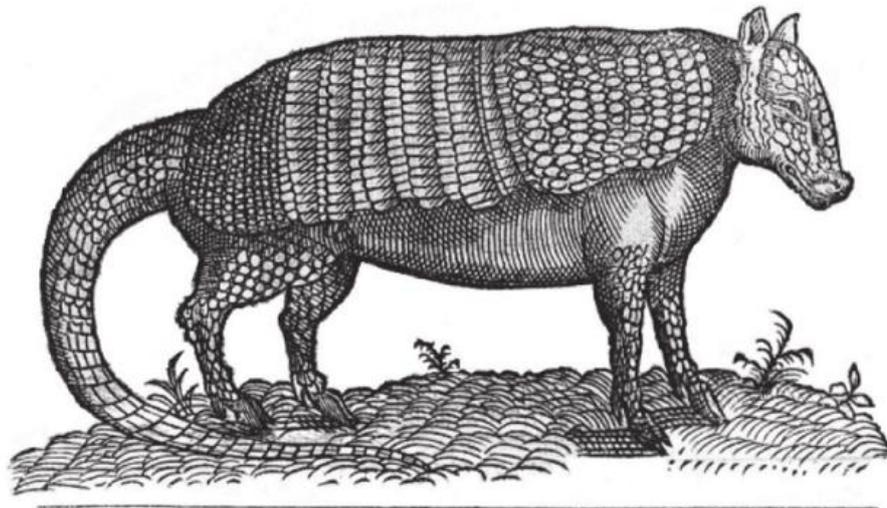
Imagem 3 – Tatu de Pierre Belon, *Les observations de Plusiers Singularitez Et Choses Memorables, trouvées en Grece, Asie, Indée, Egypte, Arabie & autres pays estranges*. Impresso por Guillaume Cavellat/Gilles Corrozet, 1553.⁹⁹

No que diz respeito à segunda publicação, o naturalista reafirma a ideia de que o animal possui escamas e de que seja semelhante ao ouriço e a um porquinho, assim escrevendo: “O tatu é tipo um ouriço,/ que se recolhe em escamas como/ o ouriço em seus espinhos. Quanto/ ao resto, possui o aspecto de um porquinho”.¹⁰⁰

⁹⁹ Retirado de: TEIXEIRA, Dante Martins; PAPAVERO, Nelson. Os animais do Brasil nas Obras de Pierre Belon (1517-1564). *Arquivos de Zoologia*, [s.l.], v. 45, n. 3, p.45-94, 31 dez. 2014. Universidade de Sao Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-7793.v45i3p45-94>. Disponível em: <www.revistas.usp.br/azmz/article/view/99817>. Acesso em: 19 nov. 2016.

¹⁰⁰ Apud: TEIXEIRA, Dante Martins; PAPAVERO, Nelson. *Ibidem*. P. 68.

Le portrait du Tatou.



Le Tatou est du rang de Herisson,
 Qui se retire en ses escailles, comme
 Le Herisson en ses espines. Somme
 Qu'au reste il a d'un Porceau la façon."

Imagem 4 – Tatu de Pierre Belon, *Portraits d'oyseaux, animaux, serpens, herbes, arbres, hommes et femmes, d'Arabie & Egypte*, Impresso por Guillaume Cavellat, 1557.¹⁰¹

Outra informação que nos chama a atenção, conforme nos mostra o título das referidas obras, é que Pierre Belon nunca esteve na América. Integrante da comitiva diplomática e comercial¹⁰² de Gabriel de Luetz d'Aramont, embaixador de Francisco I, rei da França, o estudioso embarcou para o Levante, em dezembro de 1546, e por onde muito circulou. Foi nessas andanças, inclusive entre feiras de singularidades,¹⁰³ que teve notícias do tatu por meio das mãos de comerciantes do Cairo e de Constantinopla, por quem soube que o animal era trazido da Guiné e “da nova terra que os clássicos não falam”. Seu retrato bastante fidedigno não o deixa mentir. O desenho da carapaça laminada e das “escamas” nas patas, no rabo e cabeça do animal condiz bastante com o seu relato, assim como as patas fendidas e a cara semelhante à do porco.

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² Além de buscar alianças políticas e comerciais, d'Aramont daria respaldo a uma ‘missão científica’ encarregada de estudar as plantas e outros produtos úteis para a medicina, avaliando as possibilidades de importação e até mesmo da aclimação de diferentes espécies do Levante. Idem. P. 46.

¹⁰³ Exploraremos um pouco mais esta ideia de mercado de singularidades no terceiro capítulo.

Ainda nos referindo ao estudo de Papavero e Teixeira, a analogia do tatu com um cavalo armado foi feita pela primeira vez por Martins Fernandez de Enciso, em sua *Suma de Geographia*, de 1519, e apareceu também nas obras de Gonzalo Fernández de Oviedo, *Historia General y Natural de lãs Indias*, de 1552, e Francisco López de Gomara, *Historia General de las Indias*, igualmente de 1552. Para os dois pesquisadores, esta constante comparação entre os cronistas espanhóis teria consagrado os nomes atribuídos ao tatu de “armadillo” e “encubertado”.¹⁰⁴ Nesse sentido, a descrição de Belon não constituiu uma novidade para o que se sabia do bicho à época. Sua originalidade reside no fato de também tê-lo associado ao Brasil e de ter realizado, ao que tudo indica, a primeira versão impressa do animal, antecipando o “dattu” de Hans Staden (1557).¹⁰⁵

Portanto, a primeira descrição que comparava a carapaça do tatu a uma espécie de “armadura” foi feita vinte e sete anos antes da viagem de Léry, enquanto a segunda e a terceira a antecediam em quatro anos, ou seja, um tempo suficientemente hábil para que o viajante francês pudesse conhecê-las antes de embarcar para o Novo Mundo. Além disso, é sabido que Jean de Léry havia lido Gomara, a quem cita inúmeras vezes ao longo de sua obra. Por isso, podemos presumir que a alusão à carapaça do animal, enquanto uma espécie de armadura, tenha sido, de fato, retirada do cronista espanhol. Nesse sentido, é bem provável que de inovador no relato de Léry tenhamos somente as informações sobre o comportamento do bicho entre “as moitas” e do uso que é dado à carapaça pelos indígenas.¹⁰⁶

Para encerrarmos este item, no que diz respeito à dificuldade de precisar o acesso às informações, se antes ou depois da viagem, gostaríamos de salientar que não se tratando mais de uma viagem de descobrimento, e sim de um empreendimento colonizador, nos parece mais provável que os viajantes tivessem e mesmo buscassem mais informações sobre a América do que se arriscassem numa missão de povoamento completamente desconhecida. Nesse aspecto, como vimos, tanto a semelhança das

¹⁰⁴ TEIXEIRA, Dante Martins; PAPAVERO, Nelson. Ibidem. Pp 68-9.

¹⁰⁵ TEIXEIRA, Dante Martins; PAPAVERO, Nelson. Ibidem. P. 69.

¹⁰⁶ Gandavo, do mesmo modo, recorre à imagem do cavalo armado e do leitão para construir a sua descrição do tatu. Acrescentando somente as analogias do casco do animal com o de cágado, o hábito de fazer covas com o do coelho e a semelhança da carne com a da galinha. GANDAVO, Pero de Magalhães. *Op. cit.* Pp. 94-5.

descrições quanto a data das publicações de obras que influenciaram o relato de Léry, nos permitem sustentar este argumento, ainda que não de modo definitivo.

1.10. Léry sem espelho

Por fim, gostaríamos de reafirmar que os viajantes não se baseavam somente, e de forma fundamental, nos relatos de colonos e europeus. Apesar de, como escreve Gandavo, “esta gente da terra” ser considerada “digna de pouco crédito”,¹⁰⁷ o conhecimento do outro, do indígena, sobre a terra, também é tido como importante referencial para o eu, mesmo que seja usado apenas como contraponto. Vejamos como se dá este processo a partir do relato do lagarto gigante descrito por Léry:

Certa ocasião dois franceses e eu cometemos o erro de visitar o país sem guias selvagens; perdemo-nos na mata e, quando ladeávamos profundo vale, ouvimos o rumor de um bruto que vinha em nossa direção mas pensando que fosse algum selvagem, não paramos nem demos importância ao caso. De repente, a trinta passos de distância, à direita, vimos na encosta da montanha um enorme lagarto maior do que um homem e com um comprimento de seis a sete pés. Parecia revestido de escamas esbranquiçadas, ásperas e escabrosas como cascas de ostras; ergueu uma pata dianteira e com a cabeça levantada e os olhos cintilantes encarou-nos fixamente. Como nenhum de nós trazia arcabuz ou pistola, mas somente espadas e arcos e flechas na mão, armas inúteis contra animal tão bem armado, ficamos quedos e imóveis, pois temíamos que, fugindo, o bruto viesse contra nós e nos devorasse. O monstruoso e medonho lagarto, abrindo a boca por causa do grande calor que fazia e soprando tão fortemente que o ouvíamos muito bem, contemplou-nos durante um quarto de hora; voltou-se depois, de repente, e fugiu morro acima fazendo maior barulho nas folhas e ramos varejados do que um veado correndo na floresta. O susto nos tirou a lembrança de persegui-lo no passeio. E como dizem que o lagarto se deleita ao aspecto do rosto humano, é certo que teve tanto prazer em olhar para nós quanto tivemos pavor em contemplá-lo.¹⁰⁸

Esta passagem é bem emblemática no texto de Léry. O autor não nomeia quem eram os outros dois franceses. É bem provável que não fizessem parte dos tradutores, a quem distingue algum deles, em certo trecho de sua obra, por serem normandos.

¹⁰⁷ GANDAVO, Pero de Magalhães. *Op. cit.* p. 127.

¹⁰⁸ LÉRY, Jean de. *Op. cit.* p. 140.

Ao contrário dos portugueses, que tinham por hábito introduzir o índio em sua cultura e língua, os franceses designavam entre eles alguns membros para aprenderem a língua e os hábitos dos indígenas, buscando garantir assim a maior eficácia nas relações entre *mairs* e tupinambás. Não obstante, a assimilação não se dava apenas no campo da comunicação:

[...] Com pesar sou, porém, forçado a reconhecer aqui que alguns intérpretes normandos, residentes há vários anos no país, tanto se adaptaram aos costumes bestiais dos selvagens que, vivendo com as mulheres selvagens ainda excediam os nativos em desumanidade, vangloriando-se mesmo de haver morto e comido prisioneiros. E conheci um rapazote de treze anos que já copulava com mulheres.¹⁰⁹

Ainda que exista a possibilidade de haver outros intérpretes, além dos referidos normandos (*alguns*), podemos deduzir que Léry não estava acompanhado por nenhum tradutor.¹¹⁰ Tendo em vista o método de formação do intérprete por meio da inserção desse dentro da tribo indígena, é de se esperar que ele tenha aprendido minimamente a se locomover e a se localizar sozinho dentro da selva, o que teria evitado o extravio dos franceses. Aceita esta hipótese, seguimos com o nosso raciocínio.

Como se percebe, a partir do momento em que os intérpretes não só se *adaptaram* como ainda *excederam* os selvagens em seus hábitos, Léry passa a estabelecer outra relação de inversão,¹¹¹ não mais entre índios e europeus, mas entre os intérpretes e os europeus, na qual os intérpretes passam a ser vistos como selvagens, assumindo o lugar do outro.

Afeito a explicar o Novo Mundo e a destrinchar as crenças dos indígenas por meio de sua concepção antagônica entre civilizado e selvagem, Jean de Léry fica

¹⁰⁹Idem, *Ibidem*. P. 201.

¹¹⁰ Ainda sobre a questão da adaptação cultural dos intérpretes, Staden, quando prisioneiro dos tupinambás, se encontra com um deles e, alegando, em tupi, que era alemão, e não português, pede-lhe para que convencesse os índios disso. Diante da negativa do francês, o alemão apela a motivos cristãos. Questiona se não temia o que lhe poderia acontecer na outra vida, caso permitisse que o matassem. Arrependido, eis que o francês nos dá a entender sua relação com os tupinambás: “*Assim procedem. E acrescentou que deviam os franceses adaptar-se aos selvagens, tinham que admitir o modo pelo qual tratavam os seus contrários, pois eram os franceses também os inimigos jurados dos portugueses.*” STADEN, Hans. *Op. cit.* P. 111.

¹¹¹ Análise de Hartog mencionada anteriormente.

desnortado ao se perceber sem o outro, como se não pudesse mais voltar a si.¹¹² Sem índio, sem intérprete e, portanto, sem guia, o sapateiro calvinista não só se encontra perdido na floresta, ele acabara de ultrapassar *os padrões de pedra* do conhecido. Passado este limite, sem o reflexo do outro, seu referencial cultural *produce monstros*.

Assim sendo, o lagarto causa espanto pela singularidade das circunstâncias em que os franceses o encontraram, assim como pelo exagero do seu aspecto, que lhe dá uma característica monstruosa, embora ele próprio continue sendo um animal: um lagarto maior que um homem e impenetrável às espadas e flechas. Seus olhos cintilantes encaravam e ao mesmo tempo contemplavam o aspecto humano, algo incomum a outros animais, causando um momento tão aterrorizante para aqueles que estavam sendo por ele fitados, deixando-os até sem reação diante de sua fuga.

Aproveitando o assunto, parece-nos oportuno fazer menção sobre uma prática muito comum entre os comentaristas contemporâneos nossos ao realizar comentários nas obras da época. Paul Gaffarel, por exemplo, escreve a seguinte nota sobre o lagarto gigante de Léry: “Talvez a sucuri, que ainda se encontra nas florestas do Brasil [...]. Segundo Gandavo, p. 77, “e os há tão grandes que engolem um veado inteiro ou qualquer outro animal do mesmo tamanho”.¹¹³

Gaffarel busca desvendar o lagarto monstruoso a partir dos escritos de outro autor do período, Gandavo, que pudesse indicar elementos reais da fauna brasileira, no caso a sucuri – desconsiderando que Léry tenha dito se tratar de um lagarto e mencionar que o animal levantou uma das patas dianteiras diante deles.

Sheila Moura Hue e Ronaldo Menegaz, partindo do relato de Gandavo e de outros escritos do período sobre os ipupiaras, inferem que, “talvez”, sejam eles leões marinhos – animais bípedes, carnívoros e abundantes na costa brasileira.¹¹⁴ Maria Adelino Amorin, ao mencionar a observação mais pragmática de Marco Polo em relação a outros viajantes medievais, faz referência ao unicórnio, de quem o genovês

¹¹² Hartog compara esse processo de transcrição do outro ao movimento das ondas quebrando na praia: “Começa então esse trabalho, incessante e indefinido como os das ondas quebrando na praia, que consiste em levar do outro ao próprio.” HARTOG, François. *Op. cit.* P. 243.

¹¹³ GAFFAREL, Paul., nota de roda-pé de número 267. In: LÉRY, Jean de. *Op. cit.* P. 140.

¹¹⁴ HUE, Sheila Moura.; MENEGAZ, Ronaldo., nota de roda-pé de número 5. In: GANDAVO, Pero de Magalhães. *Op. cit.* Pp. 130-1.

ameniza o fascínio¹¹⁵, e faz notar que “não raro o unicórnio era confundido com animais de um só corno como o rinoceronte, o que ajuda a compreender a decepção.”¹¹⁶

Esse tipo de abordagem nos leva a refletir sobre dois aspectos, na verdade, dois cuidados. O primeiro é sobre a materialidade do insólito, a possibilidade de constatarmos quais elementos materiais do *além* poderiam ter sido conjugados com os filtros culturais do *aquém* para constituírem as figuras fantásticas. Sérgio Buarque de Holanda nos dá outro exemplo disso ao demonstrar como o relato fantasioso, ou fantasiado, das amazonas de Orellana, estava associado ao aspecto material das riquezas do reino de Atualpa, descritas na relação de Francisco Xerez, impressa pela primeira vez em 1534, combinadas a fontes eruditas antigas sobre as mulheres guerreiras, tais como Estrabão, Arriano, Deodoro Sículo.¹¹⁷

Já o segundo aspecto diz respeito à ideia de desmistificar o insólito. A nosso ver, se colocado dessa maneira, como um corte no tempo, incorremos no risco de cair em anacronismo. Enunciar que o monstro x era, na verdade, ou possivelmente, o animal y, é simplesmente desconsiderar as possibilidades de representação social de cada época.¹¹⁸ Tal como enuncia Roger Chartier, a história cultural tem por princípio “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.”¹¹⁹

¹¹⁵ “É um bicho muito feio de se ver. Assim não são como vemos e imaginamos, que dizem que se deixam prender à donzela, mas diríeis que são em tudo o contrário do que gostaríamos que fosse.” Apud: AMORIM, Maria Adelina., *Op. cit.* p. 151.

¹¹⁶ *Idem.*

¹¹⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. cit.* p. 72.

¹¹⁸ É evidente que também temos que levar em consideração o contexto historiográfico próprio dos comentaristas para que nós mesmos não caíamos em anacronismo. Como no caso de Gaffarel, inserido num contexto positivista de produção histórica, buscava precisar as informações da forma mais exata e científica possível.

¹¹⁹ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990. p. 16-7.

CAPÍTULO SEGUNDO – A MATERIALIDADE DAS COUSAS

cosa maravillosa como lo que el hombre mucho desea y asienta una vez com firmeza en su imaginación, todo lo que oye y ve, ser em su favor a cada paso se le antoja

Frei Bartolomeu de Las Casas

Argumento do capítulo

Nesse capítulo, pretendemos demonstrar que a descrição da natureza brasileira, por vezes, não se dava de modo desinteressado. Pelo contrário, era pautada no referencial material da vida na Europa e atendia a demandas econômicas. Em alguns casos, era empregada para tornar o empreendimento colonial atrativo aos europeus, enquanto em outros sinalizava indícios de riqueza para aqueles que financiavam as viagens, e assim por diante.

Para alcançarmos o nosso objetivo, vamos nos utilizar, aqui, dos relatos de Gandavo, Pero Vaz de Caminha e Jean de Léry.

2.1. O paraíso e a vida rés-do-chão

Quando introduziu o texto de Gandavo, Sheila Moura Hue destacou que o viajante foi o primeiro português a apresentar o Brasil como “*casa*”, *como moradia*, *como terra a ser vivida*. Mais do que isso, temeroso de que os estrangeiros a conquistassem, por dela saberem mais do que os próprios portugueses, como assinala em seu prólogo, o autor se empenha em fazer de sua obra um panfleto propagandístico do empreendimento colonial aos seus conterrâneos. Para isso, consciente do largo

alcance que teria sua obra impressa, omitiu informações das versões manuscritas anteriores, como as observações negativas que havia feito sobre as adversidades da terra, tal qual a referência às formigas que destruíam as plantações. Os nativos, um dos principais elementos de resistência à colonização portuguesa, foram pacificados em seu relato, ainda que se contradissesse em alguns momentos, apontando-os como indolentes, canibais cruéis e vingativos.¹²⁰

A iniciativa de Gandavo de chamar a atenção para os potenciais financeiros do Brasil fica mais interessante quando temos em vista o momento econômico vivido por Portugal. Reanimadas as rotas do Levante e ameaçada a hegemonia lusitana na Malásia por conta da rota marítima moura de Samatra ao Mar Vermelho, assinala Marques de Almeida que o período compreendido entre os anos de 1545 e 1552 é de profunda crise para o país pioneiro na expansão marítima europeia. Ainda que mantivesse o incontestável domínio do Índico, a circulação de produtos e a rentabilidade da rota do Cabo estavam cada vez mais comprometidas. Não tardou e a feitoria portuguesa de Antuérpia fora fechada por ser deficitária, assim como, após derrotas militares, foram abandonadas as praças marroquinas.¹²¹ Em resposta, a Coroa portuguesa procurou diversificar seus investimentos e passou a depositar maiores esperanças na colônia brasileira, até então negligenciada. Para ajudar, em 1545, difundiu-se a notícia de que os espanhóis haviam encontrado minas de prata em Potosí. Não é à toa que, em 1549, Tomé de Sousa fora enviado a Salvador para estabelecer a primeira capital da colônia e organizar as rendas da Coroa no Brasil. Portanto, a par da situação, Gandavo não deixou de servir aos interesses portugueses ao publicar sua obra, em 1576.

Contudo, mais do que a intenção por trás da publicação, nos interessa compreender de que modo o viajante quis tornar atrativo o seu relato sobre o Brasil a ponto de pretender chamar a atenção de possíveis colonizadores lusitanos. Para esse fim, não basta somente entender o mundo que se conta, é necessário também apreender o mundo no qual se conta. Talvez, para as nossas pretensões, seja funcional o método do expatriamento sugerido por Phillipe Ariès:

¹²⁰ Cf. HUE, Sheila Moura. Introdução. In: GANDAVO, Pero de Magalhães. *Op. cit.* Pp. 23-4. Para mais informações a respeito das versões manuscritas e da impressa, ver o primeiro capítulo.

¹²¹ Cf. ALMEIDA, António Augusto Marques de. **Capitais e Capitalistas no Comércio da Especiaria: O Eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549)**. Aproximação a um Estudo de Geofinança. Lisboa: Edições Cosmos, 1993.pp. 21-2.

Philippe Ariès insistiu sobre a importância do expatriamento, da surpresa na explicação histórica: tropeçais no século XVI, em uma estranheza, estranheza para vós do século XX. Por que essa diferença? O problema está colocado. Mas direi que a surpresa, o expatriamento, o afastamento – esses grandes meios de conhecimento – não são menos necessários para compreender o que vos cerca, e de tão perto que não mais o vedes com clareza. Vivei em Londres um ano, e conhecereis bem mal a Inglaterra. Mas, por comparação, à luz de vossos espantos, tereis bruscamente compreendido alguns dos traços mais profundos e originais da França, aqueles que não conheceis a força de conhecê-los. Face ao atual, o passado, também é expatriamento.¹²²

Portanto, como pudemos constatar, o expatriamento nada mais é do que o distanciamento de si para se inserir no mundo do outro. E, o que nos interessa nisso, é o retorno ao mundo do eu, quando a diferença, seja ela cultural, seja temporal, se manifesta acerca de nós mesmos, quando ela torna visível aos olhos aquilo que a rotina e os costumes haviam anestesiado para nós mesmos. Assim, aquilo que causa espanto no mundo do outro revela no mundo do eu, por contraste, algo que parecia ser banal e cotidiano. Para entendermos melhor esse processo, nada melhor do que recorrermos aos exemplos. Voltemos a Gandavo:

Esta província é à vista mui deliciosa e fresca em grã maneira; toda ela está vestida de mui alto e espesso arvoredo, regada com as águas de muitas e mui preciosas ribeiras de que abundantemente participa toda terra, onde permanece sempre a verdura com aquela temperança da primavera que cá nos oferecem os meses de abril e maio. E isto faz não haver lá frios, nem ruínas de inverno que ofendam suas plantas, como cá ofendem as nossas. Enfim, que assim se houve a natureza com todas as coisas desta província e de tal maneira se comediou na temperança dos ares, que nunca nela se sente frio nem quentura excessiva.¹²³

¹²² BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais: a longa duração*. In: BRAUDEL, Fernand. **Escritos Sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 2009. p. 57.

¹²³ GANDAVO, Pero de Magalhães. *Op. cit.* P. 51.

Quando o viajante português destaca o verde permanente das terras brasileiras, ele, de imediato, o contrapõe àquilo que lhe é comum, ou seja, o clima europeu marcado pelas quatro estações bem definidas. E mais adiante, na tentativa de precisar sua tradução, especifica que a boa temperança do Brasil nada mais é do que um equivalente da primavera portuguesa, nem frio, nem calor em excesso. Todavia, há mais do que uma descrição da geografia brasileira. Ao nos expatriarmos no espaço e no tempo, nos colocando no lugar do leitor coevo e conterrâneo de Gandavo, emergem informações que até então nos passavam despercebidas. Escrever que no Brasil há uma eterna primavera nada mais era do que dizer que o país estava menos propenso a variações climáticas tão caras à agricultura do Velho Mundo. Não só isso, representaria também a possibilidade de se cultivar a terra ao longo do ano, sem as interrupções do outono e do inverno, esse último um castigo não só para as plantas como para os homens. Ainda nesse mesmo excerto destacado por nós, Gandavo suprimiu indicações negativas que antes se encontravam presentes em seus textos manuscritos, tais como os ventos pestilentos, que não poupavam nativos e portugueses, e o aspecto lasso da terra e de seus mantimentos.¹²⁴ Assim sendo, desejoso de atrair colonos, o viajante português fez do Brasil um horto de delícias.

Porém, Gandavo sabia que a expectativa de bom clima e terra fértil não seria suficiente para convencer seus compatriotas. Era preciso muito mais do que isso, e o autor português não cessou seu esforço:

Finalmente que desta e de toda a mais caça de que acima tratei participaram (como digo) todos os moradores, e mata-se muita dela à custa de pouco trabalho, em toda a parte que querem; porque não há lá impedimento de coutadas como nestes reinos, e um só índio basta (se é bom caçador) para sustentar uma casa com carne do mato, ao qual não escapa um dia que não mate porco ou veado, ou qualquer outro animal destes de que fiz menção.¹²⁵

¹²⁴ Ver notas de roda-pé de Sheila Moura Hue in: GANDAVO, Pero de Magalhães. *Op. cit.* Pp. 50-1.

¹²⁵ GANDAVO, Pero de Magalhães. *Op. cit.* Pp. 95-6.

Gandavo não deseja apenas ganhar o seu leitor pela barriga, com a promessa de mesa farta. Ele pretende também tocá-lo no seu desejo de ascensão social. Exercício dos nobres, impedida pelas coutadas do reino, talvez, a maior parte dos portugueses não se constituísse mesmo de hábeis caçadores, sobretudo em terras estrangeiras e na presença de estranhos animais. Desse modo, a variedade e a abundância de caça do Brasil nada mais eram do que a garantia de que, na ausência de grandes recursos para adquirir muitos escravos, um único índio bastaria, se fosse bom caçador, para alimentar toda uma família. Isso significava, finalmente, deixar de servir e passar a ser servido, afidalgar-se. Feitorizar a terra e desfrutá-la sem grandes esforços, a dominação portuguesa almejava, na expressão de Sérgio Buarque de Holanda, “uma riqueza fácil e quase ao alcance da mão.”¹²⁶

Não obstante, há outros fatores implícitos no desejo de promover a colonização, como veremos a seguir. Como bem assinalou Fernand Braudel, “se há uma nova expansão, geral, através do mundo, é porque o número dos homens aumentou.”¹²⁷ Ainda de acordo com o historiador francês, o mundo anterior ao século XIX é marcado pelo fluxo e refluxo da maré demográfica, ora expandindo, ora contraindo. E a Europa do pós- peste negra (1450-1640) vive uma alta populacional. Entre os anos 1560-1580, período condizente com a publicação de Gandavo, o homem volta a ser demasiado numeroso no Ocidente.¹²⁸

Maior população, maior demanda por comida. Os homens avançavam por entre as florestas, drenavam os pântanos. Aliviava-se a pressão. Porém, por vezes, chegava o momento em que as mãos já não davam mais conta de produzir o suficiente para tantas bocas. Como anota Braudel, via de regra, os rendimentos cerealíferos eram medíocres. “Uma má colheita, passa ainda. Duas, os preços ficam perturbados, a fome instala-se.”¹²⁹ A França, “país privilegiado mais que qualquer outro”, conheceu, só no século XVI,

¹²⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 95.

¹²⁷ BRAUDEL, Fernand. **Civilização material e Capitalismo: séculos XV – XVIII**. Lisboa: Edições Cosmos, 1970. Tomo I. p. 33.

¹²⁸ Idem. p. 19. Para maiores informações a respeito dos números e dos métodos de contagem, ver páginas 31 e 32 da mesma obra.

¹²⁹ Idem. p. 62.

13 fomes gerais. Isso sem contar as fomes locais e regionais, que muitas vezes escapavam aos registros. O grande paradoxo, por incrível que pareça, é que no campo se sentia primeiro os efeitos da carestia. As cidades, precavidas, contavam com armazéns e estoques de grãos, além da possibilidade de recorrerem a compras no estrangeiro. Os camponeses, dependentes dos mercadores, das cidades e de seus senhores, não contavam com reservas de alimentos. Não encontravam outra solução senão abandonarem suas terras. O que disso resultava? Uma massa de miseráveis que migrava para as cidades a mendigar e vadiar.¹³⁰

Nas cidades da passagem do século XVI para o XVII, segundo Braudel, colocava-se o problema: como “colocar os pobres em posição de não poderem fazer o mal”? Em Paris, os inválidos e doentes eram enviados aos hospitais, aqueles que estivessem aptos a trabalhar eram acorrentados, dois em dois, e colocados para limpar os fossos da cidade. Na Inglaterra de Elisabeth I, promulgavam-se as *poor laws*, as leis contra os pobres.¹³¹ Em Lisboa, para se encaminhar os vadios e arranjar-lhes amos, criou-se um cargo público especial custeado pela Câmara: *o pai dos velhacos*. Delitos menores, como furtos no valor de até 300 réis, eram punidos na cidade olisiponense com a amputação e a exposição pública da orelha do criminoso. Já no reinado de Dom João III, a pena para furtos e outros crimes miúdos fora substituída pelo desterro para o Brasil.¹³² Com um só golpe, a solução para dois problemas: o da criminalidade e o da colonização.

No entanto, a fome que arrastava os miseráveis para as cidades quase nunca vinha só, nesse cortejo fúnebre em que a morte desfilava triunfante, a acompanhá-la a peste estava. O cheiro das ervas espalhava-se no ar. Queimavam-nas os lisboetas em vários pontos da urbe, na esperança de que pudessem purificar os ares pestilentos. Aos doentes era proibida a circulação, assim como daqueles que tivessem contato com eles. Paralisavam-se os portos na esperança de se evitar ou de se conter o contágio. Os corpos se amontoavam pelos cantos e era preciso dar cabo deles. Na epidemia de 1506, Lisboa

¹³⁰Cf. Idem. P. 58

¹³¹ Cf. Idem. P. 59.

¹³² Cf. MICELI MICELI, Paulo. **O ponto onde estamos:** viagens e viajantes na história da expansão e da conquista (Portugal, séculos XV-XVI). 4. ed. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2008. p. 51.

ganhou dois novos cemitérios. Não se restringiu a peste a esse único ano, outras delas vieram ao longo do século XVI, em 1506, 1520-1521, 1523, 1524-1525... A corte, e quem mais gozasse de recursos, corria para refugiar-se no interior do reino. A cidade ficava sob as ordens da Câmara e, por sorteio, ficava algum vereador responsável pelo serviço sanitário. Os monarcas tomavam medidas para afastarem de seu círculo íntimo pessoas que, por alguma suspeita, pudessem ter sido contaminadas, o que nem sempre se mostrou eficaz. Em 1415, dona Filipa de Lencastre, mulher de dom João I, padeceu, em Sacavém, do temido mal. O mesmo aconteceu com dom Afonso V que, em 1481, encontrava-se isolado em Cintra. Ainda que o povo miúdo fosse o mais atingido, não deixava a morte com sua máscara rubra de, sem maiores cerimônias, visitar os palácios e aposentos de burgueses e fidalgos.¹³³

Ora, não seria a colonização um meio de, senão solucionar por completo, ao menos minimizar muitos dos problemas acima? O deslocamento de parte da população para o Brasil significaria um alívio na demanda por alimentos; os pobres, perigosos quando desocupados e famintos, passariam a ser produtivos e, de quebra, face às tentativas de invasões estrangeiras, Portugal garantiria a posse de uma lucrativa colônia. Para isso, era necessário convencer os portugueses dos benefícios das terras brasileiras: bom clima, ares salubres, terras férteis, escravos, riqueza fácil e ascensão social...

Sem dúvidas, não se trata de reduzir tudo a uma perfídia dos viajantes para convencerem os seus pares europeus a migrarem para o Novo Mundo. Em contraposição ao seu próprio mundo material, muitos realmente viram com bons olhos as potencialidades da nova terra. Escreve Léry que vários huguenotes, identificados com a França Antártica, lamentaram o retorno ao Velho Mundo, e só o fizeram por receio da perseguição de Villegagnon. Entre um e outro extremo há inúmeras nuances que muitas vezes se misturam. Constitui-se tarefa árdua delimitar cada uma delas com precisão: filtros culturais, materiais, interesses, entre outros. Por fim, gostaríamos de mencionar que, se no século XVI o Brasil foi retratado pelos viajantes como uma espécie de paraíso terrestre, como querem alguns autores, isso se deu, em grande medida, pelo fato de na Europa haver um tanto do inferno.

¹³³ As informações sobre as epidemias em Lisboa foram retiradas em MICELI, Paulo. **O ponto onde estamos**. Pp. 39-46.

Vejamos, agora, como o mercador desempenhou um importante papel na Europa da expansão marítima para, mais adiante, entender de que modo ele acabou por influenciar no olhar dos viajantes sobre o Novo Mundo.

2.2. O mundo do mercador

Peça *in media res*, O Mercador de Veneza, de Shakespeare, inicia com uma conversa entre três amigos: Antônio, a quem o título da obra faz referência, Solano e Salarino.

Melancólico sem motivo aparente, o mercador compartilha de seu sentimento com os dois amigos, que, de imediato, tratam de deduzir possíveis causas. Salarino e Solano, também eles mercadores, embora não tão ricos quanto Antônio, imaginaram que a possível causa da tristeza estivesse no oceano, na preocupação do amigo com o percurso de toda sua frota a singrar os mares.

Confessa Solano que, se tratasse de suas próprias riquezas presas ao mar, estaria ele próprio a examinar a direção dos ventos e a se debruçar sobre os portulanos conjecturando eventuais infortúnios. No embalo do pensamento do amigo, Salarino também tenta se colocar no lugar de Antônio. O sopro para esfriar uma sopa o remeteria às ventanias no mar. A ampulheta o faria pensar nos baixios e bancos de areia. As pedras do edifício da Igreja o reportariam aos rochedos e assim por diante...

Nada, em Shakespeare, é por acaso. Espírito de seu tempo, o dramaturgo traz à tona, no trecho por nós destacado, a mentalidade do mercador: a devoção ao lucro e o horror ao prejuízo. O cenário escolhido, a república veneziana, faz jus à trama, pois, desde os séculos XIV-XV, desenvolveram-se na Europa Ocidental, e em especial na Itália, poderosas firmas comerciais e bancárias. A península itálica havia se transformado na região mais moderna da Europa, tendo os negociantes um importante papel no seu desenvolvimento. Para termos uma melhor ideia do poder adquirido por essa próspera burguesia, podemos recorrer ao exemplo da Florença do século XV, na

qual “uma família procedente do comércio, do banco e da indústria – os Médici – tomou a direção de um Estado.”¹³⁴

Porém, se não foram das águas italianas que partiram as primeiras naus que se aventuraram além do *mare nostrum*, não deixaram os mercadores da península de participarem do empreendimento da expansão marítima. Quando se tratava de investimentos lucrativos, desconheciam, e continuam a desconhecer, os homens de negócio as fronteiras pátrias. Muitos mercadores, e não somente italianos, passaram a atuar como importantes financistas dos Estados Nacionais. E, cabe ressaltar, financiar muitas vezes significava custear e explorar a debilidade econômica dos monarcas, que acabavam por se entrelaçar nas teias de exigências dos seus credores. Nada melhor do que os exemplos para que possamos compreender melhor a relação entre mercadores e monarcas. Vejamos como isso se deu no caso de Carlos V, imperador da Espanha e do Sacro Império Romano-Germânico.

Para realizar o desejo de ver o neto, então Carlos I de Espanha, sucedê-lo no trono do Sacro Império, Maximiliano I tinha, antes de tudo, de obter o apoio e o voto dos príncipes alemães. Sem recursos financeiros para granjeá-los, socorreu-se o imperador junto das principais famílias de mercadores alemães. Entre elas, participaram ativamente da eleição de Carlos V, em 1519, os Welser, que em 1531 receberam títulos de nobreza e, anos mais tarde, em 1557, uma mulher de sua linhagem casou-se com o filho do imperador Fernando I. Esteve essa família ligada ao tráfico de têxteis e de especiarias nas principais praças da Europa e, desde a década de 1490, à exploração de minas de prata do Tirol e da Saxônia. Foram os primeiros alemães a estabelecerem negócios em Portugal, isso já no início das plantações de açúcar na ilha da Madeira.¹³⁵

Assim como os Welser, os Fugger participaram de modo significativo na eleição de Carlos V, de quem foram credores assim como de seu avô. Oriundos de Augsburgo, mantinham o controle das minas de cobre da Hungria e da Eslováquia.¹³⁶ Participaram também do negócio da especiaria, instalando, em 1503, uma de suas Casas em Portugal.

¹³⁴ Cf. DELUMEAU, J. **La Reforma**. Barcelona: Labor, 1973, p. 183. Apud: MICELI, Paulo. **História Moderna**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 111.

¹³⁵ Cf. ALMEIDA, António Augusto Marques de. **Capitais e Capitalistas no Comércio da Especiaria: O Eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549)**. Aproximação a um Estudo de Geofinança. Lisboa: Edições Cosmos, 1993. pp. 56-7.

¹³⁶ Idem. p. 32.

Sua importância como credores foi tamanha que chegaram a pagar os soldos atrasados para que os soldados de Carlos V voltassem aos postos de combate na guerra contra os turcos. Além disso, como nos recorda Paulo Miceli, “a própria Coroa do imperador teve sua confecção ‘patrocinada’ por esses banqueiros”.¹³⁷

Apesar do poder e do prestígio imperial, o dinheiro não vinha fácil, menos ainda de graça. A contrapartida oferecida pelo imperador estava nos privilégios que concedia em contratos comerciais e na exploração de minas de metais preciosos, ademais, as altas taxas de juros que se comprometia em pagar. Quando julgava exageradas as exigências de seus credores, acorria a financiadores alternativos, inclusive estrangeiros, como o renomado mercador florentino Filippo Gualterrotti.¹³⁸ E, apesar dessas tentativas de aliviar a pressão sobre as finanças, a sucessão de empréstimos chegou a uma situação limite. A manutenção de duas coroas era demasiado cara e as pretensões imperiais não deixavam de atrair problemas. Os Habsburgo, além da guerra contra os turcos, enfrentaram revoltas na Espanha, mantinham tropas na Itália, entraram em conflito com a França dos Valois e estavam determinados a sufocar a reforma religiosa em curso na Alemanha e nos Países Baixos. Todo esse movimento exigia uma ampliação das tropas, o que correspondia a mais empréstimos e maior pressão fiscal. Contabiliza o historiador Perry Anderson que, por volta de 1552, havia cerca de 150 mil homens sob o comando de Carlos V em toda a Europa. Um ano após sua abdicação, em 1556, seu herdeiro, Filipe I, teve que declarar oficialmente a bancarrota do Estado.¹³⁹ Ainda de acordo com Anderson, foram os calotes da dinastia Habsburgo que levaram à ruína os Welser e os Fugger.¹⁴⁰

Em Portugal, a situação financeira dos monarcas não era muito diversa da dos governantes Habsburgo. Com a chegada dos primeiros produtos das Índias, na virada do século XV para o XVI, Lisboa tornara-se porta de entrada das longínquas especiarias, “atraindo experiências alheias, fundos financeiros, mudando rotas seculares e agindo como centro difusor de importantes negócios.”¹⁴¹ Entretanto, desde o início da empresa comercial asiática, a Coroa demonstrou sua debilidade financeira para um empreendimento em escala mundial. Sem um leque de amplas possibilidades, D.

¹³⁷ MICELI, Paulo. **História Moderna**. P. 110.

¹³⁸ ALMEIDA, António Augusto Marques de. *Op. cit.* P. 49.

¹³⁹ A ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 1985. pp. 68-9.

¹⁴⁰ Idem. p. 250.

¹⁴¹ ALMEIDA, António Augusto Marques de. *Op. cit.* p. 20.

Manuel teve de recorrer a capitais alheios, gerando uma dependência econômica da Coroa e oportunidade de lucros para mercadores portugueses, italianos, alemães, burgaleses, flamengos...

Em alguns momentos, a Coroa portuguesa se viu envolta na disputa travada entre mercadores italianos e alemães pelos contratos da especiaria e pelo fornecimento de metais preciosos.¹⁴² Se por um lado a dependência dos adiantamentos dos mercadores estrangeiros dificultava o estabelecimento de políticas e estratégias comerciais, por outro el-Rei podia usar dessa mesma concorrência a seu favor. Foi o que ocorreu quando os Fugger pressionaram a Coroa na tentativa de monopolizar o fornecimento de metais, mormente do cobre e da prata. D. Manuel, em alternativa, e com êxito, recorreu aos mercadores italianos e espanhóis. Além disso, fatores externos, como a descoberta e a exploração da prata americana, que passou a fluir em Sevilha, também colaboraram para abrandar a pressão dos financistas alemães, jogando a favor do Monarca Venturoso.¹⁴³

Outra mostra da importância dos mercadores no movimento de expansão marítima nos dá Capistrano de Abreu. Rememora o historiador que a Coroa portuguesa decidiu arrendar as terras brasileiras por um triênio após a expedição exploratória, enviada no ano seguinte ao descobrimento, também não ter encontrado indícios de metais preciosos no novo território. Na falta desses últimos, os atrativos da terra seriam os escravos, os animais curiosos e o pau-brasil. Em 1506, as terras brasileiras foram arrendadas a Fernão de Loronha e outros cristãos novos ao preço de quatro mil ducados. Mais tarde, optou a Coroa por dar mais liberdade a quem desejasse explorar a terra, cobrando apenas a quinta parte dos gêneros levados.

Atividade lucrativa, a mercancia não se restringiu somente aos mercadores. Como escreveu Marques de Almeida, a atividade atraiu “quem dispunha de recursos líquidos e os nobres não fugiram à regra”. Cita o historiador o exemplo de D. Álvaro de Bragança, que foi um dos investidores das armadas de Pedro Álvares Cabral (1500), de

¹⁴² Na busca de maiores vantagens financeiras, ocorria de algumas famílias de mercadores portugueses se vincularem a grupos estrangeiros. Os Mendes, por exemplo, se estabeleceram em Antuérpia, em 1512, onde efetuaram contatos com as principais casas comerciais ausburguesas para a comercialização das especiarias. No ano de 1525, associaram-se aos italianos Affaitadi para deterem o monopólio da importação desses produtos. Cf. Idem. Pp. 45-6.

¹⁴³ Cf. Idem. P. 44.

João da Nova (1501) e de Vasco da Gama (1502). É importante lembrar que a participação da nobreza no financiamento das viagens não se tratava de um fenômeno estrutural, mas tampouco se limitava a casos esporádicos.¹⁴⁴

Se, com alguma frequência, os nobres manifestavam interesse em atuar na atividade mercantil, não raro era encontrar mercadores que desejavam se nobilitar – o que Fernand Braudel chamou de *pecado original* da burguesia. Mais do que o gosto pela terra e por títulos, era também uma forma de ascender e ser reconhecido no tecido social. Marques de Almeida assinala que, embora controlada pelos poderes instituídos da época, a nobilitação era uma tendência já no século XV. Inclusive, viu nisso a Coroa uma forma de remediar suas dificuldades financeiras. A coisa se vulgarizou de tal forma que, para um mercador ser gratificado com *moradia* e ser admitido como *Cavaleiro da Casa Real*, “bastava só subscrever empréstimos ou avançar com somas de dinheiro para a fazenda real.” Contudo, se enobrecer havia se constituído em atividade corrente, ao mesmo tempo, era um atributo difícil de se manter. Tal aspiração se dava a custa de muitos recursos, pois a Coroa, insaciável em matéria de financiamentos, viu nessa nobreza recente uma fonte da qual podia recorrer com constância.¹⁴⁵ Por fim, além da questão financeira, a própria Inquisição acabou por dificultar o processo de nobilitação dos mercadores, na medida em que os homens de negócio eram associados aos judeus, o que levou algumas famílias, principalmente de cristãos novos, a optarem por maior discrição na tentativa de evitarem problemas com o Santo Ofício.¹⁴⁶

2.3. A cobiça dos olhos

Como pudemos perceber acima, exerceram os mercadores importante influência no processo de expansão marítima europeia, assim como estiveram imersos em jogos de poder e de interesses com os monarcas. Vejamos, agora, como a questão do propósito e do financiamento das viagens colaborou no modo de ver o mundo dos viajantes. Para

¹⁴⁴ Idem. p. 69.

¹⁴⁵ Idem. p. 72.

¹⁴⁶ “Which is the Merchant here and which the Jew?” Shakespeare também deixa transparecer esse aspecto no Mercador de Veneza. Para mais informações sobre o assunto, ver as já mencionadas obras de Marques de Almeida, **Capitais e Capitalistas no Comércio da Especiaria**, e de Paulo Miceli, **História Moderna**.

isso, vamos recorrer à sempre referida *Carta* de Pero Vaz de Caminha a el-Rei, D. Manuel, sobre as novas do achamento do Brasil.

Passados vinte e três dias do descobrimento, estiveram os portugueses, nesse ínterim, ocupados em explorar a costa da nova terra. Na sexta-feira, 24 de abril de 1500, buscaram os nautas um local seguro para abrigar a armada. Navegaram cerca de dez léguas ao norte do sítio em que se encontravam antes e localizaram os navios menores um recife com um porto dentro, “muito bom e muito seguro”. O piloto Afonso Lopes fora designado para fazer a sondagem do local. Por lá, encontrou dois homens da terra, “mancebos e de bons corpos”, numa almadia e decidiu tomá-los para levá-los a bordo da nau capitânia. À noite, após serem recebidos os visitantes “com muito prazer e festa” pelos tripulantes, foram apresentados aos principais da esquadra, porém “não fizeram sinal de cortesia, nem de falar ao Capitão nem a ninguém”. Apresentaram-lhes, então, os animais e os alimentos comuns aos europeus, o que lhes causou grande estranhamento. Em seguida, Caminha nos surpreende ao fazer uma espécie de autoconfissão, na qual afirma, com toda a sinceridade, que o outro é entendido conforme a vontade de quem observa:

Viu um deles umas contas de rosário, brancas; acenou que lhas dessem, folgou muito com elas, e lançou-as ao pescoço. Depois tirou-as e enrolou-as no braço e acenava para a terra e de novo para as contas e para o colar do Capitão, como dizendo que dariam ouro por aquilo.

Isto tomávamos nós assim por assim o desejarmos. Mas se ele queria dizer que levaria as contas e mais o colar, isto não o queríamos nós entender, porque não lho havíamos de dar. E depois tornou as contas a quem lhas dera.¹⁴⁷

Como bem assinalou Capistrano de Abreu, após esmiuçar a tripulação da armada de Pedro Álvares Cabral, a expedição para as Índias não era apenas comercial, mas belicosa, caso os meios pacíficos fracassassem, e religiosa.¹⁴⁸ O viés guerreiro da armada cabralina teria sido motivado pelas tensões e conflitos em que se metera Vasco

¹⁴⁷ CORTESÃO, Jaime. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 19---. p. 207.

¹⁴⁸ Contabiliza Capistrano de Abreu “Mil e quinhentos soldados, negociantes aventureiros, aventureiros, mercadorias variadas, dinheiro amoedado (...). Alguns franciscanos, tendo por guardião frei Henrique de Coimbra (...)” *Op. cit.* P. 57

da Gama, na primeira viagem à Índia, o que de resto foi justificado pelos combates travados em Calicute, para onde rumaram os portugueses, e onde o próprio Caminha perdeu a vida. Dessa forma, se a viagem foi realizada e financiada para gerar mais riquezas aos mercadores e à Coroa, é compreensível que os viajantes interpretassem as ações do indígena como uma tentativa de troca e comércio. Assim o entenderam por assim intencionarem. E esse aspecto meramente interpretativo fica mais evidente quando, no dia posterior, no sábado pela manhã, em outra entrada na terra, os portugueses desistiram de se comunicar com os nativos por “a berberia deles ser tamanha que se não entendia nem ouvia ninguém.”¹⁴⁹

Em outra passagem da *Carta*, de modo análogo, o escrivão português demonstra, outra vez, o seu modo autêntico de explicar os acontecimentos. Nessa ocasião, na sexta-feira, 1 de maio, os portugueses haviam desembarcado decididos a tomar posse da terra.¹⁵⁰ Como esse ato se legitima por meio de um rito simbólico, escolheu o capitão um local visível para assentarem a cruz que, na terça-feira, havia sido confeccionada por dois carpinteiros da esquadra. Chantada a cruz no solo do novo território lusitano, com as armas e a divisa real, montou-se um altar ao pé dela e, pela segunda vez desde a chegada dos descobridores, rezou missa frei Henrique de Coimbra.

Cerca de cinquenta ou sessenta nativos acompanharam a cerimônia religiosa, de joelhos, como os europeus. Chegada a hora do Evangelho, ficaram todos de pé e com as mãos alçadas. Em outra passagem, tornaram a se assentar e assim foram seguindo os portugueses na liturgia católica. Nesse momento, destaca Caminha que:

Alguns deles, por o sol ser grande, quando estávamos comungando, levantaram-se, e outros estiveram e ficaram. Um deles, homem de cinquenta ou cinquenta e cinco anos, continuou ali com aqueles que ficaram. Esse, estando nós assim, ajuntava estes, que ali ficaram, e ainda chamava outros. E andando assim entre eles falando, lhes acenou com o dedo para o altar e

¹⁴⁹ CORTESÃO, Jaime. *Op. cit.* P. 210.

¹⁵⁰ Segundo Todorov, o ato de nomear em si era uma forma de se tomar posse, por isso os conquistadores rebatizavam os locais por onde passavam, não raro ignorando as denominações que haviam dado os naturais. *Op. cit.* P. 38.

depois apontou o dedo para o Céu, como se lhes dissesse algumas coisas de bem; e nós assim o tomamos.¹⁵¹

Novamente, salienta o escrivão português que o outro é entendido conforme a vontade do observador. Porém, nessa ocasião, a interpretação se deu por conta da *devoção* que causara a mimese indígena dos ritos religiosos europeus, como podemos confirmar na sequência do relato:

E, segundo o que a mim e a todos pareceu, esta gente não lhes falece outra coisa para ser toda cristã, senão entender-nos, porque assim tomavam aquilo que nos viam fazer, como nós mesmos, por onde nos pareceu a todos que nenhuma idolatria, nem adoração tem [...].¹⁵²

Impossibilitados de estabelecer um claro entendimento entre si, principalmente por falarem idiomas diferentes, todas as ações e tentativas de comunicação foram compreendidas de acordo com a vontade e os filtros culturais que carregavam índios e portugueses. O próprio fato de os descobridores estarem de passagem pela terra também colaborou para interpretações superficiais e idealizadas.

Tudo parecia confluir para uma percepção edênica do Brasil. O nu, que desde o início saltara aos olhos dos portugueses, deu o primeiro indício disso. Afinal, o hábito de vestir-se era próprio daqueles que haviam perdido a inocência original e sido expulsos do paraíso. Em seguida, a constatação de que os índios não lavravam, nem criavam, mas que viviam daquilo que a terra lhes dava, sem terem de recorrer ao trabalho.¹⁵³ Por fim, a imitação dos ritos da missa, assim como as falas e gestos do índio cinquentenário, foram vistos como atos de comoção e receptividade à fé católica.

¹⁵¹ CORTESÃO, Jaime. *Op. cit.* Pp. 236-7.

¹⁵² *Idem.* P. 238.

¹⁵³ Anotou Caminha, no dia 30 de abril: “Eles não lavram, nem criam. Não há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem qualquer outra alimária, que costumada seja ao viver dos homens. Nem comem senão desse inhame, que aqui há muito, e dessa semente e frutos, que a terra e as árvores de si lançam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos.” *Op. cit.* P. 234.

Os índios não possuíam idolatria, nem adoração, pois eram vistos como *tabula rasa* dos costumes, ritos e religião.¹⁵⁴

Embora fuja um pouco de nosso recorte geográfico e temporal, a primeira viagem de Colombo à América, ou, segundo o parecer do próprio navegante, à Ásia,¹⁵⁵ nos permite fazer paralelos comparativos ao descobrimento cabralino, colaborando para uma melhor compreensão da questão da interpretação do outro conforme a vontade do observador.

O plano inicial de Colombo, realizar um equivalente marítimo da viagem de Marco Polo, era, ao mesmo tempo, simples e monumental. Simples, pois o grande navegador genovês se fundamentava na ideia de que circunavegando o globo rumo ao ocidente chegaria à Ásia; monumental na medida em que, sinônimo de morte, não ousavam os homens adentrar, ao largo, o Mar Tenebroso. Apesar do feito inédito, nem tudo havia saído conforme o planejado. Entre a expectativa e a realidade, não perceberam os descobridores colombinos que havia um novo e estranho continente no caminho. Era necessário, portanto, explicar as adversidades apresentadas no decorrer da viagem, como veremos abaixo.

Após pisar em terras americanas, presumivelmente na atual ilha de São Salvador, na manhã de 16 de outubro de 1492, o Almirante do Mar Oceano deu início às diligências para cumprir o propósito de sua viagem: encontrar o império do Grande Khan e estabelecer relações comerciais com o Rei dos Reis. Porém, ao invés de refinadas especiarias, suntuosos palácios e elegantes chineses vestidos com a mais fina seda, encontraram os espanhóis, no atol das Bahamas, os tainos, pessoas de pele morena, que andavam seminuas, com os corpos pintados, e completamente díspares à esperada sofisticação asiática, cultural e material, que haviam noticiado os viajantes europeus durante a Idade Média.

Na tentativa de apreender o que se passava, Colombo recorreu aos nativos na busca de pistas sobre o continente e, por consequência, sobre a localização do Grande

¹⁵⁴ Cf. TODOROV, Tzevtan. *Op. cit.* Pp. 38-9. Para maiores informações sobre o assunto, sugerimos também a leitura, já mencionada por nós, de HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso**.

¹⁵⁵ Edmundo O’Gorman, *op. cit.*, defende a tese de que Colombo não pode ser considerado o descobridor da América, pois o navegador não tinha consciência de seu achado, o que o fez insistir, até o final da vida, na crença de que havia chegado nas Índias. Tal mérito, portanto, foi fruto de uma interpretação equivocada da historiografia que se sucedeu ao fato.

Khan. Não obstante, por falarem idiomas diferentes, caíram ambos em incompreensão. Quando indagados sobre o Khan, entenderam os tainos “Cariba”, índios antropofágicos da região. Em seu turno, quando respondido, o Almirante concebeu “Caniba”, ou seja, gente do Grande Khan. Além disso, compreendeu que os caraíbas tinham cabeça de cão (segundo Todorov, do espanhol *can*), com a qual comiam gente. Por isso, pensou que os tainos estivessem mentindo e acabou criando uma explicação mirabolante para dar sentido ao caso. Escreveu que, na verdade, se tratava de gente da senhoria do Grande Khan que ali vinha para escravizá-los.¹⁵⁶

Se o equívoco inicial pode ser atribuído à sonoridade da palavra “Khan”, de igual forma não se pode proceder com o restante do diálogo. O alerta emitido pelos tainos acerca dos hábitos canibais dos caraíbas havia sido muito bem entendido por Colombo.¹⁵⁷ No entanto, impulsionado por sua busca, quis esse último ressignificá-lo para que se adequasse às suas aspirações. O Almirante, inclusive, inverte a ordem das coisas. Não era ele que estava perdido no Mar do Caribe, eram os tainos que desconheciam os costumes de seus limítrofes inimigos. Os caraíbas, até então guerreiros antropofágicos, passaram a integrar as terríveis hostes do Grande Khan. Enquanto isso, os tainos, indefesos e ingênuos, não eram capazes de conceber o processo de escravização. Desaparecidos os seus, acreditavam piamente que haviam sido comidos. Os nativos foram apresentados como os prisioneiros da mítica caverna de Platão; Colombo como o seu libertador.

É evidente que não se tratava de mero devaneio. O Almirante não deixava de operar dentro da lógica cultural da Europa renascentista. No que concerne à ingenuidade dos tainos, sua interpretação vai ao encontro da de Pero Vaz de Caminha. Após sua passagem por Cuba, escreveu Colombo, na terça-feira, dia 6 de novembro, em seu diário de bordo:¹⁵⁸

¹⁵⁶ Cf. TODOROV, Tzevtan. *Op. cit.* Pp. 42-3. Ver também a anotação do diário de bordo de Colombo do dia 26 de novembro de 1492.

¹⁵⁷ Além do dia 26 de novembro de 1492, já referido por nós, Colombo anota a advertência dos tainos sobre os caraíbas, sempre acompanhada de sua interpretação das coisas, nos dias 23 de novembro e 11 de dezembro do mesmo ano.

¹⁵⁸ Como se sabe, o diário de bordo original de Colombo se perdeu. Do período, sobreviveram duas compilações estimadas pelos estudiosos, a de Dom Fernando, filho do Almirante, e a do Frei Bartolomeu de Las Casas. Essa última é a versão empregada por nós. Por isso, as falas do navegador genovês aparecem entre aspas, em terceira pessoa do singular.

“São”, disse o almirante, “pessoas sem maldade e pouco belicosas. Andam todos nus, homens e mulheres, como a mãe os pariu. É certo que as mulheres usam uma pequena coisa de algodão bastante grande para cobrir a sua natureza, mas mais não. São muito submissas, não muito negras, menos que nas Canárias.”

“Estou convencido, Sereníssimos Príncipes”, disse o almirante, “de que se tornarão em breve todos cristãos assim que pessoas devotas e religiosas entenderem a sua língua [...]”¹⁵⁹

Na semana seguinte, na segunda-feira, 12 de novembro, de modo a complementar o que havia dito antes, anotou Colombo em seu diário:

“Porque vejo e conheço”, disse o almirante, “que estas pessoas não são idólatras, mas muito doces e ignorantes do que é o mal, que não sabem matar-se uns aos outros, nem prenderem-se, não têm armas e são tão receosos que um dos nossos basta para fazer fugir cem, mesmo brincando com eles. São crédulos: sabem que há um Deus no céu e continuam persuadidos de que viemos de lá. Estão muito prontos a dizer alguma oração que lhes ensinemos e fazem o sinal da cruz [...]”¹⁶⁰

Fica evidente a semelhança explicativa a respeito dos americanos nos relatos do navegador genovês e do escrivão português. Oriundos de uma cultura religiosa comum, os viajantes, igualmente, viram na nudez dos nativos a inocência original. Na imitação dos gestos sacros europeus, viram a ausência de idolatrias, assim como a predisposição ao catolicismo. Em ambos os casos, encontrava-se na língua a origem do problema de comunicação. Rompida essa barreira, por serem os índios naturalmente bons, não careceria a todos se tornearem cristãos. Por fim, ressaltamos mais uma vez que o aspecto transitório das duas expedições descobridoras colaborou para acentuar essa interpretação rápida e idealizada de tainos e tupis.

Além disso, no que diz respeito à sua localização, Colombo também não estava a fazer disparates. Piloto versado que era, o Almirante sabia que, para o seu plano lograr sucesso, era necessário, ao menos, ter uma vaga ideia da configuração dos litorais que encontraria em sua chegada. Para tanto, estava a par das discussões da época, especialmente sobre a geografia de Ptolomeu e sobre as descrições de Marco Polo

¹⁵⁹ COLOMBO, C. *Op. cit.* Pp. 73-4.

¹⁶⁰ *Idem.* P. 75.

relativas às províncias chinesas de Catai e Mangi e ao arquipélago adjacente à grande ilha de Cipango, o atual Japão, no extremo Oriente.¹⁶¹ Assim sendo, *a priori* o navegador genovês não deixava de ter a seu lado o saber científico da época. Traçada a rota, encontrada a terra ao final do Oceano, a tendência era concluir pelo *achamento* da Ásia. Porém, os indícios encontrados na América dificultavam a sustentação dessa tese. Ao invés de se apegar àquilo que via, ou seja, ao conhecimento empírico, tão exaltado pelos modernos, Colombo preferiu recorrer ao argumento de autoridade. Segundo Todorov, o Almirante tinha uma interpretação finalista do mundo quando se tratava de analisar os sinais e crenças que possuía: “ele sabe de antemão o que vai encontrar; a experiência concreta está aí para ilustrar uma verdade que se possui, não para ser investigada, de acordo com regras preestabelecidas, em vista de uma procura da verdade.” O filósofo, linguista e historiador búlgaro utiliza, entre outros, do exemplo das sereias para fundamentar seu argumento. Convencido de que encontraria *mirabilias* em sua viagem, o navegador genovês não se dá ao trabalho de melhor entender aquilo que vê ou aquilo que lhe dizem. “Ele vê que as ‘sereias’ não são, como se disse, belas mulheres; no entanto, em vez de concluir pela inexistência das sereias, troca um preconceito por outro e corrige: as sereias não são tão belas quanto se pensa.”¹⁶²

Aqui, é importante fazer uma ressalva. Por mais que Colombo quisesse acreditar que navegava em águas orientais, ainda que buscasse demonstrar, a cada miragem desfeita, que em breve se encontraria o Grande Khan, isso não era o suficiente para justificar o vazio da razão de ser de sua viagem – a ausência de especiarias e de metais preciosos.

O navegador genovês havia passado quase dez anos, entre Portugal e Castela, tentando convencer ora Dom João II, ora os Reis Católicos, de financiá-lo em seu projeto marítimo sustentando a promessa de alcançar grandes riquezas. Inicialmente, o apresentou, em 1483, ao rei português, para quem já trabalhava. Recusada a proposta, após parecer dos conselheiros para assuntos náuticos de el-Rei, decidiu ir a Castela, em 1485. Lá também se deparou com negativa, tornando a Portugal, em 1448. Em terras lusitanas, assistiu ao retorno triunfal de Bartolomeu Dias. Se a descoberta da rota do Índico encerrou sua pretensão entre os portugueses, ela não deixou de colaborar para o

¹⁶¹ Para mais informações, ver O’GORMAN, Edmundo. *Op. cit.* Pp. 83-6.

¹⁶² TODOROV, Tzvetan. *Op. cit.* Pp. 22-3.

assentimento dos Reis Católicos, que passaram a ver na proposta de Colombo uma forma de fazer frente aos descobrimentos dos rivais ibéricos. Era uma aposta de custos relativamente baixos para os altos lucros que poderia trazer, o que explica, em parte, o porquê dos reis espanhóis terem cedido às exorbitantes pretensões de títulos e remuneração do Almirante.¹⁶³ Além do mais, como aponta Miceli, “foi decisiva a participação dos Pinzón, destacada família de Palos, (...) para que Fernando e Isabel decidissem apoiar o projeto do navegador (...).”¹⁶⁴

Mais do que apresentar o projeto, era necessário fundamentar sua viabilidade. Para isso, Colombo chegou, inclusive, a manipular alguns saberes incertos do período a seu favor. Se, àquela altura, a esfericidade da terra era consenso entre os doutos, o mesmo não se podia dizer a respeito do tamanho do globo terrestre ou da proporção ocupada pela Ilha da Terra em relação ao Oceano. Pairavam muitas dúvidas: a terra seria mais latitudinal ou longitudinal? Haveria outros continentes? Seriam habitados? E assim por diante. Consciente dessas imprecisões, o navegador genovês reduziu enormemente o tamanho da circunferência do globo para tornar factível o seu plano aos olhos de seus financiadores.¹⁶⁵ Outrossim, temeroso que seus homens se apavorassem com a grande distância percorrida no desconhecido Oceano, mentia acerca das léguas que haviam percorrido, informando uma distância sempre menor. Mesmo assim, a tripulação quase se amotinou às vésperas de avistarem terra. O Almirante só conseguiu contornar a situação recordando os marujos da promessa que haviam feito as Suas Majestades e os advertindo das severas punições que receberiam caso desertassem da expedição.

Tendo todos esses dados em mente, é possível inferirmos que o Almirante se sentisse pressionado para comprovar os resultados de sua viagem. No entanto, preencher o seu diário de bordo com alucinações sobre a localização do Grande Khan estava longe de ser o suficiente. Escreve o historiador estadunidense, Laurence Bergreen, que um dos meios encontrados por Colombo para entreter os seus financiadores reais e desviar o foco de sua viagem consistia na demorada descrição da natureza, sobretudo dos elementos exóticos: árvores que possuíam ramos de diferentes

¹⁶³ O’GORMAN, Edmundo. *Op. cit.* P. 102.

¹⁶⁴ MICELI, Paulo. **História Moderna.** P. 113.

¹⁶⁵ O’GORMAN, Edmundo. *Op. cit.* P. 76.

espécies brotando no mesmo tronco; cães que não ladravam...¹⁶⁶ Para Todorov, os elementos da natureza eram tidos como sinais de riqueza para Colombo. Em seu favor, o pesquisador búlgaro cita um correspondente que, em 1495, escreveu ao Almirante: “A maioria das coisas boas vem das regiões muito quentes, cujos habitantes são negros, ou papagaios...” E, assim, concluiu o porquê de Colombo ter escrito, na quinta-feira, dia 13 de dezembro de 1492, que os índios, que iam lhe encontrar na nau, haviam entendido que ele desejava ter um papagaio.¹⁶⁷

Para concluirmos esse item, gostaríamos de enaltecer o aspecto voluntarista no modo dos viajantes contarem o mundo. Os europeus não só estavam imersos nos filtros culturais de sua época como, amiúde, os manipulavam para dar sentido às especulações e explicações que elaboravam. Financiados para gerarem lucros, que nem sempre vinham, acabavam por ver no outro o seu próprio desejo de comércio; na natureza alheia, indícios de riqueza. Nesse sentido, talvez, o que difira de modo mais decisivo os relatos de Colombo e Caminha sobre a América é que o primeiro tinha por desafio explicar o novo mundo que encontrou numa já conhecida Ásia. Enquanto que o segundo, conhecedor das notícias e da rota traçada pelo Gama, conseguia aceitar mais facilmente as novidades que se apresentavam diante de seus olhos na descoberta de um novo território.

2.4. Os homens que amontoavam riquezas

Para encerrarmos a questão da vida material, enquanto um importante elemento no modo de perceber e explicar o mundo, gostaríamos de realizar uma espécie de prova real: ao invés de buscarmos detectar as influências culturais do europeu em sua narrativa do Novo Mundo, vamos recorrer à diferença assinalada entre os dois mundos a partir da observação dos tupinambás. Ou seja, num processo de inversão, não vamos mais levar o outro para o eu, e sim o eu para o outro. E, além disso, nesse movimento de vai-e-vem, vamos tentar demonstrar como esse relato de si pelo outro impactou o europeu numa nova forma de perceber a si próprio. No intuito de alcançar nosso

¹⁶⁶ BERGREEN, Laurence. **Colombo**: as quatro viagens. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. p. 41.

¹⁶⁷ TODOROV, Tzvetan. *Op. cit.* P. 29.

objetivo, iniciaremos com o esforço de um velho tupinambá entender o mundo do europeu a partir da mediação de Léry e, depois, utilizando do ensaio sobre os canibais de Montaigne, veremos como foi a experiência de três tupinambás na Europa.

Enquanto descrevia as qualidades do *arabutan*, o pau-brasil, Léry fez uma breve digressão relativa à *admiração* que tinham os tupinambás pelo desejo dos europeus pela madeira cor de brasa. Intrigado, um velho índio lhe indagou: “Por que vindes vós outros, maírs e perôs (franceses e portugueses) buscar lenha de tão longe para vos aquecer? Não tendes madeira vossa terra?”¹⁶⁸

Aqui, o sapateiro calvinista inicia o seu esforço de tradução. Retrucou que os europeus tinham muita madeira, porém, não daquela qualidade. E, diferentemente do que supunha o índio, não usavam o pau-brasil como lenha, e sim para dele extrair tinta para tingir, “tal qual o faziam” os tupinambás “com seus cordões e suas plumas”. Léry, de forma consciente, busca se aproximar dos referenciais do velho índio para se fazer entender, o que realizou com certo êxito – ao menos é o que tenta nos transmitir. Contudo, esclarecida a questão inicial sobre o uso da madeira, surge outra dúvida a respeito da quantidade:

[...] e porventura precisais de muito? – Sim, respondi-lhe, pois no nosso país existem negociantes que possuem mais panos, facas, tesouras, espelhos e outras mercadorias do que podeis imaginar e um só deles compra todo o pau-brasil com que muitos navios voltam carregados [...].

Mais uma vez, o intérprete francês nos dá conta de seu empenho comunicativo. Para explicar a questão dos mercadores e sua demanda pela madeira, sabia que não seria suficiente enunciá-los como ricos e ambiciosos comerciantes. Era necessário buscar no outro um equivalente semântico do eu. Na Europa, a riqueza poderia ser sinônimo, entre outras coisas, de acúmulo de metais preciosos, roupas luxuosas, fartos banquetes, grandes propriedades de terra, o que desconheciam os tupinambás. Assim sendo, o sapateiro calvinista procurou materializar a figura da riqueza com parâmetros do mundo

¹⁶⁸ A conversa entre Léry e o velho tupinambá está contida no capítulo XIII, “Das Árvores, ervas, raízes e frutos deliciosos que a terra do Brasil produz”. Para evitarmos a repetição da mesma referência nos trechos que se seguem, vamos deixá-la assinalada nessa nota. LÉRY, Jean de. *Op. cit.* Pp. 169-70.

do velho índio. Exemplificou-a com objetos apreciados pelos nativos (tecidos, facas, tesouros, espelhos...) e demonstrou, de maneira quantitativa, o poder que a ela era atribuído ao apontar que um único negociante, dos vários que havia na França, era o proprietário de muitos daqueles navios que partiam carregados de *arabutan*.

Admirado, o velho vislumbrou a imagem do Velho Mundo criada por Léry: “– Ah! (...) tu me contas maravilhas (...).” Todavia, quando voltou ao seu referencial de mundo, o tupinambá melhor assimilou a fala de seu interlocutor e tornou a questioná-lo. Quis saber se o homem tão rico do além-mar não morria. “– Sim”, respondeu o viajante francês, “morre como os outros.” Então, perguntou para quem ficava aquela riqueza acumulada. Obteve como réplica que era deixada para os filhos do negociante, se os tivesse, e na falta desses, para os irmãos ou parentes mais próximos. Compreendida, por fim, a questão da riqueza do mercador e, por tabela, o funcionamento da herança, não deixou o velho tupinambá de exprimir o seu espanto para com a cultura do europeu:

– Na verdade, continuou o velho, que, como vereis, não era nenhum tolo, agora vejo que vós outros mãrs sois grandes loucos, pois atravessai o mar e sofreis grandes incômodos, como dizeis quando aqui chegais, e trabalhais tanto para amontoar riquezas para vossos filhos ou para aqueles que vos sobrevivem! Não será a terra que vos nutriu suficiente para alimentá-los também? Temos pais, mães e filhos a quem amamos; mas estamos certos de que depois da nossa morte a terra que nos nutriu também os nutrirá, por isso descansamos sem maiores cuidados.

A estupefação do velho índio pode ser explicada na medida em que, bem-sucedida a tradução, a lógica do europeu não lhe pareceu aplicável em nenhum dos dois mundos, no qual se conta e o que se conta. Não à toa anotou Léry que o velho “não era nenhum tolo”. Qual o sentido dos franceses se arriscarem e depois se queixarem dos infortúnios das viagens ultramarinas se a riqueza que delas advinha era acumulada e, portanto, usufruída por aqueles que os sucediam? Mais do que isso, se a terra, em ambas as partes, era capaz de nutrir as sucessivas gerações de homens em suas necessidades, esvaziava-se de significado o acúmulo de bens e a transmissão de heranças. Contudo, cabe notar: o velho índio não era avesso às navegações, e sim às suas motivações. Tal como o velho do Restelo camoniano, ele estava ali para desenganar os europeus da

cobiça que tanto animou suas viagens. Destarte, o tupinambá compreendera tão bem o Velho Mundo, que conseguiu apreender algumas de suas contradições:

Este discurso, aqui resumido, mostra como esses pobres selvagens americanos, que reputamos bárbaros, desprezam àqueles que com perigo de vida atravessam os mares em busca do pau-brasil e de riquezas. Por mais obtusos que sejam, atribuem esses selvagens maior importância à natureza e à fertilidade da terra do que nós ao poder e à providência divina; insurgem-se contra esses piratas que se dizem cristãos e abundam na Europa tanto quanto escasseiam entre os nativos [...]. Era necessário que eu fizesse esta digressão, com vergonha nossa, a fim de justificar os selvagens pouco cuidadosos nas coisas deste mundo [...].

O trecho acima é particularmente interessante, pois, nele, o exercício de alteridade entre Léry e o velho tupinambá encontra o seu desfecho. Nesse caso, os traços mais profundos e arraigados do mundo do eu, quase invisíveis aos olhos por conta do efeito anestésico do cotidiano e do costume, não são percebidos após a constatação da diferença e/ou do retorno do mundo do outro, como quis Ariès em seu processo de expatriamento. Pelo contrário, ele ocorre, precisamente, quando o outro, em seu lugar de origem, compreende o mundo do eu e verbaliza a diferença/incongruência que constata por lá. É o velho tupinambá quem denuncia o europeu a si mesmo. A partir de então, o viajante francês consegue perceber que o conceito de “bárbaro” é uma atribuição relativa, e não algo inerente ao outro: bárbaro em relação a que e a quem. Quando se trata de valores como ambição/renúncia e avareza/generosidade, os “selvagens” tupinambás faziam corar os europeus “civilizados”...

Em nota de rodapé, no texto de Léry, Paul Gaffarel anotou que, talvez, essa digressão tenha sido uma das inspirações de Montaigne para escrever o seu ensaio sobre os canibais. De fato, colocados ambos os textos lado a lado, a hipótese do historiador francês não deixa de ser plausível. Para sustentá-la, menciona alguns exemplos, senão comuns, ao menos similares entre os dois autores, como o apego à natureza/pureza dos tupinambás em oposição ao costume/corrupção dos europeus e a relativização do conceito de bárbaro.¹⁶⁹ Além disso, no tempo do rei Carlos IX de França, enquanto esse

¹⁶⁹ Esse assunto também foi abordado brevemente no primeiro e no terceiro capítulo. Para o leitor que almejar maiores informações, lembramos que Carlo Ginzburg, no texto já mencionado por nós,

se encontrava em Rouen, três tupinambás foram para lá enviados, onde foram apresentados ao monarca, à cidade e aos hábitos dos franceses. Nessa ocasião, o ilustre pensador francês também teve a oportunidade de conhecê-los e de testemunhar suas impressões a respeito do país, como escreveu no excerto abaixo:

[...] Disseram que em primeiro lugar achavam muito estranho que tantos homens grandes usando barba, fortes e armados, que estavam em volta do rei (é provável que falassem dos suíços de sua guarda), se sujeitassem a obedecer a uma criança, e que não escolhessem, de preferência, alguém entre eles para comandar. Em segundo (eles têm uma tal maneira de se expressar na sua linguagem que chamam os homens de “metade” uns dos outros) que tinham visto entre nós homens repletos e abarrotados de toda espécie de comodidades, e que suas metades eram mendigos às suas portas, descarnados de fome e pobreza; e achavam estranho como essas metades daqui, necessitadas, podiam suportar tal injustiça, que não pegassem os outros pela goela ou atexassem fogo em suas casas [...].¹⁷⁰

Como podemos perceber, há uma diferença primordial entre o texto de Léry e o de Montaigne: o local de fala do outro quando esse se refere ao mundo do eu. No primeiro caso, estando o velho índio no Brasil, era ele dependente da habilidade de tradução do sapateiro calvinista assim como de sua própria capacidade imaginativa para conceber o mundo do além-mar. Ora, se o velho tupinambá havia se indignado com a falta de sentido no acúmulo de riquezas e na transmissão de heranças entre os europeus, imaginemos o que ele não diria se soubesse que a riqueza gerada por esses homens que se queixavam dos incômodos do mar não era nem para eles, nem para os seus, e sim para terceiros, como os mercadores. Possivelmente, por estar imerso em sua própria cultura e por ter tido um contato relativamente superficial com o europeu, o índio não tenha conseguido apreender essa diferença. Por isso, a designação genérica no tocante ao outro. Aparentemente, em sua fala, nautas e mercadores pertenciam ao mesmo grupo social e usufruíam, ou deixavam de usufruir, da mesma forma da riqueza obtida no Brasil. Ademais, podemos acrescentar a essa possibilidade, falhas ou omissões de Léry

Montaigne, os canibais e as grutas, também trabalha a questão da relatividade do conceito de bárbaro no ensaio do pensador francês.

¹⁷⁰ Michel de Montaigne. *Op. cit.* Pp. 156-7.

na transmissão das diversidades entre Velho e Novo Mundo, afinal, como ele mesmo assinalou, o discurso do índio havia sido resumido em seu texto.

Por fim, no segundo texto, o de Montaigne, a intermediação do tradutor sai de cena para dar lugar à observação empírica dos três tupinambás. Inseridos na França de Carlos IX, puderam os indígenas apreender de forma mais ampla e profunda as contradições do mundo do outro. Habitados a escolherem seus chefes militares, que os guiavam e ao seu lado batalhavam, não deixaram de estranhar os visitantes que entre os franceses o rei lhes fosse uma imposição, sobretudo quando se tratava de uma criança e, portanto, um líder inábil para os assuntos de guerra. Ao destacar a submissão voluntária do outro, os tupinambás falavam da virtude, deixando transparecer que, do ponto de vista do europeu, a idade de ouro seria marcada por algo semelhante ao princípio da equidade.

Contudo, não bastasse a desigualdade política, a *outra metade* dos franceses também se conformava com a desigualdade material. Ideia difícil de conceber, pois, como vimos no discurso do velho índio, para os tupinambás o acúmulo de riquezas não fazia sentido, uma vez que a terra era generosa para com todos e entre eles não havia uma noção clara de propriedade privada. Além do mais, emerge aí outro valor indígena: a bravura. Aceitar essa condição de privação material/existencial não era algo digno desses valentes guerreiros. Como sugerem em sua fala, no lugar dos franceses, teriam eles pego os ricos pela goela e incendiado suas casas. Daí a perspicácia de Montaigne ao escrever que “há mais barbárie em comer um homem vivo do que em comê-lo morto”. Ao conhecer os valores e os rituais antropofágicos dos rituais tupinambás, o pensador francês consegue realizar o exercício da alteridade e, de volta ao mundo do eu, constata as contradições da Europa, relativizando também o conceito de bárbaro. O que seriam os massacres religiosos vividos na Europa do século XVI perto das virtuosas guerras indígenas? Assinaladas as inúmeras diferenças, nas quais os europeus saíram em desvantagem, encerra seu ensaio ironizando: “mas, ora! eles [os tupinambás] não usam calças.”

Assim sendo, o Novo Mundo não se resumiu à novidade do outro, mas também pela descoberta, por vezes assustadora, do eu. Ou seja, para apreender a diferença é

necessário transgredir os limites do eu, que ao retornar a si já não se encontra mais o mesmo.

CAPÍTULO TERCEIRO - A EXOTIZAÇÃO DA NATUREZA BRASILEIRA

Se aqui descrevemos alguns animais raros e desconhecidos, esperamos que tal coisa não seja mal interpretada, mas que, ao invés disso, sirva para satisfazer o leitor, por certo um apreciador de raridades e singularidades, e uma vez que a Natureza não distribuiu suas obras igualmente por todas as regiões.

André Thevet, *Singularidades da França Antártica*

Argumento do capítulo

O que desejamos demonstrar nesse capítulo é que a natureza brasileira, por ser outra, era inerentemente exótica. Contudo, esse exotismo foi potencializado pelos relatos de viagem, não se dando apenas pelo estranhamento e pela novidade do descobrimento, mas também de forma consciente, voluntária e interessada.

Para embasarmos nosso argumento, utilizaremos, aqui, os relatos de Pero Vaz de Caminha, André Thevet e Jean de Léry.

3.1. O trivial e o exótico

Para iniciarmos nossa análise, vamos, mais uma vez, tomar de empréstimo a *Carta* de Caminha a el-rei D. Manuel. Ainda naquela mesma noite de sexta-feira, 24 de abril de 1500 d. C., vejamos como o escrivão português relatou o encontro dos indígenas brasileiros, breves hóspedes de bordo, com os animais presentes na esquadra cabralina:

Mostraram-lhes um papagaio pardo que o capitão traz consigo; tomaram-no logo na mão e acenaram para a terra, como quem diz que os havia ali. Mostraram-lhes um carneiro: não fizeram caso. Mostraram-lhes uma galinha; quase tiveram medo dela: não lhe queriam pôr a mão; e depois a tomaram como que espantados.¹⁷¹

Com toda a sua sensibilidade em perceber o outro, Caminha nos dá a entender nessa passagem que o trivial não cria grandes comoções além do reconhecimento de si. Diante do papagaio pardo do capitão, possivelmente obtido pelos portugueses na costa africana, e ele próprio uma evidência da atração exercida pelo diferente, a reação dos nativos não foi além de demonstrar que também havia outros espécimes semelhantes na terra. Por outro lado, quando se manifesta a diferença para os breves hóspedes de bordo, a reação é diversa e mais intensa. Nesse sentido, embora seja difícil de explicar o pouco caso que fizeram do carneiro, é de se presumir que tenha sido a novidade e a dessemelhança da galinha com relação a outros exemplares de aves brasileiras a causa principal do medo e do espanto que sentiram os dois índios.

Em outra passagem, desta vez não mais trazendo o outro para si, mas do encontro de si com o outro, numa entrada na terra, no domingo de pascoela, dia 26 de abril de 1500, Caminha também deixa transparecer como o trivial e o exótico nada mais são do que diversos referências de onde observam os espectadores. Quando escreve sobre a nudez, especialmente a das mulheres, o escrivão demonstra que o constrangimento pertencia aos portugueses, que tinham por costume e por *vergonha* vestirem-se, e não aos nativos, que a tinham por banalidade: “[...] Outra [mulher] trazia ambos os joelhos, com as curvas assim tintas, e também o colo dos pés; e suas vergonhas tão nuas e com tanta inocência descobertas, que nisso não havia vergonha alguma”.¹⁷²

Se o viajante português atribuía tal característica a uma espécie de inocência original,¹⁷³ é por ser a religião, como vimos no primeiro e no segundo capítulo, parte do

¹⁷¹ CORTESÃO, Jaime. *Op. cit.* P. 206.

¹⁷² *Idem.* P. 219.

¹⁷³ “Assim, Senhor, a inocência desta gente é tal, que a de Adão não seria maior, quanto à vergonha.” *Idem.* P. 239.

repertório cultural explicativo do mundo da época. Porém, de modo mais objetivo, podemos constatar a questão da diferença na observação de Montaigne: “[...], acho que não há nada bárbaro e de selvagem nessa nação, a não ser que cada um chama de barbárie o que não é seu costume [...]”¹⁷⁴

Se trocarmos “costume” por “natureza”, aquilo que é outro seria chamado de exótico. Enquanto que, aquilo que é próprio de si, de trivial. Para encorparmos o nosso argumento, vamos recorrer novamente a Montaigne, que ao citar um exemplo análogo ao vivenciado pelos índios brasileiros no navio português, parece uma vez mais compartilhar da percepção de Caminha, como podemos ver no trecho adiante: “[...] O primeiro que para lá levou um cavalo, embora já os tivesse encontrado em várias outras viagens, causou-lhes tanto horror naquela posição que o mataram a flechadas antes de chegarem a reconhecê-lo [...]”¹⁷⁵

Na tentativa de explicar a morte do europeu a flechadas, o pensador francês atribui à reação hiperbólica dos índios da região o horror que lhes causou o homem na posição de montaria. Não obstante esse sujeito fosse familiar pelas outras viagens que fizera à terra, não pôde ser *reconhecido*, ao menos não em tempo hábil, por conta do *desconhecimento* que os nativos tinham do cavalo, o primeiro que ali desembarcara, e da reação que esse animal suscitou nesses últimos. Assim sendo, o desconhecido parece ter sobrepujado o conhecido pelo estranhamento que causara. Fica, dessa maneira, latente o espanto sugerido no método do expatriamento de Ariès, como vimos no segundo capítulo.

A inversão inicial por nós proposta, a de apontarmos as reações dos índios diante dos animais europeus, e não os europeus diante dos exemplares brasileiros, tem um importante papel: o de demonstrar que o outro, seja pela diferença, seja pela novidade, tem um aspecto inerentemente exótico. Contudo, o que gostaríamos de assinalar é que, longe da pretensa objetividade renascentista, entre os viajantes europeus não há somente a constatação da diferença, mas também o desejo de explicitá-la e mesmo ampliá-la de forma consciente e voluntária. No primeiro capítulo, nós já nos deparamos com dois exemplos significativos disso, o caso do ipupiara, de Gandavo, e o dos singulares

¹⁷⁴ MONTAIGNE, Michel de. *Op. cit.* P. 145.

¹⁷⁵ Idem. P. 147.

bichos-preguiça, que não se alimentavam, descritos por Thevet. Para compreendermos melhor esse processo, vamos recorrer, agora, à descrição do coati, de Jean de Lery:

Quase oito meses depois de chegarmos à ilha em que se encontra Villegagnon, os selvagens trouxeram-nos um desses coatis o qual, como é de se imaginar, foi muito apreciado pela novidade. Por ser tão estranho, em comparação com os animais da Europa, mais de uma vez pedi a um tal João Gardien, perito desenhista da nossa comitiva, que mo desenhasse juntamente com outros animais desconhecidos na Europa; infelizmente ele nunca me atendeu.¹⁷⁶

Como podemos perceber, Léry não só tinha plena consciência da admiração que causaria o coati entre os seus conterrâneos como gostaria de explorar este aspecto pedindo, mais de uma vez, ao perito desenhista da expedição que o retratasse com esse e outros animais exóticos. Almejava, desse modo, estabelecer nos seus leitores europeus um efeito semelhante ao que viveram os indígenas quando se depararam com os animais do Velho Mundo: o estranhamento pela diferença e pela novidade. Para isso, pretendia colocar o leitor na cena, já que, como nos recorda Palmira Fontes da Costa, um dos grandes méritos do estilo naturalista de ilustração é o de criar “o efeito de um observador ou ‘testemunha virtual’.”¹⁷⁷ Além disso, a ideia de ser retratado vincula-se ao nosso primeiro capítulo no que diz respeito à tentativa de atestar e dar lastro à experiência contada, desta vez, com a apresentação de algo material.

Porém, se os relatos não eram meras constatações da observação direta da natureza brasileira, e sim, muitas vezes, uma tentativa de salientar o seu aspecto exótico, resta-nos buscar compreender o que motivava os viajantes a ampliar esta diferença. O coati acima, de Léry, e os exemplos do primeiro capítulo, como o ipupiara, de Gandavo, e a preguiça, de Thevet, nos fornecem uma importante pista: podemos pressupor que seja, em grande parte, pela tentativa de agradar a avidez dos europeus por singularidades. Como vimos anteriormente, os viajantes eram conscientes dessa demanda de seus leitores. Portanto, além de se impressionarem verdadeiramente com as

¹⁷⁶ LÉRY, Jean de. *Op. cit.* P. 145.

¹⁷⁷ COSTA, Palmira Fontes da. *Op. cit.* P. 252.

novidades que aqui viam, tratavam de poli-las num esforço de torná-las ainda mais agradáveis aos olhos e ouvidos de seus conterrâneos.

Segundo Fernando Cristóvão, foi a conjugação entre a invenção da imprensa, em 1455, e as grandes navegações, que permitiu a abundante publicação de narrativas e descrições de viagem que, por sua vez, criaria “um novo público, um novo gosto e novas possibilidades de os leitores manifestarem as suas preferências, pressionando os editores.” Público este, ávido por novidades, épicas descobertas e conquistas, realizadas em distantes e exóticas terras. Além disso, muitas dessas narrativas deixaram de ser reproduzidas no original e foram apresentadas “trabalhadas” em função do gosto do público, isto é, passaram a ser alteradas e retocadas pelos editores. Em grande parte, era o domínio dos editores e leitores sobre os autores. Ainda na tentativa de agradar o leitor, com o transcorrer do tempo, os editores passaram a acrescentar ilustrações, gravuras, desenhos e mapas nas obras. Não tardou e surgiram também coleções temáticas, entre outras novidades. Tudo isso em pleno século XVI.¹⁷⁸

Para termos uma melhor ideia da questão da influência editorial, vamos recorrer a algumas das obras por nós trabalhadas. De acordo com Frank Lestringant, foi a publicação da segunda obra de Thevet, *As singularidades da França Antártica*, de 1557, que o tornou célebre de modo mais decisivo.¹⁷⁹ Traduzida, inclusive, para o inglês e para o italiano, a publicação serviu de trampolim à carreira do frade franciscano. Em janeiro de 1559, a pedido foi secularizado, tornara-se *valet de chambre* e, em seguida, cosmógrafo do rei. Se não fosse a fama alcançada por sua segunda obra, possivelmente, o filho mais novo de uma modesta família de cirurgiões-barbeiros de Angoulême não teria chegado a tão alto cargo.¹⁸⁰ Aí, talvez, resida uma das grandes questões do

¹⁷⁸ A questão do mercado editorial das narrativas de viagem, em si, daria um novo tema de pesquisa. De acordo com Fernando Cristóvão, esse amplo movimento literário que ele identifica como Literatura de Viagens, durou do século XV ao final do XIX. Como não temos a pretensão de esmiuçar a questão, o que, aliás, fugiria de nosso propósito, indicamos a leitura do texto do autor para quem desejar maiores informações: CRISTÓVÃO, Fernando. Introdução: Para uma teoria da Literatura de Viagens. In: CRISTÓVÃO, Fernando. **Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens: Estudos e bibliografias**. Lisboa: Edições Cosmos, 1999.

¹⁷⁹ A primeira publicação de Thevet foi a *Cosmografia do Levante*, de 1554, na qual descreve e ilustra esta região onde viveu de 1549 a 1552. Segundo Lestringant, a obra era mais um compilado de autores humanistas do que lembranças do autor.

¹⁸⁰ LESTRINGANT, F. *Op. cit.* Pp. 29-30.

pretendido sucesso editorial: o reconhecimento enquanto um elemento de prestígio para se obter mercê dos grandes senhores e príncipes a quem, geralmente, as obras eram dedicadas. É evidente que não se trata apenas de uma questão de se tornar famoso. As expedições, o deslindar dos territórios além-mar e o conhecimento adquirido e exposto nas obras também eram tidos como serviços prestados aos soberanos. Entretanto, a publicidade das obras e dos feitos dos viajantes parece ter sido um fator determinante para que fossem mais bem agraciados.

Agora, vamos ao caso de Léry. Pessoa próxima do círculo de Calvino, antes mesmo de se aventurar em terras brasileiras, o viajante, após o seu retorno à pátria de origem, desejava tornar-se ministro e seguir o caminho da fé. Não tinha a intenção de escrever sobre sua viagem, o fez por insistência dos amigos e para desmentir o cosmógrafo do rei, como vimos no primeiro capítulo. Apesar de sua relutância inicial, obteve sucesso junto ao público, como poderemos perceber pela longevidade e quantidade de edições de seu relato. Contudo, não temos informações suficientes para dizer se e como o autor usufruiu do reconhecimento de sua obra. Sabemos que esteve em grande parte ocupado com as questões religiosas, sobretudo, em sobreviver às guerras entre huguenotes e católicos. Para termos um número mais preciso, recorremos a Paul Gaffarel, que contabiliza de 1578 a 1677 ao menos sete edições francesas da *Narrativa* e pelo menos cinco versões vertidas ao latim, a língua universal de então.¹⁸¹

No que diz respeito aos portugueses, podemos dizer que tiveram grande dificuldade em divulgar suas obras por conta da política do sigilo adotada pelos monarcas lusos. Gandavo, por conta disso, só conseguiu publicar uma única edição de sua obra. Entretanto, isso não impediu que o viajante fosse conhecido entre os seus coevos. Segundo Sheila Moura Hue, foi citado entre muitos historiadores portugueses de seu tempo, servindo, ademais, de inspiração para o romance *Les trois mondes*, de Lancelot Voisin de La Poppelinière, impresso em Paris em 1582.¹⁸² O viajante, que havia trabalhado como “moço da câmara” do rei D. Sebastião e na Torre do Tombo, “transladando” alguns livros, foi nomeado provedor da fazenda da cidade Salvador, na

¹⁸¹ GAFFAREL, Paul. Nota Bibliográfica. In: LÉRY, Jean de. *Op. cit.* Pp. 27-9.

¹⁸² HUE, Sheila Moura. Introdução. In: GANDAVO, Pero de Magalhães. *Op. cit.* P. 15.

Bahia, após publicar o seu livro. Entretanto, provavelmente, nunca chegou a exercer o cargo.¹⁸³

O próprio Caminha, após dar notícia da nova terra e de sua fertilidade, e depois de terem constatado os portugueses que ali não havia ouro, nem prata ou outro metal de que pudessem tirar proveito, escreve ao rei dizendo que a melhor semente que poderia lançar naquele lugar seria a salvação do gentio, e, em seguida, tenta salvar os seus. Aproveitou-se do relato dirigido ao rei para pedir graça a seu genro, Jorge de Osório, que então habitava a ilha de São Tomé. Sem embargo, como vimos antes, Caminha foi morto em combate na Índia, em 1500, e ficamos sem saber se obteve a mercê. Além disso, pela já mencionada política do sigilo, ficou a *Carta* desconhecida do público, ou como diria Jaime Cortesão, seqüestrada por mais de três séculos na Torre do Tombo de Lisboa, até o ano de 1817, quando ganhou sua primeira impressão na *Corografia Brasílica* do Padre Manuel Aires, pela *Impressão Régia* do Rio de Janeiro.¹⁸⁴

Portanto, como vimos, seja pela publicidade, seja pela proximidade que criava com os grandes senhores e príncipes, tentavam os viajantes tirar proveito de suas narrativas. Por isso, além das informações que traziam, havia, também, o esforço em torná-las apazíveis segundo o gosto da época. Porém, a questão do exótico não se limitou somente aos relatos. Foi ela também explorada de modo material, como veremos a seguir.

3.2. Materializar o exótico

Conta-nos Paulo Miceli que, no ano de 1517, a vida e o flagelo cotidiano dos ulissiponenses foi interrompido por um inusitado espetáculo. El-Rei, Dom Manuel, soube por meio de seus naturalistas que o rinoceronte e o elefante seriam irreconciliáveis inimigos. Interessado na possível peleja, para se entreter, o rei patrocina

¹⁸³ Idem, *Ibidem*. pp. 15-6.

¹⁸⁴ CORTESÃO, Jaime. *Op. cit.* p. 25.

o traslado dos dois animais, em alguma nau portuguesa, a Lisboa. Contudo, o plano não saiu como imaginado:

Postos frente a frente, o elefante apavorado disparou em direção ao seu estábulo, fugindo ensandecido pelas ruas da cidade e distraíndo a população de seus trabalhos e dores cotidianas. Desse rinoceronte, sabe-se que, meses depois, quando viajava para ser oferecido de presente ao papa Leão X, morreu no naufrágio da nau que o transportava, próximo de Veneza. Mesmo assim, foi recolhido na praia chegando empalhado ao seu destino...¹⁸⁵

A história acima, embora trate de espécimes africanas, nos interessa por evidenciar como as novidades trazidas pelo longo e paulatino movimento da expansão marítima, de fato, animaram a curiosidade dos europeus. Escancara essa perspectiva o Monarca Venturoso que, mais do que relatos, fez *materializar*, diante de seus olhos, aquilo que diziam seus naturalistas. O fez porque podia, podia porque era rei. Frustrada sua expectativa inicial, quis dar cabo do rinoceronte. Deu-lhe de presente ao papa Leão X, o que não nos surpreende de todo. Mais do que generosidade ou devoção ao santo padre, podemos ver nisso também um ato político.

De acordo com o historiador Pedro Dias, desde 9 de janeiro de 1443, pela bula *Etsi Suscepti*, “o papa Eugénio IV colocou sob o padroado da Ordem de Cristo todas as terras da Expansão, as descobertas e as que viessem a ser conhecidas, e que D. Manuel já havia sido elevado a seu administrador em 1484.”¹⁸⁶ Ora, tendo isso em vista, não seria o presente real, vivo ou empalhado, uma pequena demonstração material do poder do império português, posto avançado do cristianismo entre as mais remotas regiões e povos do mundo? Quis el-Rei ver e fazer ver aquilo que se contava de seu vasto império, assinalando, acima de tudo, a diferença, o exótico.

¹⁸⁵ MICELI, Paulo. **O ponto onde estamos**. P. 53.

¹⁸⁶ DIAS, Pedro. À Maneira de Portugal e da Índia: Uma tapeçaria inédita. **V.o.c Antiquidades**, Porto, p.1-32, 2007. p. 27. Disponível em: <http://www.pab.pt/_usr/downloads/%C3%80%20Maneira%20de%20Portugal%20e%20da%20%C3%8Dndia.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.

Para melhor compreendermos como funciona esse processo de materialização do exótico, retornemos ao descobrimento do Brasil. No domingo, 26 de abril de 1500, após a missa de páscoa, fizeram os portugueses outra entrada na terra, desta vez com a ilustre presença do capitão da esquadra, Pedro Álvares Cabral. Escreve Caminha sobre o picaresco encontro desse último com um velho índio nas proximidades de um rio:

Trazia este velho o beijo tão furado, que lhe caberia pelo furo um grande dedo polegar, e metida nele uma pedra verde, ruim, que cerrava por fora esse buraco. O capitão lha fez tirar. E ele não sei que diabo falava e ia com ela direito ao Capitão, para lha meter na boca. Estivemos sobre isso rindo um pouco; então enfadou-se o Capitão e deixou-o. E um dos nossos deu-lhe pela pedra um sombreiro velho, não por ela valer alguma coisa, mas por amostra. Depois houve-a o Capitão, segundo creio, para com as outras coisas, a mandar a Vossa Alteza.¹⁸⁷

O que nos salta aos olhos, no trecho acima, é como um objeto sem valor comercial aparente, que a priori causou repulsa nos portugueses, como a pedra verde do beijo do velho indígena, ganhou outro sentido mais amplo. Queria-a um dos homens da armada, *não por ela valer alguma coisa, mas por amostra*. Ou seja, de adereço repugnante passou a ser a pedra uma prova material daquela extraordinária experiência. Nesse aspecto, passou a ser valorada não somente por um simples membro da esquadra como pelo próprio Capitão, que nela viu uma oferenda digna dos caprichos reais.

Além da pedra verde, muitos outros objetos que se apresentavam como exóticas novidades aos europeus foram coletados como amostra para el-Rei: arcos e flechas; “um ramal grande de continhas brancas, miúdas, que querem parecer de aljaveira”;¹⁸⁸ cocares das mais diversas colorações de penas; “papagaios vermelhos, muito grandes e formosos, e dois verdes pequeninos, e um pano de penas de muitas cores, maneira de tecido assaz formoso.”¹⁸⁹ Não há nisso nenhuma novidade. Conforme Dias, “o gosto pelo exótico foi uma constante das cortes europeias do fim do século XV e sobretudo do

¹⁸⁷ CORTESÃO, Jaime. *Op. cit.* P. 220.

¹⁸⁸ *Idem.* P. 202.

¹⁸⁹ *Idem.* Pp. 226-7.

século XVI e da primeira metade do século XVII”.¹⁹⁰ E os viajantes tinham consciência disso, sendo, em alguns casos, inclusive, instruídos para adquirirem tais novidades. O inventário do guarda-roupa de curiosidades de D. Beatriz, mãe de D. Manuel, assim como o do próprio Monarca Venturoso e o de seu filho, D. João III, nos dão conta do apreço que tinham por esses objetos, principalmente pela grande quantidade de obras africanas e orientais que possuíam. Porém, ao que tudo indica, foi D. Catarina de Áustria, esposa de D. João III, e irmã do imperador Carlos V, a primeira grande colecionadora de maravilhas do Oriente. A rainha, além de adquirir tais produtos nas praças de Lisboa, chegou a enviar agentes para obtê-los na Índia e no Ceilão, juntando peças não só desses dois países como da Costa Oriental da África, Golfo Pérsico, China e Japão. Para além de colecionar, foi a rainha muito generosa com seus irmãos, primos e cunhados que ocupavam tronos europeus, enviando-lhes muitas das peças que havia conseguido.¹⁹¹

No que diz respeito à curiosidade em relação aos descobrimentos, não diferiam os franceses dos portugueses. Homem de seu tempo, tinha Thevet consciência do impacto que causariam as novidades exóticas do Novo Mundo e quis materializá-las no retorno de sua viagem:

Ali também existem inúmeros pássaros de diversas espécies e plumagens. Alguns são vermelhos como escarlata fina; outros são brancos, plúmbeos ou manchados como os esmerilhões. Destas plumas os indígenas fazem penachos de vários tipos, usando-os como ornamento quando saem em missão de guerra ou na cerimônia da execução dos prisioneiros. Também fazem com eles mantos e cocares à moda local. Quem quiser poderá ver um desses mantos, pois fiz presente de um deles ao Senhor de Troistieux, fidalgo da casa ou Reverendíssimo Monsenhor Cardeal de Sens, Guarda dos Selos de França, grande apreciador de todas as singularidades e admirador das pessoas virtuosas.¹⁹²

¹⁹⁰ DIAS, Pedro. *Op. cit.* P. 31.

¹⁹¹ Retiramos tais informações do texto de Pedro Dias, que recorre às pesquisas de Anselmo Braancamp Freire sobre o inventário dos guarda-roupas de curiosidades dos citados monarcas portugueses, publicadas no *Arquivo Histórico Português*. DIAS, Pedro. *Op. cit.* P. 31.

¹⁹² THEVET, André. *Op. cit.* P. 90.

O cosmógrafo do rei não só buscou enfatizar a diferença apresentada pela pluralidade de cores de nossas aves como quis demonstrar de que modo as apreciavam os nativos: utilizando-se de suas penas na confecção de penachos que eram empregados de modo simbólico em guerras e em rituais de antropofagia. Esses pormenores explicativos e simbólicos também podem ser vistos como uma forma de valorizar o relato e os objetos trazidos por Thevet. Podemos tomar nota disso pelo depoimento de Montaigne:

[...] Vê-se em vários lugares, e entre outros em minha casa, a forma de seus leitões, cordões, espadas, e pulseiras de madeira com que cobrem os punhos nos combates, e grandes caniços abertos numa ponta, cujo som marca a cadência de sua dança [...].¹⁹³

O pensador francês demonstra, desse modo, que não se trata de mero colecionismo, e sim da possibilidade de se instruir em relação à cultura tupinambá por meio de tais objetos.¹⁹⁴ Por conseguinte, tendo conhecimento que o cardeal de Sens, senhor de Troistieux, era um grande apreciador de singularidades, além de ter sido a primeira personalidade a receber Thevet depois de seu retorno à França, quis o frade dedicar-lhe não somente a publicação de sua obra como também um dos penachos que trouxe do Brasil. O presente, portanto, exerceu dupla função, a de agradar o cardeal e a de atestar o que dizia o cosmógrafo dos últimos Valois (*quem quiser poderá ver um desses mantos*).

E, como sabemos, não foi somente o senhor de Troistieux que Thevet quis agradar com os presentes exóticos. Depois de descrever o tucano – o qual, abaixo do peito, tem uma mancha de penas amarelas, “e não é possível encontrar-se um tom de amarelo mais maravilhoso do que este”, e na ponta da cauda, penas vermelhas como o sangue – e a estima que os nativos tinham por sua plumagem, uma vez que “com elas confeccionam os adornos de suas espadas, além de mantos, chapéus de penas, etc.”, diz

¹⁹³ MONTAIGNE, Michel de. *Op. cit.* P. 148.

¹⁹⁴ Sobre o interesse de Montaigne pelos tupinambás, inclusive no que diz respeito a seu colecionismo, escreve Ginzburg: “O gosto é um filtro com implicações morais e cognitivas, além das estéticas. O esforço de Montaigne para compreender os indígenas brasileiros era alimentado pela atração por aquilo que era bizarro, remoto e exótico, pelas novidades e curiosidades, pelas obras de arte que imitavam a natureza e pelos povos que pareciam próximos do estado da natureza [...]” GINZBURG, Carlo. *Op. cit.* P. 69.

o frade franciscano ter trazido para a França, como oferta ao rei, “um bellissimo chapéu de penas, rico e singular adorno”. Em seguida, Thevet trata do aspecto disforme e “monstruoso” da ave, que possui um bico “quase tão grosso e comprido quanto o resto do corpo”.¹⁹⁵ Para comprovar o que escrevia, obteve um exemplar dessa e de muitas outras “aves empalhadas que eu trouxe da América, as quais apresentam plumagens de cores variadas: amarelas, vermelhas, verdes, purpurinas, azuis, etc. Dei-as de presente a el-Rei, por se tratarem de espécimes singulares dantes jamais vistos por aqui.”¹⁹⁶

Thevet nada mais fez com suas oferendas do que dar mostra ao rei Henrique II das novidades e singularidades exóticas que povoavam suas possessões no além-mar. E se não fossem suficientes as evidências concretas, por que não recorrer à imaginação? Como bom cortesão, dá asas aos sonhos coloniais franceses ao inserir em mapas, “ao longo das margens outrora selvagens”, fortins e cidadelas muradas na baía de Guanabara ou no estuário do São Lourenço.¹⁹⁷ Como assinala Lestringant, “o exercício de uma geografia fantástica não persegue outro fim senão a satisfação do príncipe, e secundariamente, também, os gostos megalômanos do ‘cosmógrafo de quatro reis’.”¹⁹⁸

Vejamos, agora, o caso de Jean de Léry. Após descrever a anta, ou tapirussú, como vimos no primeiro capítulo, relata o calvinista a estima que tinham os indígenas pelo bicho, que, além de aproveitarem a carne, o esfolavam, cortando e secando o couro do dorso, em rodela, para fazerem seus escudos contra as flechas inimigas na guerra.

Com efeito, a pele assim seca e preparada é tão rija que não há flecha, creio, por mais violentamente lançada que possa furá-la. A título de curiosidade trazia eu para a França dois desses broqueis, mas assaltando-nos a fome no mar, vimo-nos obrigados, na falta de víveres e depois de comermos os bugios, papagaios e outros animais, a consumir as nossas rodela tostadas na brasa, bem como todos os couros e peles que tínhamos a bordo.¹⁹⁹

¹⁹⁵ THEVET, André. *Op. cit.* Pp. 153-4.

¹⁹⁶ Idem. P. 158.

¹⁹⁷ Cf. LESTRINGANT, Frank. *Op. cit.* P. 26.

¹⁹⁸ Idem.

¹⁹⁹ LÉRY, Jean de. *Op. cit.* Pp. 135-6.

Quis Léry, a título de curiosidade, dar mostra daquilo que descrevia. Contudo, o navio usado no transporte de volta à França, o *Jacques*, não se encontrava em boas condições. Em alto mar, jorrava a água adentro em furos no casco. Enquanto pelejava o carpinteiro para repará-los, a tripulação era realocada para fazer “mais de quatro mil zonzaduras”. Somado à imperícia do capitão, tudo isso fez com que a viagem se estendesse e os víveres faltassem. Na fome, faleceram alguns, os que sobreviveram comeram o que puderam: os animais exóticos que levavam da terra, as migalhas emboloradas no chão do depósito caiado da embarcação, os ratos, o couro dos broqueis de anta, o couro dos baús, da sola dos sapatos, velas de sebo...

E, durante a fome, não foi somente os escudos que perdeu o viajante:

[...] guardara eu até então uma dessas aves [papagaios], grande como um pato, bom falador e de linda plumagem, porque desejava com ela presentear ao senhor almirante; mas tal foi a necessidade, que não pude conservá-la mais tempo e teve a mesma sorte das outras [...].²⁰⁰

No relato, como vimos, lamenta Léry que as circunstâncias o tenham forçado a devorar o tagarela papagaio, que gostaria de ter dado de presente ao almirante Gaspar II de Coligny. Convertido ao calvinismo, foi o almirante um dos responsáveis pelo empreendimento huguenote no Brasil, sendo, inclusive, o fundador do forte Coligny, na ilha de Villegagnon. Morto na noite de São Bartolomeu, Léry ofereceu a ele e ao filho, o conde Francisco de Coligny, senhor de Chantillon e governador da cidade de Montpellier, a sua *Narrativa*. Sabe-se que o viajante, após encerrar a militância religiosa, retirou-se em Genebra, junto de Francisco de Coligny, para fiscalizar as reedições e traduções de sua obra.²⁰¹ Assim sendo, podemos ver na dedicatória e nos presentes de Léry um ato de gratidão aos Coligny.

Para concluir, como pudemos constatar, a materialização dos relatos exóticos exerceu uma série de funções. A primeira delas vai ao encontro de nosso primeiro capítulo, no sentido de atestar as experiências contadas pelos viajantes. Em segundo lugar, a diversidade e a diferença das novas terras eram ostentadas como demonstração

²⁰⁰ Idem. P. 265.

²⁰¹ GAFFAREL, Paul. Notícias Biográficas. In: LÉRY, J. *Op. cit.* P. 24.

da extensão e do poder dos impérios ultramarinos. Em terceiro lugar, a novidade e a singularidade desses objetos eram empregadas no intuito de agradar os grandes senhores e príncipes, seja para agradecer, seja para se obter mercê. Por fim, como veremos a seguir, os relatos sobre o exótico alimentavam a curiosidade dos europeus, que buscavam satisfazê-la com a aquisição desses produtos, que, por sua vez, alimentavam outras narrativas de viagem, constituindo, dessa maneira, um mercado de produtos exóticos.

3.3. O exótico à venda

Vamos tratar brevemente da exploração de um mercado de produtos exóticos. No que diz respeito ao Brasil, os indícios nos levam à terra e aos portos. No Velho Mundo, às praças comerciais. Estabelecer quem eram os consumidores finais é tarefa árdua. O fôlego que demanda essa resposta foge ao propósito de nossa pesquisa. Embora não seja impossível inferir o destino de parte dessas mercadorias: as câmaras e gabinetes de curiosidades (*Kunst und Wunderkammer*). Sobretudo num mundo que está por se revelar em sua totalidade, nada melhor para o colecionador do que criar o seu próprio microcosmo ao juntar as partes representativas do todo. Como afirmou Ginzburg, “o colecionismo almeja a completude”.²⁰²

Todavia, deixemos de lado as especulações para nos prendermos aos relatos. Voltemos à questão do comércio. Sobre os adornos que utilizavam os nativos, escreve Thevet que:

[...] Os adultos também usam colares brancos, feitos com um tipo de conchinhas ainda menores que aquelas outras. Colhem-nas no mar e têm por estes colares uma excepcional estima. Estes rosários de contas brancas que parecem marfim – e que ultimamente têm sido vendidos na França – são feitos destas conchinhas pelos próprios selvagens. Os marinheiros que os trazem, compram-nos por uma ninharia. Quando chegaram os primeiros rosários deste tipo, quiseram fazer crer que fossem feitos de coral branco.

²⁰² GINZBURG, Carlo. *Op. cit.* P. 70

Mais tarde, alguns passaram a afirmar que as contas eram de porcelana... Quem quiser, pode mandar benzer estes rosários.²⁰³

Inicialmente, podemos perceber que os “rosários de contas brancas”, a que faz referência o frade franciscano, são semelhantes àquele “ramal grande de continhas brancas, miúdas, que querem parecer de aljaveira” que havia descrito Caminha. Tanto portugueses quanto franceses notaram a força daquela novidade. Os primeiros, numa viagem de descobrimento, a tomaram por amostra a el-Rei. Os últimos, já frequentadores da terra, perceberam a vantagem financeira que poderiam obter na comercialização daqueles objetos exóticos. Astutos, quiseram os homens do mar ampliar-lhes as qualidades e o valor alterando a matéria-prima, quer coral branco, quer porcelana... Ora, como vimos, não agiam de forma semelhante os viajantes em seus relatos? O bom negócio, mais do que a mercadoria em si, depende em grande parte do poder de persuasão do comerciante. Para se obter sucesso, como temos insistido, era fundamental conhecer o público e suas demandas.

Tomemos nota, então, do que buscavam os comerciantes franceses em terras brasileiras. Segundo Thevet: “O tráfico dos cristãos com os americanos consiste em macacos, pau-brasil, papagaios, algodão, e outras coisas mais que eles trocam por aqueles artigos que já citamos [machados, facas, contas de vidro, espelhos...] [...]”²⁰⁴ Quando se preparava para retornar à França, Léry também nos deu notícia das mercadorias que carregavam os navios franceses: “Depois de carregado o Jacques com pau-brasil, pimentão, algodão, bugios, sagüis, papagaios e outras coisas da terra, que levavam os passageiros, partimos a 4 de janeiro de 1558.”²⁰⁵

Fica evidente nos relatos que, além do ambicionado pau-brasil e das especiarias da terra, as novidades exóticas, como papagaios, macacos e sagüis também faziam parte do repertório de produtos buscados por aqui. Capistrano de Abreu também nos dá exemplo disso. O historiador faz menção da nau Bretoa, que chegou ao Brasil, em 22 de fevereiro de 1511, e partiu para o reino a 28 de julho do mesmo ano, tendo por carga

²⁰³ THEVET, André. *Op. cit.* P. 114.

²⁰⁴ Idem. P. 154.

²⁰⁵ LÉRY, Jean de. *Op. cit.* P. 250.

cinco mil toros de pau-brasil; vinte e dois tuins, dezesseis saguis, dezesseis gatos, quinze papagaios, três macacos, tudo avaliado em 24\$220 réis; quarenta peças de escravos, na maioria mulheres, avaliados ao preço médio de 4\$: sobre todos estes semoventes arbitrou-se o quinto, ainda no Brasil. ²⁰⁶

Outra dificuldade que se coloca é a de se arbitrar com exatidão quem lucrava com esse comércio. Pelos relatos de Thevet e Lery, aparentemente, no caso dos franceses a obtenção e venda de tais mercadorias, ao menos em parte, ficava à livre iniciativa dos próprios tripulantes. No que diz respeito aos portugueses, nos primeiros anos após o descobrimento, Capistrano de Abreu escreve que, completa a nau com a carga dos armadores, a tripulação poderia, por meio do escambo com os indígenas, obter as aves e animais exóticos. Além disso, se os armadores permitissem, poderiam também obter escravos.

Para encerrarmos, gostaríamos de afirmar que não se tratava de mero acaso que os produtos exóticos comercializados na Europa coincidissem com os relatos dos viajantes. Os relatos alimentavam a curiosidade do público, que alimentava esse comércio, que, por sua vez, chegava a anteceder as novidades que deveriam buscar os viajantes antes mesmo deles se lançarem ao mar. ²⁰⁷ Atesta-nos dessa hipótese Hans Staden. Ao relatar as espécies de macacos que encontrou por aqui, o viajante alemão demonstrou ter familiaridade com uma delas, a dos chamados “ca’”, já que eles “são macacos dos quais alguns nos vêm aqui ao país [Alemanha].” ²⁰⁸ No primeiro capítulo vimos um exemplo parecido, o de Belon, que teve acesso ao tatu em feiras de curiosidade em Constantinopla e no Cairo, chegando o animal, por meio dos retratos desse naturalista, ao conhecimento de Jean de Léry. A própria exposição de exemplares brasileiros em feiras de curiosidade do Levante nos dá conta do alcance que teve esse comércio de produtos exóticos.

²⁰⁶ ABREU, João Capistrano de. *Op. cit.* P. 60.

²⁰⁷ Vale lembrar também, como vimos no exemplo de Montaigne, que as informações trazidas pelos viajantes sobre os produtos não deixavam de ser uma forma de valorizá-los, uma vez que os transformavam em meios de instrução.

²⁰⁸ STADEN, H. *Op. cit.* P. 189.

Portanto, como pudemos constatar, os produtos exóticos eram escolhidos de forma consciente, segundo as probabilidades de se atingir o público da época, e o seu poder de atração era potencializado pelos relatos dos viajantes, que também observavam as novidades criadas por esse comércio, formando-se, assim, uma espécie de círculo vicioso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa pesquisa, pudemos discutir o modo pelo qual alguns viajantes europeus, que aqui estiveram ao longo do século XVI, descreveram nossa fauna e flora para seus coevos e contemporâneos.

A opção por um campo amostral mais amplo, com a análise mais aprofundada dos escritos de quatro autores – Caminha, Gandavo, Thevet e Léry – de duas nacionalidades, portuguesa e francesa, além de outros viajantes que foram trabalhados de forma a complementar nossa pesquisa, foi de grande importância para que pudessemos perceber e explicar algumas das semelhanças entre os relatos. A primeira delas diz respeito à herança de descrições de elementos extraordinários da natureza, as *mirabilias*, legada pelos antigos e medievais. Às *mirabilias* é necessário acrescentar o gosto pela novidade que o longo e paulatino movimento de expansão marítima acentuou na Europa.

Sem dúvidas, o advento da imprensa teve papel significativo nesse processo, pois, além de facilitar a difusão dos relatos de viagem, os potencializou com a criação de um mercado consumidor de leitores ávidos por admiráveis histórias do além-mar. Os viajantes, cientes disso, passaram a replicar o estilo naturalista hegemônico da modernidade, empregando o discurso da observação direta da natureza e do claramente visto, ainda que isso não correspondesse à realidade dos fatos. Mais do que isso, muitos se baseavam na leitura de outros autores para escreverem os seus próprios relatos. Outros, antes de partirem para o Brasil, haviam lido relatos de viajantes que os precederam, condicionando de certa forma o próprio olhar sobre o que deveriam buscar e ver no país. De modo semelhante, o parecer de colonos e indígenas, esses últimos retratados como selvagens, foram empregados pelos viajantes para atestar o que diziam sobre a terra.

Outra função considerável da imprensa do período diz respeito ao prestígio que ela poderia conferir aos autores que fossem reconhecidos por suas obras. Aquele que desfrutasse de tal fama poderia obter cargos e outras mercês de reis, grandes senhores e comerciantes. Gandavo, por exemplo, frente à ameaça e à rivalidade de outras nações estrangeiras, chegou a exaltar qualidades e omitir problemas do Brasil no intuito de

promover a emigração para colônia. E a ênfase nas riquezas brasileiras nos permite fazer, por meio do exercício da alteridade, uma inversão que denuncia a desigualdade e a pobreza material em que estava imersa a maior parte da população europeia, o que não deixou de ser um combustível extra para o movimento colonizador: o desejo de afidalgar-se no Novo Mundo.

No que se refere à natureza brasileira, ela, por ser outra, era inerentemente exótica ao europeu. Os viajantes tinham consciência disso de modo que passaram a atestar os seus relatos, ou mesmo a presentear personagens ilustres da época, com amostras materiais dos lugares por onde passaram. O desejo de materializar, diante dos próprios olhos, o que se contava na Europa a respeito das viagens de expansão foi um dos elementos responsáveis pela criação de um mercado de produtos exóticos, como animais, objetos aborígenes, entre outros. E esse era um movimento que se transformou numa espécie de círculo vicioso: os viajantes relatavam as novidades, que se transformavam em mercadorias, que passavam a condicionar o olhar dos próximos viajantes...

Para encerrar, gostaria de acrescentar que a observação desse movimento de criação e exotização de nossa natureza, no decorrer do século XVI, por meio dos relatos de viagem e das amostras materiais que daqui fizeram, possivelmente tenha sido a nossa maior contribuição para a historiografia do período. Embora, a nosso ver, em linhas gerais, o cumprimento dos objetivos dessa pesquisa tenha se realizado de modo satisfatório, eles não se encerraram por aqui. Ainda há muito a ser pesquisado e aprofundado sobre o tema.

BIBLIOGRAFIA

Artigos

COSTA, Palmira Fontes da. A visualização da natureza e o entendimento do mundo vivo. **Revista da Abfhib: Filosofia e História da Biologia**, São Paulo, v. 1, p.247-269, 2006.

DIAS, Pedro. À Maneira de Portugal e da Índia: Uma tapeçaria inédita. **V.o.c Antiguidades**, Porto, p.1-32, 2007. Disponível em: <http://www.pab.pt/_usr/downloads/%C3%80%20Maneira%20de%20Portugal%20e%20da%20%C3%8Dndia.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.

SEIXO, Maria Alzira. ENTRE CULTURA E NATUREZA - AMBIGÜIDADES DO OLHAR VIAJANTE. **Revista Usp**, [s.l.], n. 30, p.120-133, 30 ago. 1996. Universidade de Sao Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i30p120-133>. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/azmz/article/view/99817/98277>>. Acesso em: 27 out. 2014.

TEIXEIRA, Dante Martins; PAPAVERO, Nelson. Os animais do Brasil nas Obras de Pierre Belon (1517-1564). **Arquivos de Zoologia**, [s.l.], v. 45, n. 3, p.45-94, 31 dez. 2014. Universidade de Sao Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-7793.v45i3p45-94>. Disponível em: <www.revistas.usp.br/azmz/article/view/99817>. Acesso em: 19 nov. 2016.

Fontes Impressas

CARDIM, Fernão. **Tratados da Terra e Gente do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

CORTESÃO, Jaime. **A Carta de Pero Vaz de Caminha**. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 19--.

COLOMBO, Cristóvão. **A Descoberta da América: Diário de bordo da 1ª viagem 1492-1493**. Lisboa: Publicações Europa-américa, 1990.

GANDAVO, Pero de Magalhães. **A Primeira História do Brasil: História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

LÉRY, Jean de. **Viagem à Terra do Brasil. Tradução**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

SALVADOR, Vicente do. **História do Brasil: 1500-1627**. 6. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

STADEN, Hans. **Duas Viagens ao Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

THÉVET, André. **As singularidades da França Antártica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

Referência Bibliográfica

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

ALMEIDA, António Augusto Marques de. **Capitais e Capitalistas no Comércio da Especiaria: O Eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549)**. Aproximação a um Estudo de Geofinança. Lisboa: Edições Cosmos, 1993.

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

AMORIM, Maria Adelina. Viagem e mirabilia: monstros, espantos e prodígios. In: CRISTÓVÃO, Fernando. **Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens: Estudos e bibliografias**. Lisboa: Edições Cosmos, 1999. p. 127-181.

APARÍCIO, João Paulo; PELÚCIA, Paula. O animal e a Literatura de Viagens: Bestiários. In: CRISTÓVÃO, Fernando. **Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens: Estudos e bibliografias**. Lisboa: Edições Cosmos, 1999. p. 219-353.

BERGREEN, Laurence. **Colombo: as quatro viagens**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material e Capitalismo: séculos XV – XVIII**. Lisboa: Edições Cosmos, 1970. Tomo I.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. In: BRAUDEL, Fernand. **Escritos Sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 2009. p. 41-78.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

CAVALCANTE, Berenice. Antigos e Modernos: histórias de uma tradição. In: CALVACANTE, Berenice. **Modernas Tradições: Percursos da Cultura Ocidental – séculos XV-XVII**. Rio de Janeiro: Access, 2002. p. 1-55.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

CRISTÓVÃO, Fernando. A Literatura de Viagens e a História Natural. In: CRISTÓVÃO, Fernando. **Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens: Estudos e bibliografias**. Lisboa: Edições Cosmos, 1999. p. 183-218.

CRISTÓVÃO, Fernando. Introdução: Para uma teoria da Literatura de Viagens. In: CRISTÓVÃO, Fernando. **Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens: Estudos e bibliografias**. Lisboa: Edições Cosmos, 1999. p. 13-52.

FONSECA, Luis Adão da. **Os descobrimento e a formação do oceano Atlântico: século XIV – século XVI.** Lisboa: Comissão Nacional Para As Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

GINZBURG, Carlo. Montaigne, os canibais e as grutas. In: GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 53-78.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro.** 2. ed. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visões do Paraíso: os motivos edênicos do descobrimento e colonização do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LESTRINGANT, Frank. **A Oficina do cosmógrafo: ou a imagem do mundo no Renascimento.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MICELI, Paulo. **História Moderna.** São Paulo: Contexto, 2013.

MICELI, Paulo. **O Desenho do Brasil no Teatro do Mundo.** Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2012.

MICELI, Paulo. **O ponto onde estamos:** viagens e viajantes na história da expansão e da conquista (Portugal, séculos XV-XVI). 4. ed. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2008.

MONTAIGNE, Michel de. Sobre os Canibais. In: MONTAIGNE, Michel de. **Os Ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 139-157.

MORE, Thomas. **A Utopia:** ou O tratado da melhor forma de governo. Porto Alegre: L&pm Pocket, 2011.

O'GORMAN, Edmundo. **A invenção da América:** reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido de seu devir. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins. **A fauna de São Paulo nos Séculos XVI a XVIII:** nos Textos de Viajantes, Cronistas, Missionários e Relatos Monçoneiros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SHAKESPEARE, William. **O Mercador de Veneza**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2013.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América:** A questão do outro. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

VOLTAIRE. **O preço da Justiça**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.